

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	10
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	13
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	15
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	16
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	17
--	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	19
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	20
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	21
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	22
---	----

Notas Explicativas	28
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	95
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	98
---	----

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	99
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	102
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	103
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidade)	Último Exercício Social 31/12/2023
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	43.403.849
Preferenciais	0
Total	43.403.849
Em Tesouraria	
Ordinárias	1.441
Preferenciais	0
Total	1.441

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022
1	Ativo Total	1.797.851	2.000.204
1.01	Ativo Circulante	387.043	567.652
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	80	2.447
1.01.02	Aplicações Financeiras	24.367	21.309
1.01.03	Contas a Receber	1.746	40.678
1.01.04	Estoques	298.085	291.814
1.01.06	Tributos a Recuperar	40.186	108.624
1.01.07	Despesas Antecipadas	13.451	8.822
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	9.128	93.958
1.01.08.03	Outros	9.128	93.958
1.01.08.03.01	Instrumentos Financeiros derivativos	1.340	87.840
1.01.08.03.02	Outros Ativos Circulantes	7.777	6.021
1.01.08.03.03	Banco Conta Vinculada	11	97
1.02	Ativo Não Circulante	1.410.808	1.432.552
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	360.024	287.346
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	0	41
1.02.01.07	Tributos Diferidos	243.221	168.412
1.02.01.07.02	Impostos e contribuições a recuperar	243.221	168.412
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	7.559	6.899
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	109.244	111.994
1.02.01.10.03	Ativos mantidos para venda	22.636	22.636
1.02.01.10.04	Depositos de Demandas Judiciais	34.521	37.200
1.02.01.10.05	Outros Ativos não Circulantes	52.087	52.158
1.02.02	Investimentos	30.702	29.688
1.02.02.01	Participações Societárias	27.887	27.082
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	27.887	27.082
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	2.815	2.606
1.02.02.02.01	Outros Investimentos	2.815	2.606
1.02.03	Imobilizado	1.015.517	1.109.627
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	810.627	918.439
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	12.577	12.256
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	192.313	178.932
1.02.04	Intangível	4.565	5.891

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022
2	Passivo Total	1.797.851	2.000.204
2.01	Passivo Circulante	3.866.993	3.474.830
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	63.510	42.550
2.01.02	Fornecedores	407.763	436.593
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	213.446	186.240
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	194.317	250.353
2.01.03	Obrigações Fiscais	47.366	10.323
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	15.388	2.408
2.01.03.01.02	Imposto Sobre Produtos Industrializados	1.503	46
2.01.03.01.03	Imposto de Renda Retido na Fonte	2.177	2.305
2.01.03.01.05	Contribuições Sociais Retidos	6.856	55
2.01.03.01.07	Outros	186	2
2.01.03.01.08	Impostos Retidos Parcelados	4.666	0
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	16.972	5.764
2.01.03.02.01	Imposto Circulação de Mercadorias e Serviços	16.972	5.764
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	15.006	2.151
2.01.03.03.01	Imposto Sobre Serviços	15.006	2.151
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	3.245.158	2.810.146
2.01.05	Outras Obrigações	103.196	175.218
2.01.05.02	Outros	103.196	175.218
2.01.05.02.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	1.053
2.01.05.02.05	Passivos relacionados a contratos de clientes	64.226	91.738
2.01.05.02.06	Outros Passivos Circulantes	29.925	60.231
2.01.05.02.07	Operações com Forfait e Cartas de Crédito	229	11.152
2.01.05.02.08	Arrendamento Mercantil	8.816	11.044
2.02	Passivo Não Circulante	2.154.368	1.342.940
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	466.305	382.145
2.02.02	Outras Obrigações	768.360	168.593
2.02.02.02	Outros	768.360	168.593
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	15.437	13.349
2.02.02.02.03	Impostos e contribuições a recolher	434.605	0
2.02.02.02.05	Imposto s/circulação de mercad. e serv.-ICMS	8.582	0
2.02.02.02.06	Fornecedores Não Circulante	291.399	155.244
2.02.02.02.07	Salários e Encargos Sociais	8.031	0
2.02.02.02.09	Operações com Forfaiting e Cartas de Crédito	10.306	0
2.02.03	Tributos Diferidos	58.265	24.306
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	58.265	24.306
2.02.04	Provisões	861.438	767.896
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	857.677	766.386
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	564.973	535.509
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	75.974	33.133
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	186.706	181.725
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	19.132	5.127
2.02.04.01.06	Cíveis Recup. Judicial	10.892	10.892
2.02.04.02	Outras Provisões	3.761	1.510

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022
2.02.04.02.05	Arrendamento Mercantil	3.761	1.510
2.03	Patrimônio Líquido	-4.223.510	-2.817.566
2.03.01	Capital Social Realizado	2.089.978	2.089.978
2.03.01.01	Capital social	2.069.566	2.069.566
2.03.01.02	Debêntures conversíveis em ação	25.787	25.787
2.03.01.03	Custo de Capitalização	-5.375	-5.375
2.03.02	Reservas de Capital	-741	-741
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-741	-741
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-6.426.611	-5.042.338
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	113.864	135.535

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	972.820	2.005.986
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.330.705	-2.504.151
3.03	Resultado Bruto	-357.885	-498.165
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-397.926	-891.609
3.04.01	Despesas com Vendas	-10.259	-12.630
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-81.771	-58.418
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-81.771	-70.691
3.04.02.03	Participação dos Empregados e Administradores	0	12.273
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	7.217	24.647
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-314.035	-812.120
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	922	-33.088
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-755.811	-1.389.774
3.06	Resultado Financeiro	-621.726	-1.315.376
3.06.01	Receitas Financeiras	313.351	568.816
3.06.02	Despesas Financeiras	-935.077	-1.884.192
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-1.377.537	-2.705.150
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-12.397	16.339
3.08.02	Diferido	-12.397	16.339
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-1.389.934	-2.688.811
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-1.389.934	-2.688.811

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
4.01	Lucro Líquido do Período	-1.389.934	-2.688.811
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-116	837.544
4.02.01	Hedge Fluxo de Caixa - Receita Exportação ACC/PPE	0	408.806
4.02.02	Hedge Fluxo de Caixa - NDF Receita de Vendas	0	2.802
4.02.04	Hedge Fluxo de Caixa - Outras Dividas	0	426.083
4.02.06	Ganhos Var. Camb. Investimento Exterior	-116	-147
4.03	Resultado Abrangente do Período	-1.390.050	-1.851.267

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-124.368	231.224
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-431.778	-637.251
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) antes do IR e da CS	-1.377.537	-2.717.423
6.01.01.02	Valor residual de ativo permanente baixado	4	1.916
6.01.01.03	Depreciação, amortização e exaustão	98.191	103.006
6.01.01.04	Equivalência patrimonial	-922	33.088
6.01.01.05	Provisão para Perdas Demandas Judiciais	39.481	326.749
6.01.01.06	Amortização Direito de uso Ativo	12.216	13.605
6.01.01.07	Provisão de Outras Perdas Estimadas	6.206	418.627
6.01.01.08	Encargos financeiros	392.191	351.776
6.01.01.09	Ajuste a Valor Presente - Clientes e Fornecedores	-879	-123
6.01.01.11	Ajuste Avaliação Patrimonial	0	837.688
6.01.01.12	Provisão (reversão) perda estimada do valor recuperável	2.763	-1.367
6.01.01.13	Custos Capitalização Renegociação da Dívida	0	-4.793
6.01.01.14	Provisão de Impostos Drawback Suspensão	396.508	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	307.410	868.475
6.01.02.02	Contas a receber de clientes	37.578	71.366
6.01.02.04	Estoques	5.370	436.095
6.01.02.05	Impostos e contribuições a recuperar	-7.420	27.506
6.01.02.06	Despesas antecipadas	-5.289	7.842
6.01.02.07	Depósitos para demandas judiciais	2.679	71
6.01.02.08	Instrumentos financeiros derivativos	85.517	-82.196
6.01.02.09	Bens destinados a venda	0	74.978
6.01.02.10	Outros ativos circulantes e não circulantes	-1.710	30.795
6.01.02.11	Fornecedores	122.505	459.823
6.01.02.12	Operações com Forfait e Cartas de Crédito	-617	-154.390
6.01.02.14	Impostos e contribuições a recolher	89.392	-1.237
6.01.02.15	Provisão para Demandas Judiciais	995	-21.472
6.01.02.16	Salários e encargos sociais	28.991	-1.370
6.01.02.18	Passivos relacionados a contratos de clientes	-21.309	-13.754
6.01.02.19	Instrumentos financeiros derivativos-Passivos	-1.054	-6.613
6.01.02.20	Outros Passivos Circulantes e não circulantes	-28.218	41.031
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-14.628	-90.059
6.02.04	Outros Investimentos	-207	-93
6.02.07	Adições em imobilizado e intangível	-19.332	-89.172
6.02.08	Aplicações Financeiras Efetuadas	-5.829	-3.619
6.02.09	Aplicações Financeiras Resgatadas	10.740	19.361
6.02.10	Aplicações Conta Escrow	0	-16.536
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	136.629	-165.310
6.03.01	Ingressos Empréstimos e Financiamentos	865.289	928.771
6.03.02	Amortização de Empréstimos e Financiamentos	-631.955	-932.220
6.03.03	Dividendos	0	-152
6.03.04	Pagamento de Juros s/ Empréstimos	-77.228	-148.335
6.03.05	Pagamento de Arrendamento Mercantil	-11.635	-13.374
6.03.07	Aplicações Conta Escrow	-7.842	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-2.367	-24.145
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.447	26.592
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	80	2.447

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.069.566	19.671	0	-5.042.338	135.535	-2.817.566
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.069.566	19.671	0	-5.042.338	135.535	-2.817.566
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.389.934	-116	-1.390.050
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-1.389.934	0	-1.389.934
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-116	-116
5.05.02.06	Ganhos e perdas var camb. investimento exterior	0	0	0	0	-116	-116
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	5.661	-21.555	-15.894
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	8.176	-8.176	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-2.515	-13.379	-15.894
5.07	Saldos Finais	2.069.566	19.671	0	-6.426.611	113.864	-4.223.510

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.069.566	19.671	0	-2.390.264	-652.999	-954.026
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.069.566	19.671	0	-2.390.264	-652.999	-954.026
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-2.701.084	837.544	-1.863.540
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-2.701.084	0	-2.701.084
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	837.544	837.544
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	837.691	837.691
5.05.02.06	Ganhos e perdas var camb. investimento exterior	0	0	0	0	-147	-147
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	49.010	-49.010	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	65.347	-65.347	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-16.337	16.337	0
5.07	Saldos Finais	2.069.566	19.671	0	-5.042.338	135.535	-2.817.566

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
7.01	Receitas	1.098.194	2.268.276
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.093.896	2.261.547
7.01.02	Outras Receitas	7.061	5.362
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-2.763	1.367
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.532.913	-3.322.945
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.191.932	-2.413.373
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-340.981	-909.572
7.03	Valor Adicionado Bruto	-434.719	-1.054.669
7.04	Retenções	-110.407	-116.611
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-98.191	-103.006
7.04.02	Outras	-12.216	-13.605
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-545.126	-1.171.280
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	314.273	535.728
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	922	-33.088
7.06.02	Receitas Financeiras	313.351	568.816
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-230.853	-635.552
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-230.853	-635.552
7.08.01	Pessoal	192.202	193.001
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	26.076	-20.335
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	940.803	1.892.866
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-1.389.934	-2.701.084
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-1.389.934	-2.701.084

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022
1	Ativo Total	1.784.257	1.988.597
1.01	Ativo Circulante	388.298	569.963
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	85	2.500
1.01.02	Aplicações Financeiras	24.367	21.309
1.01.03	Contas a Receber	1.746	40.547
1.01.04	Estoques	298.085	291.814
1.01.06	Tributos a Recuperar	41.399	110.980
1.01.07	Despesas Antecipadas	13.451	8.822
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	9.165	93.991
1.01.08.03	Outros	9.165	93.991
1.01.08.03.01	Instrumento Financeiros Derivativos	1.340	87.840
1.01.08.03.02	Outros Ativos Circulantes	7.814	6.054
1.01.08.03.03	Banco Conta Vinculada	11	97
1.02	Ativo Não Circulante	1.395.959	1.418.634
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	373.062	300.508
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	0	41
1.02.01.07	Tributos Diferidos	255.813	181.003
1.02.01.07.02	Impostos e Contribuições a Recuperar	255.813	181.003
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	7.559	6.899
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	109.690	112.565
1.02.01.10.03	Ativos Mantidos para Venda	22.636	22.636
1.02.01.10.04	Depósitos Demandas Judiciais	34.521	37.200
1.02.01.10.05	Outros Ativos não Circulantes	52.533	52.729
1.02.02	Investimentos	2.815	2.608
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	2.815	2.608
1.02.02.02.01	Outros Investimentos	2.815	2.608
1.02.03	Imobilizado	1.015.517	1.109.627
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	810.627	918.439
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	12.577	12.256
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	192.313	178.932
1.02.04	Intangível	4.565	5.891

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022
2	Passivo Total	1.784.257	1.988.597
2.01	Passivo Circulante	3.867.545	3.475.280
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	63.510	42.550
2.01.02	Fornecedores	407.770	436.600
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	213.453	186.247
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	194.317	250.353
2.01.03	Obrigações Fiscais	47.613	10.473
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	15.635	2.558
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	222	128
2.01.03.01.02	Imposto sobre Produtos Industrializados	1.503	46
2.01.03.01.03	Imposto de Renda Retido na Fonte	2.177	2.305
2.01.03.01.04	PIS e COFINS	7	7
2.01.03.01.05	Contribuições Sociais Retidas	6.856	55
2.01.03.01.07	Outros	205	17
2.01.03.01.08	Impostos retidos - parcelados	4.665	0
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	16.972	5.764
2.01.03.02.01	Imposto sobre Circularização de Mercadorias	16.972	5.764
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	15.006	2.151
2.01.03.03.01	Imposto sobre Serviços	15.006	2.151
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	3.245.159	2.810.146
2.01.05	Outras Obrigações	103.493	175.511
2.01.05.02	Outros	103.493	175.511
2.01.05.02.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	1.053
2.01.05.02.05	Passivos relacionados a Contratos de Clientes	64.341	91.853
2.01.05.02.06	Outros Passivos Circulantes	30.107	60.409
2.01.05.02.07	Operações com Forfait e Cartas de Crédito	229	11.152
2.01.05.02.08	Arrendamento Mercantil	8.816	11.044
2.02	Passivo Não Circulante	2.140.222	1.330.883
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	466.305	382.145
2.02.02	Outras Obrigações	752.923	155.244
2.02.02.02	Outros	752.923	155.244
2.02.02.02.03	Impostos e Contribuições a Recolher	434.605	0
2.02.02.02.04	Imposto s/circulação de mercad. e serv.-ICMS	8.582	0
2.02.02.02.06	Fornecedores Não Circulante	291.399	155.244
2.02.02.02.07	Salários e encargos sociais	8.031	0
2.02.02.02.09	Operações com forfaiting e cartas de crédito	10.306	0
2.02.03	Tributos Diferidos	59.556	25.598
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	59.556	25.598
2.02.04	Provisões	861.438	767.896
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	857.677	766.386
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	564.974	535.510
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	75.973	33.132
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	186.706	181.725
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	19.132	5.127
2.02.04.01.06	Trabalhistas Recup. Judicial	10.892	10.892

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022
2.02.04.02	Outras Provisões	3.761	1.510
2.02.04.02.05	Arrendamento Mercantil	3.761	1.510
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-4.223.510	-2.817.566
2.03.01	Capital Social Realizado	2.089.978	2.089.978
2.03.01.01	Capital social	2.069.566	2.069.566
2.03.01.02	Debêntures conversíveis em ação	25.787	25.787
2.03.01.03	Custo de Capitalização	-5.375	-5.375
2.03.02	Reservas de Capital	-741	-741
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-741	-741
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-6.426.611	-5.042.338
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	113.864	135.535

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	972.820	2.005.986
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.330.705	-2.504.151
3.03	Resultado Bruto	-357.885	-498.165
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-399.397	-905.513
3.04.01	Despesas com Vendas	-10.263	-12.641
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-82.190	-61.369
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-82.190	-71.376
3.04.02.02	Honorários da Administração	0	-2.266
3.04.02.03	Participação dos Empregados e Administradores	0	12.273
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	7.220	24.648
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-314.164	-856.151
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-757.282	-1.403.678
3.06	Resultado Financeiro	-620.034	-1.314.140
3.06.01	Receitas Financeiras	315.168	570.325
3.06.02	Despesas Financeiras	-935.202	-1.884.465
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-1.377.316	-2.717.818
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-12.618	26.741
3.08.01	Corrente	-222	-129
3.08.02	Diferido	-12.396	26.870
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-1.389.934	-2.691.077
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-1.389.934	-2.691.077
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-1.389.934	-2.691.077
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-32,02435	-62,00294
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-32,02435	-62,00294

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-1.389.934	-2.688.811
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-116	837.544
4.02.01	Hedge Fluxo de Caixa - Receita Exportação ACC/PPE	0	408.806
4.02.02	Hedge Fluxo de Caixa - NDF Receita de Vendas	0	2.802
4.02.04	Hedge fluxo de caixa - outras dividas	0	426.083
4.02.06	Ganhos Var. Camb. Investimentos Exterior	-116	-147
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-1.390.050	-1.851.267
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-1.390.050	-1.851.267

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-124.416	217.756
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-430.750	-637.071
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) antes do IR e CS	-1.377.316	-2.727.825
6.01.01.02	Valor Residual de Ativo Permanente Baixado	4	1.916
6.01.01.03	Depreciação, Amortização e Exaustão	98.191	103.006
6.01.01.05	Provisão para Perdas e Demandas Judiciais	39.481	326.749
6.01.01.06	Amortização Direito de Uso de Ativo	12.216	13.605
6.01.01.07	Provisão de Outras Perdas Estimadas	6.206	462.443
6.01.01.08	Encargos Financeiros	392.076	351.631
6.01.01.09	Ajuste a Valor Presente - Clientes e Fornecedores	-879	-123
6.01.01.11	Ajuste Avaliação Patrimonial	0	837.687
6.01.01.12	Reversão(Prov. Perda Estimada Valor Recuperável)	2.763	-1.367
6.01.01.13	Custos Capitalização Renegociação da Divida	0	-4.793
6.01.01.14	Provisão de Impostos Drawback suspensão	396.508	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	306.334	854.827
6.01.02.02	Contas a Receber de Clientes	37.447	71.417
6.01.02.04	Estoques	5.370	436.095
6.01.02.05	Impostos e Contribuições a Recuperar	-6.406	27.146
6.01.02.06	Despesas Antecipadas	-5.289	7.842
6.01.02.07	Depósitos para Demandas Judiciais	2.679	71
6.01.02.08	Instrumentos Financeiros Derivativos	85.517	-82.196
6.01.02.09	Bens Destinados a Venda	0	74.978
6.01.02.10	Outros Ativos Circulantes e Não Circulantes	-1.589	30.817
6.01.02.11	Fornecedores	122.505	459.830
6.01.02.12	Operações com Forfait e Cartas de Crédito	-617	-154.390
6.01.02.14	Impostos e Contribuições a Recolher	89.395	-1.259
6.01.02.15	Provisão para Demandas Judiciais	995	-21.472
6.01.02.16	Salários e Encargos Sociais	28.991	-1.370
6.01.02.18	Passivos Relacionados a Contratos de Clientes	-21.309	-13.755
6.01.02.19	Instrumentos Financeiros Derivativos - Passivos	-1.053	-6.613
6.01.02.20	Outros Passivos Circulantes e Não Circulantes	-30.302	27.686
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-22.470	-90.061
6.02.04	Outros investimentos	-207	-95
6.02.07	Adições em Imobilizado e Intangível	-19.332	-89.172
6.02.08	Aplicações Financeiras efetuadas	-5.829	-3.619
6.02.09	Aplicações Financeiras resgatadas	10.740	19.361
6.02.10	Aplicações Conta Escrow	-7.842	-16.536
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	144.471	-165.310
6.03.01	Ingressos Empréstimos e Financiamentos	865.289	928.771
6.03.02	Amortização Empréstimos e Financiamentos	-631.955	-932.220
6.03.03	Dividendos	0	-152
6.03.04	Pagamento de Juros s/ Empréstimos	-77.228	-148.335
6.03.05	Pagamento de Arrendamento Mercantil	-11.635	-13.374
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-2.415	-37.615
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.500	40.115

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	85	2.500

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.069.566	19.671	0	-5.042.338	135.535	-2.817.566	0	-2.817.566
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.069.566	19.671	0	-5.042.338	135.535	-2.817.566	0	-2.817.566
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.389.934	-116	-1.390.050	0	-1.390.050
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-1.389.934	0	-1.389.934	0	-1.389.934
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-116	-116	0	-116
5.05.02.06	Ganhos e perdas var camb. investimento exterior	0	0	0	0	-116	-116	0	-116
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	5.661	-21.555	-15.894	0	-15.894
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	8.176	-8.176	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-2.515	-13.379	-15.894	0	-15.894
5.07	Saldos Finais	2.069.566	19.671	0	-6.426.611	113.864	-4.223.510	0	-4.223.510

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.069.566	19.671	0	-2.390.264	-652.999	-954.026	0	-954.026
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.069.566	19.671	0	-2.390.264	-652.999	-954.026	0	-954.026
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-2.701.084	837.544	-1.863.540	0	-1.863.540
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-2.701.084	0	-2.701.084	0	-2.701.084
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	837.544	837.544	0	837.544
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	837.691	837.691	0	837.691
5.05.02.06	Ganhos e perdas var camb. investimento exterior	0	0	0	0	-147	-147	0	-147
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	49.010	-49.010	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	65.347	-65.347	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-16.337	16.337	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.069.566	19.671	0	-5.042.338	135.535	-2.817.566	0	-2.817.566

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
7.01	Receitas	1.098.198	2.268.280
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.093.896	2.261.548
7.01.02	Outras Receitas	7.065	5.365
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-2.763	1.367
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.533.259	-3.367.419
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.191.932	-2.413.373
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-341.327	-954.046
7.03	Valor Adicionado Bruto	-435.061	-1.099.139
7.04	Retenções	-110.407	-116.611
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-98.191	-103.006
7.04.02	Outras	-12.216	-13.605
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-545.468	-1.215.750
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	315.168	570.325
7.06.02	Receitas Financeiras	315.168	570.325
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-230.300	-645.425
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-230.300	-645.425
7.08.01	Pessoal	192.406	193.258
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	26.300	-30.737
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	940.928	1.893.138
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-1.389.934	-2.701.084
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-1.389.934	-2.701.084

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

PARANAPANEMA



O cobre transforma o mundo. A Paranapanema transforma o cobre.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Nesse ano de 2023 a Companhia manteve o foco em assegurar a continuidade das operações em meio as dificuldades de obtenção de crédito para capital de giro e avançar nas etapas do processo da Recuperação Judicial, através de reuniões com os credores e partes interessadas.

Em 16 de fevereiro de 2023 a empresa protocolou seu Plano de Recuperação Judicial (PRJ), o qual prevê vários meios de recuperação para reestabelecer seu equilíbrio econômico e retomar seu crescimento. O PRJ inclui novas condições de pagamento de seus credores, bem como a possibilidade de conversão de créditos em ações da Companhia, a possibilidade de venda de determinados ativos e condições especiais de pagamento para credores que continuem a fornecer bens e serviços.

Após o 1º protocolo de 16/02, a Companhia publicou ajustes no PRJ nas seguintes datas: 2º protocolo PRJ em 18/05, 3º protocolo em 30/06, 4º protocolo em 07/07 e o 5º protocolo em 11/08.

Em 24 de agosto de 2023 a Companhia obteve a aprovação do PRJ em assembleia realizada com os Credores do Plano de Recuperação.

Em 22 de novembro de 2023, foi publicada decisão homologatória do Plano de Recuperação Judicial da Companhia, conforme proferida em 16 de novembro de 2023 pelo D. Juízo da 1ª Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados à Arbitragem da 1ª RAJ da capital do Estado de São Paulo.

Em relação à dívida do Acordo Global, a Companhia segue em negociação com os Credores com o intuito de obter novas condições, mais favoráveis para o equacionamento de seu passivo.

Quanto aos custos, a Companhia conseguiu atuar em ganhos de eficiência e reduziu seus custos fixos e ociosidade em 10% em relação ao mesmo período do ano anterior, trazendo uma economia de aproximadamente R\$ 47 milhões.

Através de suas operações, no 4T23 a Companhia obteve uma geração operacional de caixa positiva de R\$ 6 milhões fruto de uma melhor otimização dos seus custos e mix de vendas.

Conforme consta em seu demonstrativo de fluxo de caixa das atividades de financiamento, a empresa fechou o ano de 2023 com um fluxo positivo em R\$ 137 milhões, por meios de operações com parceiros financeiros. Através do seu Plano de Recuperação Judicial (PRJ), a empresa espera obter maior acesso às linhas de financiamento para capital de giro e aumentar o seu volume de produção e vendas.

A Receita Líquida do 4T23 foi de R\$ 74 milhões, menor em 56% em comparação ao mesmo período do ano anterior. No ano de 2023 a Receita Líquida foi de R\$ 973 milhões, menor em 52% no comparativo ao ano de 2022. Resultados impactados pela restrição de caixa e pela suspensão temporária das atividades na unidade da Bahia, que nos levou a um menor volume de vendas e pela estratégia do aumento de operações na modalidade industrialização para terceiros.

O Prejuízo Líquido em 4T23 foi de R\$ 216 milhões, impactado principalmente pelos encargos financeiros dos empréstimos e financiamentos de R\$ 93 milhões e pelos valores de Ociosidade em R\$ 74 milhões, além de provisões para perdas judiciais de R\$ 77 milhões. Quando excluídos os efeitos dos encargos financeiros e outros efeitos não recorrentes, tem-se um Prejuízo Líquido Ajustado de R\$ 175 milhões.

Conforme fato relevante divulgado em 22 de fevereiro de 2024 foi homologado o aumento de capital no valor de R\$ 62.601.120,05 (sessenta e dois milhões, seiscentos e um mil, cento e vinte reais e cinco

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

PARANAPANEMA



O cobre transforma o mundo. A Paranapanema transforma o cobre.

centavos), mediante a emissão de 13.207.042 (treze milhões, duzentos e sete mil e quarenta e duas) novas ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal, de forma que o capital social da Companhia passa a ser de R\$ 2.132.167.367,61 (dois bilhões, cento e trinta e dois milhões, cento e sessenta e sete mil, trezentos e sessenta e sete reais e sessenta e um centavos), dividido por 56.610.891 (cinquenta e seis milhões, seiscentos e dez mil, oitocentos e noventa e uma) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.

A integralidade dos créditos dos credores que se manifestaram durante a 1ª Janela do Pedido de Conversão foi convertida em novas ações da Companhia emitidas para os fins do referido aumento de capital, viabilizando a diminuição do endividamento da Companhia em R\$ 61.943.122,73 (sessenta e um milhões, novecentos e quarenta e três mil, cento e vinte e dois reais e sessenta e três centavos), representando 13,05% do montante total sujeito à Recuperação Judicial.

DESEMPENHO ECONÔMICO

Receita Líquida

em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma	4T22	4T23	Δ %	2022	2023	Δ %
Cobre Primário	90.835	(233)*	-100%	739.385	378.368	-49%
% das Receitas	54,5%	-0,3%	-54,8 p.p.	36,9%	38,9%	2,0 p.p.
Produtos de Cobre	71.558	67.848	-5%	1.117.076	455.764	-59%
% das Receitas	42,9%	92,1%	49,2 p.p.	55,7%	46,8%	-8,7 p.p.
Vergalhões, Fios e outros	34.763	39	-100%	512.620	221.196	-57%
Barras/Perfis/Arames/Laminados/Tubos/Conexão	36.795	67.809	84%	604.456	234.568	-61%
Coprodutos	4.333	6.067	40%	149.525	138.687	-7%
% das Receitas	2,6%	8,2%	5,6 p.p.	7,5%	14,3%	6,8 p.p.
Receita Líquida Total	166.726	73.682	-56%	2.005.986	972.819	-52%
Mercado Interno [%]	30,2%	41,3%	11,1 p.p.	40,7%	43,4%	2,7 p.p.
Mercado Externo [%]	63,0%	12,5%	-50,5 p.p.	53,6%	43,2%	-10,4 p.p.
Transformação [%]	16,3%	46,2%	29,9 p.p.	6,5%	13,4%	6,8 p.p.

* Receita negativa devido ajustes de preços de vendas com formação futura

A Receita Líquida do 4T23 foi de R\$ 74 milhões, menor em 56% em comparação ao mesmo período do ano anterior. No ano de 2023 a Receita Líquida foi de R\$ 973 milhões, menor em 52% no comparativo ao ano de 2022. Resultados impactados pela restrição de caixa, que nos levou a um menor volume de vendas e pela estratégia do aumento de operações na modalidade industrialização para terceiros.

Lucro Bruto

em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma	4T22	4T23	Δ %	2022	2023	Δ %
Receita Líquida	166.726	73.684	-56%	2.005.986	972.820	-52%
CPV Total	(574.671)	(229.816)	-60%	(2.504.151)	(1.330.705)	47%
(-) Custo do Metal	(180.506)	(120.198)	-33%	(1.873.201)	(819.510)	56%
(-) Custo de Transformação	(394.165)	(109.618)	-72%	(630.950)	(511.195)	19%
CPV Total/tonelada vendida ¹	60,6	38,6	-36%	43,1	39,4	-8%
Custo do Metal/tonelada vendida ¹	19,0	20,2	6%	32,2	24,3	-25%
Custo de Transformação/tonelada vendida	41,6	18,4	-56%	10,9	15,2	40%
Prejuízo Bruto	(407.945)	(156.132)	-62%	(498.165)	(357.885)	28%
% das Receitas	-244,7%	-211,9%	32,8 p.p.	-24,8%	-36,8%	-12,0 p.p.
Lucro Bruto Ajustado (LME e Dólar no Estoqu)	(85.071)	(82.100)	-3%	(104.825)	(96.491)	8%
% das Receitas	-51,0%	-111,4%	-60,4 p.p.	-5,2%	-9,9%	-4,7 p.p.
Prêmio	(13.780)	(46.514)	-238%	132.785	153.310	15%
Prêmio/Receita Líquida [%]	-8,3%	-63,1%	-54,9 p.p.	6,6%	15,8%	9,1 p.p.
Prêmio/tonelada vendida	(1,5)	(7,8)	-438%	2,3	4,5	99%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

PARANAPANEMA



O cobre transforma o mundo. A Paranapanema transforma o cobre.

O Lucro Bruto Ajustado negativo de R\$ 82 milhões no 4T23 foi 3% melhor que o mesmo período do ano anterior. No comparativo anual, temos 2023 com R\$ 96 milhões contra os R\$ 105 milhões realizados em 2022, onde a sua redução foi de 18% contra os 52% da Receita Líquida, impactos pela manutenção de Custos Fixos imprescindíveis a atividade operacional e pela suspensão temporária da unidade da Bahia.

O Lucro Bruto Ajustado elimina os efeitos da ociosidade e efeitos da contabilidade de hedge utilizada para atualizar o valor dos estoques ao valor presente de LME e Dólar e que por consequência da não absorção pelo estoque, impactam o resultado.

Custos Fixos (incluindo Ociosidade)

em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma	4T22	4T23	Δ %	2022	2023	Δ %
Custos Fixos incluindo ociosidade	(351.178)	(104.385)	-70%	(474.133)	(427.441)	-10%

A Companhia realizou R\$ 104 milhões de custos fixos incluindo ociosidade no 4T23, obtendo uma redução de aproximadamente R\$ 6 milhões em relação ao 4T22. O 4T22 contempla a reclassificação da Ociosidade de Despesas para Custo do Produto no valor de R\$ 241 milhões em função da mudança de prática contábil, em consonância com o CPC 23 e CPC 16 e reforçado pelo ofício circular da CVM 01/2021.

No 2023 o total realizado foi de R\$ 427 milhões, contra R\$ 474 milhões de 2022, gerando uma economia de R\$ 47 milhões. Resultado fruto de renegociações de contratos, redução da estrutura fixa de pessoal e ao consumo mais equilibrado de materiais para manutenção.

Despesas Operacionais

em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma	4T22	4T23	Δ %	2022	2023	Δ %
Total de Despesas	(550.270)	33.377	-106%	(915.520)	(399.397)	-56%
Despesas com Vendas	(2.822)	(2.709)	-4%	(12.641)	(10.263)	-19%
Despesas Gerais e Administrativas	(17.451)	(22.542)	29%	(71.376)	(82.190)	15%
Outras Operacionais, Líquidas	(529.997)	58.628	-111%	(831.503)	(306.944)	-63%

No 4T23 as Despesas Operacionais foram de R\$ 33 milhões positivos, principalmente pela Reversão de provisões de juros e multas sobre o Drawback em R\$ 64 milhões, em função do cumprimento de alguns atos concessórios. Em 2023 temos um total de R\$ 389 milhões, principalmente pelas provisões de juros e multas do Drawback em R\$ 194 milhões e provisões para perdas de ativos em R\$ 67 milhões, além de provisões de Contingências Trabalhistas e Fiscais em R\$ 29 milhões.

No ano, as Despesas com Vendas obtiveram redução de 19%, que suportaram um leve aumento de 15% nas Despesas Gerais e Administrativas.

em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma	4T22	4T23	Δ %	2022	2023	Δ %
Principais itens-Outras Operacionais Líquidas:						
Provisões contingências trabalhistas e fiscais	(314.413)	(12.041)	96%	(326.749)	(29.481)	91%
Provisões diversas	(569)	(724)	-27%	(3.039)	(2.294)	25%
Ativos mantidos para venda*	0	0	n.a	(16.500)	0	n.a
Provisão penalidades contratos onerosos*	0	0	n.a	0	0	n.a
Arbitragem Santander/BTG	0	0	n.a	0	0	n.a
Reintegra normalizado / Recuper. de Impostos	0	0	n.a	0	0	n.a
Resultado venda de precatórios	0	0	n.a	(6.166)	0	n.a
Exclusão ICMS na base calculo do PIS/COFIN	(466.358)	19.663	1,04	(466.358)	(1.048)	100%
Total de Itens Não Recorrentes	(781.340)	6.898	101%	(818.812)	(32.823)	96%
Total de itens Recorrentes	251.343	61.730	42%	(12.691)	(264.121)	-1981%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

PARANAPANEMA



O cobre transforma o mundo. A Paranapanema transforma o cobre.

EBITDA

	4T22	4T23	Δ %	2022	2023	Δ %
Lucro (prejuízo) Líquido	(1.991.432)	(215.528)	89%	(2.701.084)	(1.389.934)	49%
(+) Impostos	(10.999)	(506)	95%	(26.741)	12.618	147%
(+) Resultado Financeiro Líquido	1.044.216	93.279	-91%	1.314.140	620.034	-53%
EBIT	(958.215)	(122.755)	87%	(1.413.685)	(757.282)	46%
(+) Depreciações e Amortizações	28.934	26.063	-10%	116.611	110.407	-5%
EBITDA	(929.281)	(96.692)	90%	(1.297.074)	(646.875)	50%
% das Receitas	-557,4%	-131,2%	426,1 p.p.	-64,7%	-66,5%	-1,8 p.p.
EBITDA AJUSTADO (LME e Dólar no estoque e OCI)	(151.841)	(170.538)	-12%	(402.840)	(416.381)	-3%
% das Receitas	-91,1%	-231,5%	-140,4 p.p.	-20,1%	-42,8%	-22,7 p.p.

A busca consistente por maiores volumes de venda combinado com uma desaceleração de custos fixos e despesas e de uma melhor eficiência operacional resultaram em um EBITDA Ajustado de apenas 3% menor em 2023 quando comparado ao obtido no ano anterior.

A despeito da redução nas vendas em 37%, o EBITDA Ajustado de 4T23 foi negativo em R\$ 170 milhões que em comparação ao mesmo período do ano anterior, que a empresa fechou em R\$ 152 milhões negativos, representou uma queda de 12% por conta das restrições de capital de giro e necessidades de manutenção da planta.

O EBITDA Ajustado, que exclui os efeitos de LME e Dólar no estoque, contingências e demais efeitos não recorrentes, fechou o ano de 2023 negativo em R\$ 416 milhões, próximo dos R\$ 403 milhões negativos de 2022.

Lucro Líquido e Lucro Líquido Ajustado

O Prejuízo Líquido em 4T23 foi de R\$ 216 milhões, impactado principalmente pelos encargos financeiros dos empréstimos e financiamentos de R\$ 93 milhões, pelos valores de Ociosidade em R\$ 74 milhões, além de provisões de demandas judiciais de R\$ 77 milhões. Quando excluídos os efeitos dos encargos financeiros e outros efeitos não recorrentes, tem-se um Prejuízo Líquido Ajustado de R\$ 175 milhões.

Através do seu Plano de Recuperação Judicial (PRJ), a empresa espera obter maior acesso às linhas de financiamento para capital de giro e aumentar o seu volume de produção e vendas trazendo equilíbrio para seus resultados.

Geração de Caixa Operacional

No 4T23 a Geração de Caixa Operacional foi positiva em R\$ 6 milhões, representando os avanços de eficiência operacional quando comparado aos R\$ 37 milhões negativos do 4T22. No ano de 2023 temos uma geração negativa de R\$ 124 milhões, impactada principalmente pelo aumento nas aquisições de matérias primas.

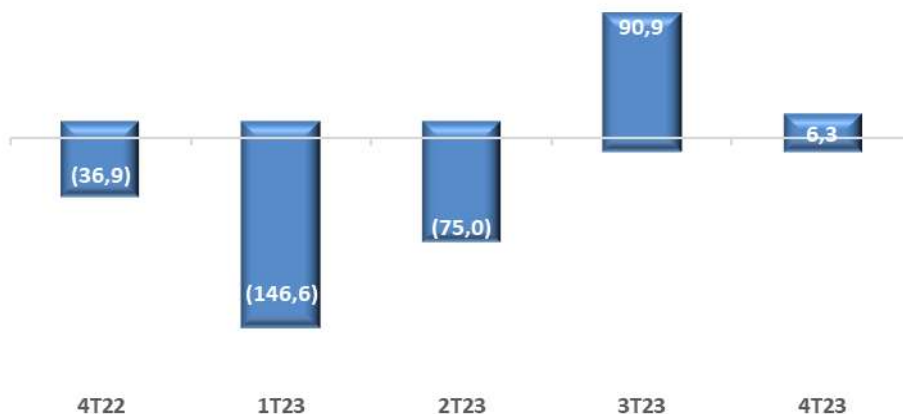
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

PARANAPANEMA



O cobre transforma o mundo. A Paranapanema transforma o cobre.

Caixa Operacional (R\$ milhões)



Endividamento

em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma	3T22	4T22	1T23	2T23	3T23	4T23
Empréstimos e Financiamentos Curto Prazo	743.216	2.852.854	3.069.490	3.173.906	3.185.653	3.275.304
Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo	2.460.326	382.145	371.716	357.133	484.664	466.305
Empréstimos Bancários Totais	3.203.542	3.234.999	3.441.206	3.531.039	3.670.317	3.741.609
Custos de Transação - reperfilamento	(43.663)	(42.708)	(40.161)	(37.608)	(35.055)	(30.145)
Empréstimos Totais	3.159.879	3.192.291	3.401.045	3.493.431	3.635.262	3.711.464
Operações com forfaiting e cartas de crédito	22.554	11.152	11.919	12.694	13.478	229
Instrumentos Financeiros Derivativos Passivo	11.174	1.053	1	1	1	0
Instrumentos Financeiros Derivativos Ativo	(98.662)	(87.840)	(53.702)	(70.193)	(82.674)	(1.340)
Dívida bruta	3.094.945	3.116.656	3.359.263	3.435.933	3.566.067	3.710.353
Caixa e Equivalentes de Caixa	25.507	2.500	586	3.521	419	85
Aplicações Financeiras	23.360	21.350	20.280	26.142	23.724	24.367
Dívida Líquida	3.046.078	3.092.806	3.338.397	3.406.270	3.541.924	3.685.901
Divida Curto Prazo(%)	22%	88%	89%	90%	87%	87%
Divida Longo Prazo (%)	78%	12%	11%	10%	13%	13%

Em função do não pagamento da parcela da dívida do Acordo Global, no 4T22 houve a reclassificação das dívidas em renegociação para o passivo de curto prazo em conformidade com o CPC 26. Na posição de balanço de 4T23 o montante reclassificado é de R\$ 1.812,9 milhão, o que mantém o perfil da dívida com 87% para vencimento no curto prazo.

A Companhia segue em negociação com os Credores com o intuito de obter novas condições para o equacionamento de seu passivo.

em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma	3T22	4T22	1T23	2T23	3T23	4T23
Em Moeda Estrangeira	76%	73%	69%	65%	65%	62%
Em Moeda Local	24%	27%	31%	35%	35%	38%

O endividamento em moeda local representou 38% das dívidas no 4T23, em função do aumento dos aportes com parceiros financeiros locais para viabilizar as operações.

Recuperação Judicial

Medidas Gerais de Recuperação constantes no Plano:

- Retomada das Operações

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

PARANAPANEMA



O cobre transforma o mundo. A Paranapanema transforma o cobre.

- Concessão de prazos e condições especiais para o pagamento dos Créditos
- Venda parcial dos ativos do Grupo Paranapanema
- Obtenção de Novos Financiamentos

Resumo do quadro de Credores conforme posição contábil de 31.12.2023 e relatório do AJ (Administrador Judicial):

Classe de credores	Valor	Qtde
Classe I - Créditos Trabalhista	(195.966)	810
Classe II - Créditos com garantia real	(9.953)	1
Classe III - Créditos Quirografário	(269.165)	1.006
Classe IV - ME e EPP	(4.628)	122
Total	(479.711)	

O plano detalhado encontra-se no site de Relações com Investidores da Paranapanema.

Notas Explicativas

PARANAPANEMA



Índice de
Ações com Tag Along
Diferenciado

Índice de
Ações com Governança
Corporativa Diferenciado

O cobre transforma o mundo. A Paranapanema transforma o cobre.

Balancos patrimoniais

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	05	80	2.447	85	2.500
Aplicações financeiras	05	24.367	21.309	24.367	21.309
Banco conta vinculada	05	11	97	11	97
Contas a receber de clientes	06	1.746	40.678	1.746	40.547
Estoques	07	298.085	291.814	298.085	291.814
Impostos e contribuições a recuperar	08	40.186	108.624	41.399	110.980
Outros ativos circulantes	09	7.777	6.021	7.814	6.054
Instrumentos financeiros derivativos	28	1.340	87.840	1.340	87.840
Despesas antecipadas		13.451	8.822	13.451	8.822
Total do ativo circulante		387.043	567.652	388.298	569.963
Ativos mantidos para venda	10	22.636	22.636	22.636	22.636
		22.636	22.636	22.636	22.636
Aplicações financeiras	05	-	41	-	41
Impostos e contribuições a recuperar	08	243.221	168.412	255.813	181.003
Depósitos de demandas judiciais	09.a	34.521	37.200	34.521	37.200
Outros ativos não circulantes	09	52.087	52.158	52.533	52.729
Despesas antecipadas		7.559	6.899	7.559	6.899
Total do realizável a longo prazo		337.388	264.710	350.426	277.872
Direito de uso de Ativo	15	12.577	12.256	12.577	12.256
Investimentos	11	27.887	27.082	-	-
Outros investimentos		2.815	2.606	2.815	2.608
Ativo imobilizado	12	1.002.940	1.097.371	1.002.940	1.097.371
Ativo intangível	12	4.565	5.891	4.565	5.891
		1.050.784	1.145.206	1.022.897	1.118.126
Total do ativo não circulante		1.410.808	1.432.552	1.395.959	1.418.634
Total do ativo		1.797.851	2.000.204	1.784.257	1.988.597

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

PASSIVO	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Fornecedores	13	407.763	436.593	407.770	436.600
Operações com forfaiting e cartas de crédito	14	229	11.152	229	11.152
Passivo de Arrendamento	15	8.816	11.044	8.816	11.044
Empréstimos e financiamentos	16	3.245.158	2.810.146	3.245.159	2.810.146
Instrumentos financeiros derivativos	28	-	1.053	-	1.053
Salários e encargos sociais	17	63.510	42.550	63.510	42.550
Impostos e contribuições a recolher	18	47.366	10.323	47.613	10.473
Passivos relacionados a contratos de clientes	20	64.226	91.738	64.341	91.853
Outros passivos circulantes	20	29.925	60.231	30.107	60.409
Total do passivo circulante		3.866.993	3.474.830	3.867.545	3.475.280
Fornecedores	13	291.399	155.244	291.399	155.244
Operações com forfaiting e cartas de crédito	14	10.306	-	10.306	-
Passivo de Arrendamento	15	3.761	1.510	3.761	1.510
Empréstimos e financiamentos	16	466.305	382.145	466.305	382.145
Salários e encargos sociais	17	8.031	-	8.031	-
Impostos e contribuições a recolher	18	443.187	-	443.187	-
Provisão para demandas judiciais	19	857.677	766.386	857.677	766.386
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	58.265	24.306	59.556	25.598
Outros passivos não circulantes	20	15.437	13.349	-	-
Total do passivo não circulante		2.154.368	1.342.940	2.140.222	1.330.883
Total do passivo		6.021.361	4.817.770	6.007.767	4.806.163
Capital social	21.a	2.069.566	2.069.566	2.069.566	2.069.566
Debêntures conversíveis em ação	21.b	25.787	25.787	25.787	25.787
Custo de Capitalização		(5.375)	(5.375)	(5.375)	(5.375)
Ajuste de avaliação patrimonial	21.h	113.864	135.535	113.864	135.535
Ações em tesouraria		(741)	(741)	(741)	(741)
Prejuízos acumulados		(6.426.611)	(5.042.338)	(6.426.611)	(5.042.338)
Patrimônio líquido	21	(4.223.510)	(2.817.566)	(4.223.510)	(2.817.566)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(4.223.510)	(2.817.566)	(4.223.510)	(2.817.566)
Total do passivo e do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		1.797.851	2.000.204	1.784.257	1.988.597

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto prejuízo por ação)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receita líquida de vendas	22	972.820	2.005.986	972.820	2.005.986
Custo dos produtos vendidos	23	(1.330.705)	(2.504.151)	(1.330.705)	(2.504.151)
(Prejuízo) bruto		(357.885)	(498.165)	(357.885)	(498.165)
Despesas comerciais	23	(10.259)	(12.630)	(10.263)	(12.641)
Gerais e administrativas	23	(81.771)	(70.691)	(82.190)	(71.376)
Equivalência patrimonial	11	922	(33.088)	-	-
Outras despesas	24	(314.035)	(812.120)	(314.164)	(856.151)
Outras receitas	24	7.217	24.647	7.220	24.648
(Despesas) operacionais		(397.926)	(903.882)	(399.397)	(915.520)
(Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		(755.811)	(1.402.047)	(757.282)	(1.413.685)
Despesas financeiras	25	(935.077)	(1.884.192)	(935.202)	(1.884.465)
Receitas financeiras	25	313.351	568.816	315.168	570.325
(Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		(1.377.537)	(2.717.423)	(1.377.316)	(2.727.825)
Imposto de renda e contribuição social corrente	26	-	-	(222)	(129)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	(12.397)	16.339	(12.396)	26.870
Imposto de renda e contribuição social		(12.397)	16.339	(12.618)	26.741
(Prejuízo) do exercício		(1.389.934)	(2.701.084)	(1.389.934)	(2.701.084)
(Prejuízo) básico por ação ordinária em reais				(32,02435)	(62,23351)
(Prejuízo) diluído por ação ordinária em reais				(32,02435)	(62,23351)

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

O cobre transforma o mundo. A Paranapanema transforma o cobre.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Controladora/Consolidado	
	2023	2022
(Prejuízo) do exercício	(1.389.934)	(2.701.084)
Outros componentes do resultado abrangente, liquidados dos efeitos tributários		
Itens reclassificados para o resultado	-	837.691
Hedge fluxo de caixa-Receita exportação ACC/PPE	-	408.806
Hedge fluxo de caixa-NDF receita de vendas	-	2.802
Hedge fluxo de caixa-outras dívidas	-	426.083
Itens que não serão reclassificados para o resultado	(116)	(147)
Ganhos var. camb. investimentos exterior	(116)	(147)
Total do resultado abrangente do exercício	(1.390.050)	(1.863.540)
Atribuível a		
Acionistas da Companhia	(1.390.050)	(1.863.540)

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

O cobre transforma o mundo. A Paranapanema transforma o cobre.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Debêntures conversíveis em ações	Custo de Capitalização	Ações em tesouraria	Prejuízos acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Patrimônio líquido consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021		2.069.566	25.787	(5.375)	(741)	(2.390.264)	(652.999)	(954.026)
Instrumentos financeiros líquido de tributos	21.h	-	-	-	-	-	837.691	837.691
Ganhos e perdas var camb. investimento exterior	21.h	-	-	-	-	-	(147)	(147)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	21.h	-	-	-	-	65.347	(65.347)	-
Imposto s/ realiz. do ajuste de avaliação patrimonial	21.h	-	-	-	-	(16.337)	16.337	-
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	49.010	788.534	837.544
(Prejuízo) do exercício		-	-	-	-	(2.701.084)	-	(2.701.084)
Saldo em 31 de dezembro de 2022		2.069.566	25.787	(5.375)	(741)	(5.042.338)	135.535	(2.817.566)
Ganhos e perdas var camb. investimento exterior	21.h	-	-	-	-	-	(116)	(116)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	21.h	-	-	-	-	8.176	(8.176)	-
Imposto s/ realiz. do ajuste de avaliação patrimonial	21.h	-	-	-	-	(2.515)	(13.379)	(15.894)
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	5.661	(21.671)	(16.010)
(Prejuízo) do exercício		-	-	-	-	(1.389.934)	-	(1.389.934)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		2.069.566	25.787	(5.375)	(741)	(6.426.611)	113.864	(4.223.510)

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
(Prejuízo) antes do IR e da CS		(1.377.537)	(2.717.423)	(1.377.316)	(2.727.825)
Ajustes para reconciliar o prejuízo com recursos aplicado nas (gerado pelas) atividades operacionais					
Valor residual de ativo permanente baixado	12	4	1.916	4	1.916
Depreciação e amortização	12	98.191	103.006	98.191	103.006
Amortização direito de uso do ativo	15	12.216	13.605	12.216	13.605
Equivalência patrimonial	11	(922)	33.088	-	-
Provisão (reversão) perda estimada do valor recuperável		2.763	(1.367)	2.763	(1.367)
Provisão de outras perdas estimadas		6.206	418.627	6.206	462.443
Provisão para perdas demandas judiciais	19	39.481	326.749	39.481	326.749
Ajuste a valor presente		(879)	(123)	(879)	(123)
Custos de capitalização - Renegociação Dívida	16	-	(4.793)	-	(4.793)
Provisão de Impostos Drawback suspensão	18	396.508	-	396.508	-
Ajuste de avaliação patrimonial	33	-	837.688	-	837.687
Encargos financeiros	33	392.191	351.776	392.076	351.631
(Prejuízo) antes do IR e da CS - ajustado		(431.778)	(637.251)	(430.750)	(637.071)
(Aumento) redução de ativos					
Contas a receber de clientes	06	37.578	71.366	37.447	71.417
Estoques	07	5.370	436.095	5.370	436.095
Impostos e contribuições a recuperar	08	(7.420)	27.506	(6.406)	27.146
Despesas antecipadas		(5.289)	7.842	(5.289)	7.842
Depósitos de demandas judiciais	09.a	2.679	71	2.679	71
Instrumentos financeiros derivativos	28	85.517	(82.196)	85.517	(82.196)
Ativos mantidos para venda	10	-	74.978	-	74.978
Outros ativos circulantes e não circulantes	09	(1.710)	30.795	(1.589)	30.817
Aumento (redução) de passivos					
Fornecedores	13	122.505	459.823	122.505	459.830
Operações com forfaiting e cartas de crédito	14	(617)	(154.390)	(617)	(154.390)
Impostos e contribuições a recolher	18	89.392	(1.237)	89.395	(1.259)
Provisão para demandas judiciais	19	995	(21.472)	995	(21.472)
Salários e encargos sociais	17	28.991	(1.370)	28.991	(1.370)
Instrumentos financeiros derivativos	28	(1.054)	(6.613)	(1.053)	(6.613)
Passivos relacionados a contratos de clientes	20	(21.309)	(13.754)	(21.309)	(13.755)
Outros passivos circulantes e não circulantes	20	(28.218)	41.031	(30.302)	27.686
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		(124.368)	231.224	(124.416)	217.756
Atividades de investimento					
Aplicações financeiras	05	(5.829)	(3.619)	(5.829)	(3.619)
Aplicações financeiras resgatadas	05	10.740	19.361	10.740	19.361
Outros investimentos		(207)	(93)	(207)	(95)
Adições em imobilizado e intangível	12	(19.332)	(89.172)	(19.332)	(89.172)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(14.628)	(73.523)	(14.628)	(73.525)
Atividades de financiamento					
Ingressos de empréstimos e financiamentos	16	865.289	928.771	865.289	928.771
Pagamento de empréstimos e financiamentos	16	(631.955)	(932.220)	(631.955)	(932.220)
Pagamento de Juros s/ empréstimos	16	(77.228)	(148.335)	(77.228)	(148.335)
Pagamentos de passivos de arrendamento	15	(11.635)	(13.374)	(11.635)	(13.374)
Aplicações Conta Escrow	05	(7.842)	(16.536)	(7.842)	(16.536)
Dividendos		-	(152)	-	(152)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		136.629	(181.846)	136.629	(181.846)
Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		(2.367)	(24.145)	(2.415)	(37.615)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	05	2.447	26.592	2.500	40.115
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	05	80	2.447	85	2.500
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		(2.367)	(24.145)	(2.415)	(37.615)

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas				
Vendas de mercadorias e serviços	1.093.896	2.261.547	1.093.896	2.261.548
Provisão de perda estimada de credito liquidação duvidosa	(2.763)	1.367	(2.763)	1.367
Outras receitas	7.061	5.362	7.065	5.365
Insumos adquiridos de terceiros (Inclui o valor dos impostos - ICMS e IPI)				
Custo das mercadorias e serviços vendidos	(1.191.932)	(2.413.373)	(1.191.932)	(2.413.373)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(340.981)	(909.572)	(341.327)	(954.046)
Valor adicionado bruto	(434.719)	(1.054.669)	(435.061)	(1.099.139)
Retenções				
Depreciação e amortização	(98.191)	(103.006)	(98.191)	(103.006)
Amortização direito de uso do ativo	(12.216)	(13.605)	(12.216)	(13.605)
Valor adicionado líquido	(545.126)	(1.171.280)	(545.468)	(1.215.750)
Recebido de terceiros				
Resultado de equivalência	922	(33.088)	-	-
Receitas financeiras	313.351	568.816	315.168	570.325
Valor adicionado total a distribuir	(230.853)	(635.552)	(230.300)	(645.425)
Distribuição do valor adicionado	(230.853)	(635.552)	(230.300)	(645.425)
Pessoal e encargos	192.202	193.001	192.406	193.258
Impostos, taxas e contribuições	26.076	(20.335)	26.300	(30.737)
Juros e aluguéis	940.803	1.892.866	940.928	1.893.138
(Prejuízo) do exercício	(1.389.934)	(2.701.084)	(1.389.934)	(2.701.084)

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

01. Contexto operacional

Paranapanema S.A. - Em Recuperação Judicial (“Paranapanema”, “Controladora” ou “Companhia”), é uma sociedade anônima de capital aberto com sede social em Dias d’Ávila, no Estado da Bahia, na Via do Cobre, nº 3.700, área industrial Oeste, Complexo Petroquímico de Camaçari – COPEC.

As ações da Paranapanema são listadas e negociadas no mais alto nível de governança corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão desde 1971, e dentro do segmento “Novo Mercado” desde 2012, sob o código PMAM3.

A Companhia desenvolve atividades industriais nas áreas de transformação e beneficiamento de minérios, subprodutos e derivados deles resultantes, e na área da metalurgia, abrangendo produtos ferrosos e não ferrosos consistentes em laminados, extrudados, fundidos, manufaturados e semimanufaturados, peças e componentes industriais destinados ao mercado interno e à exportação.

O modelo de negócios da Paranapanema depende substancialmente de investimentos e financiamentos, obtidos por meio de captações de linhas de créditos bancários, antecipação de recebíveis, prazo de pagamento junto a seus fornecedores de matéria-prima e financiamentos em geral.

Em 2021 a Companhia concluiu as negociações, que estavam sendo tratadas desde o primeiro trimestre de 2020 com seus principais credores financeiros (essencialmente os mesmos que participaram do processo de renegociação em 2017), e celebrou o Quarto Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Acordo Global de Reestruturação e Outras Avenças (“Acordo Global”), repactuando o cronograma de pagamento das dívidas financeiras até o final do ano de 2028, conforme cronograma de pagamento divulgado na nota 16.

Além das garantias outorgadas pela Companhia na reestruturação de dívidas realizada em 2017, já previstas no Acordo Global, a Companhia prestou outras garantias envolvendo ativos operacionais e não operacionais, e se comprometeu a envidar seus melhores esforços para realizar a venda de ativos não-operacionais, visando acelerar a amortização dos valores objeto da nova negociação. Para tanto a venda de ativos está sujeita a um processo de governança definido junto aos credores.

Se, por um lado, a negociação gerou a potencial e desejada readequação do caixa da Companhia, para se manter saudável, ela dependia da manutenção do crédito frente a fornecedores tradings, e da venda de ativos não operacionais e direitos creditórios em determinado espaço de tempo. No entanto, essas premissas não se concretizaram. Os fornecedores reduziram o volume de operações com a Companhia e a venda de ativos não ocorreu no cronograma esperado.

Com o cenário de instabilidade política e econômica recente, a Companhia ainda não conseguiu acesso a linhas de crédito satisfatórias que vinham sendo negociadas. Essa situação pode indicar a existência de incerteza relevante que levanta dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e que faz a administração manifestar sua preocupação diante dos fatos apresentados.

Diante das dificuldades para financiar seu capital de giro, a Companhia não realizou o pagamento da parcela semestral de dezembro de 2022 e junho 2023, e não atingiu o cumprimento dos indicadores de *covenants* em 31 de dezembro de 2022, descritos na nota 16. A Companhia está em negociações com os credores do acordo global com o intuito de obter novas condições, mais favoráveis para o equacionamento de seu passivo.

Conseqüentemente, em cumprimento ao CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis, a Companhia classificou as dívidas em renegociação do passivo não circulante para o passivo

O cobre transforma o mundo. **A Paranapanema transforma o cobre.**

circulante no montante atualizado de R\$1.795.942, devido ao não cumprimento das cláusulas de *covenants*. Com essa reclassificação, em 31 de dezembro de 2023 a Companhia apresenta no consolidado um capital circulante líquido negativo de R\$3.479.247.

A Companhia incorreu em prejuízos no exercício no montante de R\$1.389.934, impactado pelo reconhecimento de R\$396.508 de Impostos, multas e juros de atos concessórios do regime Drawback conforme nota explicativa 18.c, e R\$510.422 de juros, multa e juros de mora sobre a dívida conforme nota explicativa 16.a, acumulando prejuízos de R\$6.426.611, deixando o patrimônio líquido da Companhia negativo no total de R\$4.223.510.

Esses eventos e condições indicam a existência de uma incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto a continuidade operacional da Companhia. Se o Companhia não tiver condição de continuar operando no curso normal de seus negócios, então, podem existir impactos i) na realização de seus ativos, e ii) no cumprimento com certas obrigações pelos valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações mediante a recuperação da saúde financeira de acordo com o plano de recuperação judicial.

Recuperação judicial

A Paranapanema S.A.- Em Recuperação Judicial divulgou fato relevante em 30 de novembro de 2022, informando que protocolou, em conjunto com o CDPC – Centro de Distribuição de Produtos de Cobre Ltda. Em Recuperação Judicial e Paraibuna Agropecuária Ltda.- Em Recuperação Judicial, sociedades controladas pela Companhia (“Recuperandas” ou “Grupo Paranapanema”), pedido de recuperação judicial perante a 1ª RAJ da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, nos termos da Lei nº 11.101/05, em caráter de urgência, conforme aprovado por seu Conselho de Administração na presente data e encaminhado para referendo em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas.

Em 13 de dezembro de 2022 o Juízo da 1ª Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados à Arbitragem da 1º RAJ da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, nos autos do processo nº. 1001409- 24.2022.8.26.0260 (“Processo”), deferiu o processamento da Recuperação Judicial.

Em 16 de fevereiro de 2023 a Companhia protocolou o seu Plano de Recuperação Judicial (“Plano”) para discussão com os credores, no qual foram estabelecidos os termos e condições para a reestruturação do endividamento da Companhia, bem como as principais medidas que poderão ser adotadas, sendo que a assembleia geral de credores foi designada para ocorrer em 19 de maio de 2023, em 1ª Convocação, e 26 de maio de 2023, em 2ª Convocação, nos termos do art. 56 da Lei nº. 11.101/05.

Na data de 26 de maio de 2023 foi aprovada a constituição do Comitê de Credores e a suspensão da deliberação da “aprovação, rejeição ou modificação do Plano de Recuperação Judicial apresentado pelo Grupo Paranapanema”, para a continuidade no dia 10 de julho de 2023.

Em 10 de julho de 2023, na retomada da Assembleia Geral de Credores, e por deliberação dos credores presentes decidiu-se pela suspensão da assembleia até o dia 24 de agosto de 2023.

No dia 24 de agosto de 2023 foi retomada a Assembleia Geral dos Credores onde aprovaram o Plano de Recuperação Judicial da Companhia e de suas controladas (i) CDPC - Centro de Distribuição de Produtos de Cobre Ltda. – em Recuperação Judicial, e (ii) Paraibuna Agropecuária Ltda. – em Recuperação Judicial, na forma do artigo 45 da Lei nº 11.101/05.

O cobre transforma o mundo. **A Paranapanema transforma o cobre.**

Com isso, o Plano de Recuperação Judicial seguiu para a homologação do Juízo da Recuperação Judicial, na forma da lei, sendo proferida a decisão homologatória em 16 de novembro de 2023 pelo D. Juízo da 1ª Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados à Arbitragem da 1ª RAJ da capital do Estado de São Paulo e publicada em 22 de novembro de 2023.

A Companhia reconheceu os efeitos contábeis do Plano de Recuperação Judicial na data em que foi publicada a decisão homologatória do referido Plano.

Para a recuperação da saúde financeira da Companhia o plano prevê:

- a) Reestruturação do seu passivo, desalavancar o seu endividamento, retomar seu crescimento de forma sustentada, preservar a manutenção de empregos diretos e indiretos, e atender aos interesses dos Credores, retomando as operações e as fontes de recursos das Recuperandas e estabelecendo formas viáveis para o pagamento dos seus credores.
- b) Retomada das Operações mediante a celebração de novos contratos com seus fornecedores para o desenvolvimento das suas principais atividades. Por essa razão é necessária a concessão de tratamento benéfico a fornecedores que, em contrapartida, forneçam e mantenham as bases negociais anteriormente existentes com o Grupo Paranapanema, nos termos deste Plano, além de eventuais outras medidas previstas no art. 50 da Lei de Recuperação de Empresas que venham a ser aprovadas pela Assembleia de Credores.
- c) Concessão de prazos e condições especiais para o pagamento dos Créditos Sujeitos ao Plano.
- d) Venda Parcial dos ativos da Companhia nos termos do Plano.
- e) Captar recursos com terceiros mediante obtenção de Novos Financiamentos, sendo certo que a Companhia envidará seus melhores esforços para obter condições negociais mais favoráveis ao incremento de seu patrimônio em relação a taxas, prazos e demais obrigações contratuais, observadas as restrições previstas no Plano para a concessão de garantias para tais Novos Financiamentos.
- f) Tomar medidas de reorganização da estrutura societária para viabilizar a adequada implementação de dispositivos operacionais e financeiros previstos no Plano, dentre os quais autorizadas desde já a:
 - (i) capitalização de mútuos realizados entre as Recuperandas (*intercompany*);
 - (ii) realização de operações de reorganização societária, dentre elas, cisão, aquisição, incorporação, constituição de subsidiárias integrais das Recuperandas e, posterior, *drop down* de ativos ou qualquer outra operação de reorganização societária envolvendo as Recuperandas, desde que
 - (a) observadas todas as disposições legais aplicáveis;
 - (b) tais operações não impliquem quaisquer violações de direitos e prerrogativas, contratuais ou legais, para os Credores incluindo as garantias constituídas em favor dos Credores; e
 - (iii) aumentar o capital social das Recuperandas, inclusive mediante conversão de créditos em capital.

O cobre transforma o mundo. A Paranapanema transforma o cobre.

No quadro abaixo seguem as posições de balanço que foram afetadas pela recuperação judicial.

PASSIVO	2023	Concursal	Não Concursal
Fornecedores	407.770	7.896	399.874
Operações com forfaiing e cartas de crédito	229	10	219
Passivo de Arrendamento	8.816	-	8.816
Empréstimos e financiamentos	3.245.159	5	3.245.154
Salários e encargos sociais	63.510	7.012	56.498
Impostos e contribuições a recolher	47.613	-	47.613
Passivos relacionados a contratos de clientes	64.341	-	64.341
Outros passivos circulantes	30.107	-	30.107
Total do passivo circulante	3.867.545	14.923	3.822.515
Fornecedores	291.399	220.675	70.724
Operações com forfaiing e cartas de crédito	10.306	10.525	(219)
Passivo de Arrendamento	3.761	-	3.761
Empréstimos e financiamentos	466.305	1.166	465.139
Salários e encargos sociais	8.031	327	7.704
Impostos e contribuições a recolher	443.187	-	443.187
Provisão para demandas judiciais	857.677	197.598	660.079
Imposto de renda e contribuição social diferidos	59.556	-	59.556
Total do passivo não circulante	2.140.222	430.291	1.709.931
Total do passivo	6.007.767	445.214	5.532.446
Capital social	2.069.566	-	2.069.566
Debêntures conversíveis em ação	25.787	25.787	-
Custo de Capitalização	(5.375)	-	(5.375)
Ajuste de avaliação patrimonial	113.864	-	113.864
Ações em tesouraria	(741)	-	(741)
Prejuízos acumulados	(6.426.611)	-	(6.426.611)
Patrimônio líquido	(4.223.510)	25.787	(4.249.297)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(4.223.510)		(4.249.297)
Total do passivo e do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	1.784.257	471.001	1.283.149

Os passivos da Companhia negociados no âmbito da recuperação judicial foram segregados em quatro classes.

Classe de credores	Saldo aprovado no plano de recuperação judicial
Classe I - Créditos Trabalhista	198.853
Classe II - Créditos com garantia real	9.953
Classe III - Créditos Quirografário	257.347
Classe IV - ME e EPP	4.849
Total	471.001

Classe I - Créditos Trabalhista

Contempla os credores trabalhistas cujo valor de cada crédito será corrigido monetariamente pelo IPCA e passará a sofrer a incidência de juros à taxa total de 0,5%a.a. Os pagamentos ocorrerão da seguinte forma:

- Créditos trabalhistas incontroversos de natureza estritamente salarial até o limite de 5 salários-mínimos com prazo de pagamento de 30 dias após a homologação do plano.
- Créditos Trabalhistas incontroversos até 150 Salários-Mínimos serão pagos no prazo de até um ano a contar da homologação judicial do Plano ou à data em que se tornarem Créditos Trabalhistas Incontroversos.
- A diferença entre o valor total do crédito trabalhista incontroverso e o limite de 150 Salários-Mínimos sofrerá um deságio de 50% e será pago em 48 parcelas mensais a partir do 25º (vigésimo quinto) mês a contar da homologação judicial do Plano, conforme as porcentagens de amortização abaixo:

	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
Ano 3	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%
Ano 4	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%
Ano 5	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%	3,33%	3,33%	3,33%	3,33%	3,33%	3,33%
Ano 6	3,33%	3,33%	3,33%	3,33%	3,33%	3,33%	4,17%	4,17%	4,17%	4,17%	4,17%	4,17%

Classe II - Créditos com garantia real

Esta classe contempla o credor com garantia real. Nessa classe os credores serão remunerados pelo equivalente a 100% do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), para os créditos com garantia real em reais e 100% da taxa equivalente ao CPI (*Consumer Price Index* - Índice de preços ao consumidor norte americano), para os créditos com garantia real em moeda estrangeira.

Os juros e correção monetária serão capitalizados anualmente a partir da homologação judicial do Plano e serão pagos mensalmente a partir do 25º (vigésimo quinto) mês a contar da homologação judicial do Plano, conforme as porcentagens de amortização abaixo:

	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
Ano 3	0,42%	0,42%	0,42%	0,42%	0,42%	0,42%	0,42%	0,42%	0,42%	0,42%	0,42%	0,42%
Ano 4	0,42%	0,42%	0,42%	0,42%	0,42%	0,42%	0,42%	0,42%	0,42%	0,42%	0,42%	0,42%
Ano 5	1,25%	1,25%	1,25%	1,25%	1,25%	1,25%	1,67%	1,67%	1,67%	1,67%	1,67%	1,67%
Ano 6	1,67%	1,67%	1,67%	1,67%	1,67%	1,67%	2,08%	2,08%	2,08%	2,08%	2,08%	2,08%
Ano 7	2,08%	2,08%	2,08%	2,08%	2,08%	2,08%	2,08%	2,08%	2,08%	2,08%	2,08%	2,08%
Ano 8	2,08%	2,08%	2,08%	2,08%	2,08%	2,08%	2,08%	2,08%	2,08%	2,08%	2,08%	2,08%

Classe III - Créditos Quirografário

Esta Classe é composta pelos credores quirografários que serão pagos da seguinte forma:

Pagamento de até R\$15 integralmente a cada credor quirografário, limitado ao valor do respectivo crédito quirografário, em 3 (três) parcelas de igual valor R\$5, realizadas respectivamente, em até 9, 15 e 21 meses a contar da homologação judicial do Plano.

O saldo remanescente sofrerá um deságio de 50% e será pago em 48 parcelas mensais a partir do 25º (vigésimo quinto) mês a contar da homologação judicial do Plano, conforme as porcentagens de amortização abaixo:

	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
Ano 3	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%
Ano 4	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%
Ano 5	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%	3,33%	3,33%	3,33%	3,33%	3,33%	3,33%
Ano 6	3,33%	3,33%	3,33%	3,33%	3,33%	3,33%	4,17%	4,17%	4,17%	4,17%	4,17%	4,17%

Classe IV - ME e EPP

A Classe IV é composta por credores de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) que serão pagos da seguinte forma:

Pagamento de até R\$11 integralmente a cada Credor de ME e EPP, limitado ao valor do respectivo Crédito de ME e EPP, em até 12 meses a contar da Data de Homologação. O saldo remanescente será pago em 12 parcelas iguais e sucessivas a partir do 25º (vigésimo quinto) mês, a contar da homologação judicial do Plano.

Após a homologação judicial do Plano, o valor dos créditos passará a sofrer a incidência de juros e correção monetária à taxa total de 100% do IPCA, com pagamentos mensais a partir do 25º (vigésimo quinto) mês. Os juros e correção monetária serão capitalizados anualmente será pago em 12 parcelas iguais e sucessivas a partir do 25º (vigésimo quinto) mês, a contar da homologação judicial do Plano.

Conversão de Crédito em Capital

Quaisquer credores que possuírem créditos sujeitos ao plano poderão optar pela conversão de seu crédito em capital. o Credor que optar pela conversão de seus respectivos créditos não sofrerá deságio. As conversões de crédito em capital ocorrerão em 6 (seis) oportunidades, observada cada uma das janelas de opção descritas no plano.

O preço de referência para conversão do crédito em capital para cada um dos eventos de conversão equivalerá à média ponderada do valor médio da ação pelo volume de ações negociado no respectivo pregão, considerando todos os pregões realizados na B3 em que houver negociação de ações PMAM3 (VWAP) verificados nos 30 dias anteriores à data de definição do preço de conversão do respectivo evento de conversão, dividida por 0,9 (nove décimos).

A íntegra do Plano de Recuperação Judicial aprovado, a ata da Assembleia Geral de Credores, bem como todas as informações referentes ao processo de recuperação judicial da Companhia estão disponíveis no website da Companhia em www.paranapanema.com.br/ri e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM em www.cvm.gov.br. As informações acima resumidas devem ser lidas em conjunto com os Planos de recuperação judicial propriamente dito e conforme a conceituação dos termos definidos.

Entidades do grupo – “Controladas”

A Companhia detém as seguintes participações societárias em suas Controladas diretas:

Controladas	2023	2022
CDPC-Centro de Distribuição de Produtos de Cobre Ltda –Em Recuperação Judicial Empresa com sede na cidade de Santo André, SP, Brasil, tendo como principal objeto social a comercialização e distribuição de cobre, suas sobras e outros minérios, de suas ligas e dos produtos e subprodutos deles resultantes.	100,00%	100,00%
Paraibuna Agropecuária Ltda. (*) – Em Recuperação Judicial Empresa com sede na cidade de Santo André, SP, Brasil, tendo como objeto social a exploração de atividades agropecuárias, pastoris e reflorestamentos.	99,98%	99,98%
Caraíba Incorporated Ltd. (*) Empresa com sede nas Ilhas Caimã, constituída em 08 de julho de 2005.	100,00%	100,00%
Paranapanema Netherland B.V. (*) Empresa com sede na cidade de Amsterdam, Holanda, constituída em 09 de abril de 2014	100,00%	100,00%

(*) Empresas não estão operacionais

02. Base de preparação

A) Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, (BR GAAP), incluindo os pronunciamentos emitidos pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA Individual e Consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está

O cobre transforma o mundo. A Paranapanema transforma o cobre.

apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das Demonstrações Financeiras.

A emissão das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 14 de março de 2024.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão

B) Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- Os instrumentos financeiros não derivativos designados e mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Estoques de metais objeto de *hedge* e mensurados pelo valor justo em reais por meio do resultado;

C) Moeda funcional e moeda de apresentação

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas estão sendo apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma

D) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, de acordo com as normas do IFRS e as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

- Nota 01 – continuidade operacional: se existem incertezas materiais que podem levantar dúvidas significativas sobre a capacidade da entidade de continuar operando

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

E) Incertezas sobre premissas e estimativas contábeis críticas

As informações sobre incertezas relacionadas às premissas e estimativas contábeis críticas, que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 08- Impostos e contribuições a recuperar: ações tomadas pela Companhia para realização dos créditos de ICMS e homologação de parte dos créditos do PIS e da COFINS;
- Nota 12- Imobilizado e intangível: principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis e análise da vida útil;
- Nota 19- Provisão para demandas judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Nota 28- Instrumentos Financeiros: valor justo dos derivativos.

03. Mensuração do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a determinação do valor justo para os ativos e passivos financeiros. Os valores justos têm sido determinados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo.

Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo.

Os ativos e passivos financeiros registrados ao valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis de hierarquia ao valor justo (nota 28.4).

Outros passivos financeiros não derivativos

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial e, para fins de divulgação, a cada data de relatório anual. O valor justo é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de mensuração. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes.

04. Políticas contábeis materiais

A Companhia tem aplicado as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

A) Base de consolidação

i. Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

ii. Investimentos em entidades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas.

iii. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

B) Moeda estrangeira

i. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para Real, moeda funcional da Companhia, pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos com base na taxa de câmbio na data da transação.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas no resultado. No entanto, as diferenças cambiais resultantes da reconversão dos itens listados abaixo são reconhecidas em outros resultados abrangentes:

- Passivo financeiro designado como proteção (*hedge*) do investimento líquido em uma operação no exterior, na extensão em que a proteção (*hedge*) seja efetiva, os quais são reconhecidos em outros resultados abrangentes; ou
- Uma proteção (*hedge*) de fluxos de caixa que se qualifica, os quais são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

ii. Operações no Exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para Real (moeda funcional) às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido.

C) Instrumentos financeiros

C.1) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os ativos financeiros ao custo amortizado inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Os ativos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O cobre transforma o mundo. A Paranapanema transforma o cobre.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: (i) ao custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) ao valor justo por meio do resultado.

i. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:

São ativos financeiros mantidos pela Companhia com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. ativos.

Compreende o saldo das rubricas caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros ativos.

ii. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Compreende o saldo das rubricas de instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos.

C.1.2) Aplicações Financeiras e recebíveis

As aplicações financeiras e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros recebíveis.

i. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros que possuem liquidez imediata ou em data inferior a 90 dias e não possuem risco de variações significativas de flutuação em função da taxa de juros, e são utilizados pela Companhia e suas Controladas na gestão das obrigações de curto prazo.

ii. Aplicações Financeiras

Aplicações financeiras e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não sejam cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, aplicações financeiras são mensuradas pelo custo amortizado.

iii. Contas a receber e perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

O saldo de clientes do mercado externo está convertido para reais com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras. A política de vendas da Companhia e suas controladas se subordinam às normas de crédito fixadas pela Administração, que procuram minimizar os eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Adicionalmente, especialistas das áreas financeira e comercial avaliam e acompanham o risco dos clientes, de acordo com sua capacidade de pagamento, índice de endividamento e balanço patrimonial. A Companhia conta ainda com perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, demonstrado na Nota 6 de acordo com a norma IFRS 9 (CPC 48), mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais.

C.2) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem inicialmente os títulos de dívida emitidos e passivos subordinados na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação, que é a data na qual a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas deixam de reconhecer um passivo financeiro quando têm suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas.

A Companhia e suas controladas classificam os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Outros passivos financeiros não derivativos compreendem empréstimos e financiamentos, saldos bancários a descoberto, fornecedores e outras contas a pagar.

Saldos bancários a descoberto que tenham que ser pagos quando exigidos e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia e suas controladas são incluídos como um componente do caixa e equivalentes de caixa para fins de demonstração dos fluxos de caixa.

C.3) Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de *hedge*

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira, preço das *commodities* (metal), e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente se:

- as características econômicas e riscos do contrato principal e o derivativo embutido não sejam intrinsecamente relacionados;
- o instrumento separado com os mesmos termos do derivativo embutido satisfaça à definição de um derivativo, e o instrumento combinado não é mensurado pelo valor justo por meio do resultado.

No momento da designação inicial do derivativo como um instrumento de *hedge*, a Companhia documenta formalmente o relacionamento, a estratégia e os riscos entre os instrumentos e objetos de *hedge*, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do *hedge*. A Companhia faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge*, quanto em uma base contínua, se existe a expectativa que os instrumentos de *hedge* sejam “altamente eficazes” na compensação de variações no valor justo ou fluxos de caixa durante o exercício para o qual o *hedge* é designado.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos continuam sendo mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas conforme descrito abaixo.

C.3.1) Derivativos embutidos separáveis

Variações no valor justo de derivativos embutidos separáveis são reconhecidas imediatamente no resultado.

C.3.2) Hedges de Valor Justo

O cobre transforma o mundo. A Paranapanema transforma o cobre.

Quando o derivativo é designado como um instrumento de *hedge* para proteção do valor justo de um ativo ou passivo, a porção efetiva das variações do valor justo do derivativo é reconhecida no resultado e pode ser alocada para ajustar o valor do ativo ou passivo objeto de *hedge* dependendo de sua natureza operacional ou financeira.

A porção inefetiva da variação do valor justo do derivativo é reconhecida no resultado financeiro.

Os efeitos da marcação a mercado dos instrumentos derivativos negociadas em bolsas ativas (de mercadorias e futuros) são objeto de teste de efetividade retrospectivo e prospectivo. A marcação a mercado de derivativos usando preços futuros trazem a volatilidade de mercado futuro para o resultado da Companhia e os efeitos não devem ser considerados para medição de sua performance a menos que a política de gestão de risco permita especular com tais instrumentos derivativos, o que não é o caso da Companhia.

C.3.3) Outros derivativos não mantidos para negociação

Quando um instrumento financeiro derivativo não é designado em um relacionamento de *hedge* que se qualifique para a contabilização de *hedge*, todas as variações em seu valor justo são reconhecidas imediatamente no resultado.

C.4) Capital social

C.4.1) Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo e juntamente com os juros sobre capital próprio somente estarão livres para desembolso quando a Companhia não tiver prejuízos acumulados.

C.4.2) Debêntures conversíveis em ações

São Debêntures que, conforme estabelecido na escritura de emissão, são mandatoriamente conversíveis em ações da Companhia, representados de parcela de empréstimo contraído pela emitente com o investidor garantidos pelo ativo da Companhia visando investimento ou o financiamento de capital de giro. A emissão tem que ser autorizada pelo Conselho de Administração e deliberada em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE").

D) Ativos Mantidos para Venda

Os ativos não correntes, ou grupos mantidos para venda, são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente através de venda ao invés do uso contínuo.

Os ativos, ou o grupo de ativos, mantidos para venda, são mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. As perdas por redução ao valor recuperável apurados na classificação inicial como mantidos para venda ou para distribuição e os ganhos e perdas subsequentes sobre remensuração, são reconhecidos no resultado.

Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados.

E) Benefícios a empregados

i. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

ii. Planos de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

iii. Outros benefícios de longo prazo a empregados

A obrigação líquida do Grupo em relação a outros benefícios de longo prazo a empregados é o valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. Remensurações são reconhecidas no resultado do período.

iv. Benefícios de término de vínculo empregatício

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando o Grupo não pode mais retirar a oferta desses benefícios e quando a Companhia reconhece os custos de uma reestruturação. Caso pagamentos sejam liquidados depois de 12 meses da data do balanço, então eles são descontados aos seus valores presentes.

F) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Companhia;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados;
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O *software* adquirido que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do item), são reconhecidos em outras

receitas/ despesas operacionais no resultado.

G) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

H) Depreciação e amortização

Itens do ativo imobilizado e intangíveis são depreciados e amortizados respectivamente a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação ou amortização é calculada para amortizar o custo dos itens do ativo imobilizado e intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação ou amortização é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado e intangível para o exercício corrente e exercícios comparativos são as seguintes:

• Edificações	25 a 50 anos
• Máquinas e equipamentos	3-30 anos
• Veículos	5 anos
• Móveis e utensílios	5-10 anos
• Software	5 anos

I) Ativos intangíveis

i. Pesquisa e desenvolvimento

Gastos em atividades de pesquisa, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

ii. Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

iii. Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iv. Amortização

Os ativos intangíveis são amortizados com base no método linear e a amortização é reconhecida no resultado pela vida útil estimada dos ativos, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados, caso seja apropriado.

J) Estoques

Os estoques são mensurados inicialmente pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é avaliado ao custo médio líquido dos impostos compensáveis quando aplicáveis e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação, e outros custos incorridos para trazê-los à sua localização e condições atuais. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

Ociosidade

O custo referente à capacidade instalada é transferido às unidades produzidas, integralmente, sempre que as instalações produtivas estiverem sendo utilizadas em condições normais. A partir do ponto em que a ociosidade deixar de estar dentro dos limites da normalidade, o custo referente a essa ociosidade em excesso é levado diretamente nos resultados do período da ociosidade, não se admitindo a sua transferência para estoques, evitando-se, desta maneira, o risco de uma superavaliação destes e da não possibilidade de sua recuperação.

K) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

K.1) Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis)

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a renegociação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um investimento em instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução do valor recuperável.

K.2) Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Uma perda por redução ao valor recuperável em relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida e registrada através do resultado.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Gestão sobre se as condições

O cobre transforma o mundo. **A Paranapanema transforma o cobre.**

econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

K.3) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, exceto os estoques, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma evidência por perda no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o seu valor justo menos despesas de venda. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita uma avaliação de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. (a "unidade geradora de caixa ou UGC").

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

L) Direito de uso de ativos e passivos de arrendamentos

Os direitos de uso de ativos e passivos de arrendamentos correspondem a contratos de arrendamentos de máquinas, equipamentos e edifícios, superiores a 12 meses, de valor substancial e uso exclusivo. O reconhecimento é feito pelo valor futuro das contraprestações assumidas no contrato, trazidos ao valor presente líquido. O direito de uso dos ativos é amortizado em bases lineares pelo prazo vigente do contrato no resultado do exercício na linha competente a sua natureza ("Custo dos produtos vendidos" / "Despesas Gerais e Administrativas" / "Despesas Comerciais"), assim como as despesas de juros, correspondentes a amortização do ajuste ao valor presente líquido dos contratos, são alocadas no "Resultado financeiro".

M) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos da reversão do reconhecimento do desconto pela passagem do tempo são contabilizados no resultado como despesa financeira.

N) Receita operacional

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações. A receita operacional é reconhecida baseada no modelo de cinco etapas da norma do IFRS 15: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinar o preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

As obrigações de desempenho de venda e o frete da entrega dos produtos prometidos aos clientes

O cobre transforma o mundo. **A Paranapanema transforma o cobre.**

se satisfazem simultaneamente, não caracterizando entrega distintas, sendo que o cliente não pode se beneficiar do bem ou serviço isoladamente.

Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

O momento correto da transferência do controle varia dependendo das condições Individuais do contrato de venda.

O) Subvenção e assistência governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receita pelo valor justo quando existe razoável segurança de que elas serão recebidas e que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção, e são reconhecidas no resultado como "receitas líquidas de vendas" em uma base sistemática no período de vida útil do ativo.

As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como "receitas líquidas de vendas" em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas são registradas.

A unidade industrial sede social localizada em Dias d'Ávila, no estado da Bahia, goza de incentivo fiscal de ICMS, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia – Desenvolve. Instituído pela Lei nº 7.980, de 12 de dezembro de 2001 regulamentado pelo Decreto nº 8.205/2002, o incentivo tem por objetivo de longo prazo complementar e diversificar a matriz industrial e agroindustrial do Estado. Este benefício se aplica apenas para as vendas no mercado interno.

P) Receitas (despesas) financeiras

Receitas (despesas) financeiras: Compreendem os valores de juros sobre empréstimos e sobre aplicações financeiras, variação monetária e cambial ativa e passiva, vinculada aos empréstimos com instrumento de "swap", resultado de variação cambial líquido dos ganhos e das perdas com instrumentos financeiros derivativos ("swap" contratado) e descontos diversos que são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência.

Variação Cambial: Uma transação em moeda estrangeira deve ser reconhecida contabilmente, no momento inicial, pela moeda funcional, mediante a aplicação da taxa de câmbio a vista entre a moeda funcional e a moeda estrangeira, na data da transação, sobre o montante em moeda estrangeira. Ao término de cada período de reporte os itens monetários em moeda estrangeira devem ser convertidos, usando-se a taxa de câmbio de fechamento. As variações cambiais advindas da liquidação de itens monetários ou da conversão de itens monetários por taxas diferentes daquelas pelas quais foram convertidos quando da mensuração inicial, durante o período ou em demonstrações financeiras anteriores, devem ser reconhecidas na demonstração do resultado no período em que surgirem.

Q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240, e consideram a compensação de prejuízos fiscais, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa e/ou crédito com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

i. Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

ii. Imposto diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. A alíquota de impostos definidas atualmente para se determinar os créditos tributários diferidos é de 34% (25% para imposto de renda e 9% para contribuição social).

O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias:

- O reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável;
- Diferenças relacionadas a investimentos em controladas, filiais e coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto (joint venture) quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível; e
- O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas são revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

R) Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) Individuais e Consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira suplementar.

S) Lucro ou prejuízo por ação

A Companhia apura o saldo de lucro ou prejuízo por ação com base na atribuição do resultado do exercício das ações emitidas pela Companhia, ponderado as quantidades em circulação durante o exercício.

T) Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

a) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. Conforme divulgado na Nota 16, a Companhia não cumpriu o cronograma de pagamentos previstos no acordo global, e não cumpriu os indicadores de covenants e classificou as dívidas em renegociação do passivo não circulante para o passivo circulante.

b) Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7)

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024. A Companhia está avaliando o impacto das alterações, principalmente no que diz respeito à obtenção de informações adicionais necessárias para atender às novas exigências de divulgação.

c) Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06/IFRS 16).
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

05. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Caixa e bancos		80	1.502	85	1.555
Aplicações financeiras	(a)	-	945	-	945
Caixa e equivalentes de caixa		80	2.447	85	2.500
Aplicações financeiras	(b)	-	4.911	-	4.911
Aplicações financeiras - Escrow	(b)	24.367	16.439	24.367	16.439
Aplicações financeiras		24.367	21.350	24.367	21.350
Ativo circulante		24.367	21.309	24.367	21.309
Ativo não-circulante		-	41	-	41
Banco conta vinculada	(c)	11	97	11	97
Banco conta vinculada		11	97	11	97

A Companhia, seguindo suas políticas de aplicações de recursos, tem mantido suas aplicações financeiras em investimentos de baixo risco, em instituições financeiras avaliadas como de primeira linha, de acordo com rating divulgado pelas principais agências de risco.

a) Aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa

Referem-se a certificados de depósitos bancários renda fixa e operações compromissadas com lastro em debêntures e refletem as condições usuais de mercado nas datas dos balanços, possuem liquidez imediata e sem risco de variações significativas de flutuação em função da taxa de juros.

b) Aplicações Financeiras

Referem-se a certificados de depósitos bancários e operações compromissadas com lastro em debêntures e refletem as condições usuais de mercado nas datas dos balanços. O saldo, no consolidado no valor de R\$4.911 em 31 de dezembro de 2022, estava em garantia para operação de compra de energia no mercado livre e fiança bancária.

O valor de R\$24.367 em 31 de dezembro de 2023 (R\$16.439 em 31 de dezembro de 2022), referem-se a valor aplicados junto ao Banco Itaú S.A., exclusivamente vinculada ao Acordo Global e serão integralmente direcionados ao pagamento ou antecipação das parcelas definidas no cronograma de amortização da dívida.

Em 31 de dezembro de 2023, a remuneração média das aplicações era de 95,5% do CDI (96,6% em 31 de dezembro de 2022), mensuradas ao valor justo em contrapartida do resultado.

c) Banco Conta Vinculada

Trata-se da conta de garantia aberta junto ao Banco Itaú S.A., exclusivamente vinculada ao Acordo Global, com o propósito único de garantir que os adquirentes dos ativos não-operacionais da Companhia depositem o valor da transação de venda e compra, tornando tais recursos indisponíveis para a Companhia, pois, serão integralmente direcionados ao pagamento ou antecipação das parcelas definidas no cronograma de amortização da dívida.

06. Contas a receber de clientes

Notas	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Cientes no país:				
Terceiros	74.558	53.346	75.669	54.457
Partes Relacionadas 11.2	-	131	-	-
Perda Esperada com Créditos de Liquidação Duvidosa	(54.448)	(50.639)	(55.559)	(51.750)
	20.110	2.838	20.110	2.707
Cientes no exterior:				
Terceiros	13.451	43.117	13.451	43.117
Ajuste de preço	(708)	(2.815)	(708)	(2.815)
Perda Esperada com Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.415)	(2.462)	(1.415)	(2.462)
	11.328	37.840	11.328	37.840
Cessão de Credito	(29.692)	-	(29.692)	-
Ativo circulante	1.746	40.678	1.746	40.547

A composição do contas a receber por idade de vencimento, líquida de perda estimada do valor recuperável, é descrita como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
A vencer há mais de 120 dias	57	4.679	57	4.679
A vencer de 91 a 120 dias	378	13	378	13
A vencer de 61 a 90 dias	37	1.555	37	1.555
A vencer de 31 a 60 dias	2.612	24.156	2.612	24.050
A vencer até 30 dias	27.367	12.975	27.367	12.950
Total a vencer	30.451	43.378	30.451	43.247
Vencidas até 30 dias	855	-	855	-
Vencidas de 31 a 60 dias	3	-	3	-
Vencidas de 61 a 90 dias	582	12	582	12
Vencidas há mais de 90 dias	255	103	255	103
Total vencidas	1.695	115	1.695	115
	32.146	43.493	32.146	43.362
Ajuste de preço (a)	(708)	(2.815)	(708)	(2.815)
Cessão de Credito (b)	(29.692)	-	(29.692)	-
	1.746	40.678	1.746	40.547

- a) O Ajuste de preço se refere a instrumentos financeiros derivativos embutidos contratados nas vendas de lama anódica e *revert* (material recuperado dentro do processo metalúrgico que são reprocessados), para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e preço das *commodities*.
- b) Valor referente a cessão de crédito do contas a receber com regresso, que a Companhia efetuou com um Fundo de Investimentos de Direitos Creditórios.

A Companhia está exposta ao risco de crédito em virtude do não recebimento da venda performada de produtos (contas a receber). Para mitigar esse risco, possui políticas e normas para análise e monitoramento de créditos e cobrança de duplicatas.

Em conformidade com o IFRS 9, as perdas esperadas em ativos financeiros formam a base para a determinação das perdas a serem reconhecidas no resultado em decorrência da perda do valor recuperável (*impairment*) dos ativos financeiros.

O cobre transforma o mundo. A Paranapanema transforma o cobre.

A constituição do saldo de perdas de créditos esperadas, em 31 de dezembro de 2023, considera a somatória da perda esperada, onde é aplicado um percentual de perda de acordo com *score* do cliente (pontualidade x restrições), mais a totalidade dos títulos com atraso superior a 90 (noventa) dias.

A movimentação da perda estimada do valor recuperável está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldo inicial	(53.101)	(54.467)	(54.212)	(55.578)
Provisões / Reversões de perdas estimadas exercício	(2.762)	1.140	(2.762)	1.140
Saldo final	(55.863)	(53.327)	(56.974)	(54.438)

07. Estoques

	Controladora/Consolidado	
	2023	2022
Matérias-primas	154.255	152.814
Produtos em processo	56.267	38.023
Produtos acabados	20.934	27.582
Importações em andamento	1	61
Adiantamentos a fornecedores p/compra MP	72	6
Materiais de manutenção e outros	70.271	76.794
Materiais para revenda	135	397
Perda estimada do valor recuperável	(3.850)	(3.863)
Ativo circulante	298.085	291.814

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. São mensurados inicialmente pelo seu valor histórico e, posteriormente, devido ao programa de contabilidade de *hedge* de estoques (vide Nota 28.6.2), as porções relativas ao custo do metal (Cobre, Ouro, Prata, Chumbo, Zinco e Estanho) são ajustadas ao preço médio em dólares desses respectivos metais.

O saldo da perda estimada no montante de R\$3.850 em 31 de dezembro de 2023 (R\$3.863 em 31 de dezembro de 2022), foi constituída com análise dos materiais e produtos sem movimentação há mais de 2 anos na data base. A variação de R\$13 foi reconhecida na linha de outras despesas operacionais na rubrica de outras perdas estimadas.

A Companhia ofereceu o equivalente a R\$ 298.085 (R\$183.596 em 31 de dezembro de 2022) em garantia de cessão de crédito do contas a receber e processos fiscais, sendo R\$189.816 do estoque rotativo da planta de Utinga e Bahia (R\$86.690 em 31 de dezembro de 2022), R\$41.775 de coprodutos (R\$14.503 em 31 de dezembro de 2022) e R\$66.494 de itens do almoxarifado (R\$82.403 em 31 de dezembro de 2022). Caso ocorra decisão desfavorável, os valores serão pagos em moeda corrente.

08. Impostos e contribuições a recuperar

	Notas	Controladora			
		2023		2022	
		Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante
Exclusão ICMS base calculo COFINS	(a)	-	497.847	31.640	435.419
Exclusão ICMS base calculo PIS	(a)	-	108.085	6.869	94.532
Perda estimada do valor recuperável	(a)	-	(423.592)	-	(422.542)
Imposto s/circulação de mercad. e serv.-ICMS	(b)	35.955	40.000	56.255	39.024
Perda estimada do valor recuperável ICMS	(b)	(2.450)	-	-	-
Impostos sobre ativo imobilizado a creditar		2.897	1.964	5.425	3.863
Imposto de renda e contrib. social a restituir	(c)	-	10.277	-	10.277
Perda estimada do valor recuperável	(c)	-	(10.277)	-	(10.277)
Reintegra	(d)	1.518	18.917	1.116	18.116
Contr. p/financ. seguridade social-COFINS	(e)	126	-	4.676	-
Programa de integração social-PIS	(e)	50	-	1.038	-
Imposto de renda retido na fonte-IRRF		160	-	388	-
Impostos sobre produtos industrializados-IPI		346	-	570	-
Outros		1.584	-	647	-
		40.186	243.221	108.624	168.412

	Notas	Consolidado			
		2023		2022	
		Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante
Exclusão ICMS base calculo COFINS	(a)	-	544.193	31.640	481.764
Exclusão ICMS base calculo PIS	(a)	-	118.147	6.869	104.594
Perda estimada do valor recuperável	(a)	-	(467.408)	-	(466.358)
Imposto s/circulação de mercad. e serv.-ICMS	(b)	35.955	40.000	56.255	39.024
Perda estimada do valor recuperável ICMS	(b)	(2.450)	-	-	-
Impostos sobre ativo imobilizado a creditar		2.897	1.964	5.425	3.863
Imposto de renda e contrib. social a restituir	(c)	948	10.277	2.132	10.277
Perda estimada do valor recuperável	(c)	-	(10.277)	-	(10.277)
Reintegra	(d)	1.518	18.917	1.116	18.116
Contr. p/financ. seguridade social-COFINS	(e)	126	-	4.676	-
Programa de integração social-PIS	(e)	50	-	1.038	-
Imposto de renda retido na fonte-IRRF		160	-	409	-
Impostos sobre produtos industrializados-IPI		346	-	570	-
Imposto de renda e contrib. social antecipados		200	-	138	-
Outros		1.649	-	712	-
		41.399	255.813	110.980	181.003

A Administração estima que a projeção dos resultados tributáveis futuros indica que a Companhia e suas controladas apresentam capacidade de realização dos créditos tributários.

Essas estimativas são anualmente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação possam ser consideradas nas informações contábeis.

- a) Decorre de valores objeto de decisões favoráveis obtidas em favor de sociedade incorporada e da Companhia em ações judiciais que questionavam a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, tendo o trânsito em julgado de tais ações judiciais ocorridas em 28 de fevereiro de 2019, 25 de abril de 2019 e 17 de dezembro de 2019.

De acordo com o CPC 00 (R1), que trata da "Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro" (Reconhecimento dos elementos das demonstrações contábeis), um item deve ser reconhecido se for provável que algum benefício econômico futuro ocorra, o qual deve ter valor que possa ser mensurado com confiabilidade, ou seja, de forma completa, neutra e livre de erro.

Em 2019, a Companhia contratou uma consultoria especializada com a finalidade de apoiar na análise e quantificação dos valores envolvidos. Esta análise levou a Companhia a apurar um valor total de R\$724.493.

Em 13 de maio de 2021, o STF decidiu sobre a exclusão do ICMS destacado em nota fiscal na base de cálculo do PIS e da COFINS e modulou os efeitos a partir de 15 de março de 2017, data em que foi fixada a tese de repercussão geral no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 574.706, ressalvadas as ações judiciais e administrativas protocoladas até a data da sessão em que proferido o julgamento. Com essa decisão, a Controlada CDPC – Centro de Distribuição de Produtos de Cobre Ltda, reconheceu no segundo trimestre de 2021, o montante de R\$56.408. A Companhia aguarda o trânsito em julgado da ação e de acordo com sua avaliação há a expectativa de realização sem a necessidade de *impairment*.

O Conselho de Administração da Companhia aprovou a venda de parte dos direitos creditórios oriundos dos processos judiciais relativos ao direito de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS para o Banco BTG Pactual, condicionado ao cumprimento de determinadas condições precedentes, incluindo, dentre outras, a autorização do Juízo da Recuperação Judicial e a aprovação pelos credores detentores de cessão fiduciária de tais créditos. O saldo da provisão para perda com a venda do crédito com deságio em 31 de dezembro de 2023 é de R\$423.592 na controladora e R\$467.408 no consolidado.

- b) Refere-se, substancialmente, ao saldo credor de impostos sobre a circulação de mercadorias e serviços (ICMS), gerado em suas operações, demonstrado pelo seu valor de realização.

Na unidade de Santo André - SP, as operações da companhia vem reduzindo o valor do crédito, deixando o saldo credor em 31 de dezembro de 2023 no montante de R\$48.747, sendo que estão classificados no curto prazo o valor de R\$8.747 e no longo prazo o valor de R\$40.000 (R\$54.375 em 31 de dezembro de 2022).

Na unidade de Dias D'Ávila - BA, em 31 de dezembro de 2023 o saldo credor era de R\$25.665 (R\$39.024 em 31 de dezembro de 2022). Em outubro de 2023 a Companhia vendeu R\$30.000 do seu crédito, a ser transferido ao comprador em 10 parcelas fixas mensais de R\$3.000, sendo que em 2023 já ocorreram a transferência de 3 parcelas, restando R\$21.000 a ser transferido. A venda foi realizada com o deságio de R\$3.500 sobre o total, reconhecido na linha de outras despesas operacionais.

- c) Refere-se ao imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) a ser recuperado pela Companhia referente a exercícios anteriores. Para os valores classificados no ativo não circulante a Companhia já efetuou o pedido de restituição através de processo judicial e aguarda decisão para compensar ou restituir o valor. O total de R\$10.277, classificado no ativo não circulante, está provisionado como perda em decorrência da realização não ser praticamente certa. Os assessores jurídicos da Companhia classificaram como remoto para fins de obtenção de êxito nos pleitos.
- d) Refere-se a Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra). Os valores foram apurados de acordo com os parâmetros definidos na Lei nº 12.546/2011 com alterações da Lei nº 13.043/2014, regulamentado pelo Decreto nº 8.415/2015, alterado pelo Decreto nº 9.393/2018. O saldo de R\$18.284 no longo prazo se refere a reabertura de créditos do período de apuração do 2º e 3º trimestre de 2018.
- e) Refere-se, substancialmente, ao crédito tomado de acordo com as Leis nº10.637/02 (PIS) e nº10.866/03 (COFINS), que se referem ao regime de apuração para a não-cumulatividade.

09. Outros ativos circulantes e não circulantes

09.1 – Outros ativos circulantes e não circulantes

	Nota	2023		2022	
		Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante
Precatórios municipais	(a)	-	44.026	-	43.872
Precatórios federais	(a)	-	5.829	-	5.840
Recuperação plano coletivo Brasilprev	(b)	1.228	-	1.461	-
Adiantamentos a fornecedores	(c)	5.829	-	2.253	-
Contrato de Mutuo com controlada	11.2	-	151	-	27
Adiantamentos a funcionários		583	-	1.613	-
Valor a receber alienação Cibrafertil		-	1.001	-	1.001
Desapropriação		-	931	-	931
Outras operações		137	149	694	487
		7.777	52.087	6.021	52.158

	Nota	2023		2022	
		Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante
Precatórios municipais	(a)	-	44.026	-	43.872
Precatórios federais	(a)	-	5.829	-	5.840
Recuperação plano coletivo Brasilprev	(b)	1.265	-	1.494	-
Adiantamentos a fornecedores	(c)	5.829	-	2.253	-
Adiantamentos a funcionários		583	-	1.613	-
Valor a receber alienação Cibrafertil		-	1.001	-	1.001
Desapropriação		-	931	-	931
Outras operações		137	746	694	1.085
		7.814	52.533	6.054	52.729

- a) Refere-se a precatórios contra os Municípios de Santo André, bem como precatórios e créditos em face da União Federal a serem recebidos a partir de 2025.

A Companhia ofereceu em garantia de processo fiscal precatórios municipais, que em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 totalizavam R\$43.666. Caso ocorra decisão desfavorável os valores serão pagos em moeda corrente.

- b) Refere-se à conta coletiva do plano de previdência privada, administrado pela BrasilPrev, cujo montante foi constituído com os valores não liberados pela Companhia, conforme critérios descritos na Nota 31. No contrato está definido que o valor acumulado na reserva coletiva poderá ser utilizado para ajustar ou melhorar os benefícios ou para quitar suas contribuições futuras.
- c) Refere-se a adiantamentos a fornecedores diversos a serem utilizados na liquidação de notas fiscais.

09.2 Depósitos de demandas judiciais

	Controladora/Consolidado	
	2023	2022
Trabalhista	7.487	6.555
Tributário	24.735	28.361
Previdenciário	861	920
Cível	827	827
Outros	611	537
Ativo não circulante	34.521	37.200

O cobre transforma o mundo. A Paranapanema transforma o cobre.

Depósitos judiciais efetuados para garantia judicial em processos trabalhistas, tributários, previdenciários e cíveis, os quais permanecerão em conta à disposição do juízo. Caso haja alguma determinação pelo levantamento dos depósitos, como por exemplo, em razão da substituição da garantia, estes valores poderão ser levantados antes do término dos processos. Os depósitos judiciais relacionados aos riscos prováveis são apresentados como redutores das contingências provisionadas conforme Nota 19.1.

10. Ativos mantidos para venda

Representado por imóveis disponíveis para venda no montante de R\$22.636 em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, avaliados ao custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada e provisão de perdas, os quais são inferiores aos valores esperados de realização.

Este grupo de ativos inclui imóveis que não são mais utilizados nas operações da Companhia e imóveis oriundos de determinação judicial em função de pendências financeiras de seus clientes, e estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais.

Conforme descrito na nota 1, a Companhia ofereceu garantias envolvendo ativos não operacionais, e se comprometeu a envidar seus melhores esforços para realizar a venda de ativos não-operacionais, visando acelerar a amortização dos valores objeto da nova negociação. Para tanto a venda de ativos está sujeita a um processo de governança definido junto aos credores.

Garantias:

A Companhia ofereceu imóveis não operacionais em garantia de processos junto a instituições financeiras e penhoras judiciais conforme quadro abaixo:

Garantia	Imovel	Valor Contabil
Ação CSLL	Guarujá	9.860
Ação CSLL	Camaçari	7.460
Acordo Global	Serra da Cantareira	266
Acordo Global	Santa Cruz de Cabralia	1.617
Acordo Global	Camaçari	2.897
Total Garantia		22.100

Havendo comercialização dos imóveis, a Companhia deverá substituir os bens dados em garantia e caso ocorra decisão desfavorável nas operações, os valores serão pagos em moeda corrente.

11. Investimentos, partes relacionadas e outros

11.1 Informações resumidas e movimentação dos investimentos em 31 de dezembro de 2023

	CDPC - Centro de Distrib. Prods. Cobre Ltda.	Paranapanema Netherland B.V.	CINC - Caraiba International	Paraibuna Agropec. Ltda.	Total
Informações financeiras resumidas					
Ativo circulante	1.255	1	-	-	1.256
Ativo não circulante	26.423	560	1.045	598	28.626
Total do ativo	27.678	561	1.045	598	29.882
Passivo circulante	553	1	-	-	554
Passivo não circulante	1.290	130	21	-	1.441
Patrimônio líquido	25.835	430	1.024	598	27.887
Total do passivo e do patrimônio líquido	27.678	561	1.045	598	29.882
Despesas Operacionais	(407)	(135)	(8)	-	(550)
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	(407)	(135)	(8)	-	(550)
Resultado Financeiro	1.666	5	22	-	1.693
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.259	(130)	14	-	1.143
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	(221)	-	-	-	(221)
Lucro (Prejuízo) do exercício	1.038	(130)	14	-	922
Movimentação dos Investimentos					
Saldo em 31 de dezembro de 2021	57.515	725	1.480	598	60.317
Ativo não-circulante	57.515	725	1.480	598	60.318
Variação cambial de investimento no exterior	-	(47)	(100)	-	(147)
Equivalência patrimonial	(32.718)	(80)	(290)	-	(33.088)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	24.797	598	1.088	598	27.081
Ativo não-circulante	24.797	598	1.088	598	27.081
Variação cambial de investimento no exterior	-	(38)	(78)	-	(116)
Equivalência patrimonial	1.038	(130)	14	-	922
Saldo em 31 de dezembro de 2023	25.835	430	1.024	598	27.887
Ativo não-circulante	25.835	430	1.024	598	27.887

11.2 Negócios com controladas, partes relacionadas e outros

A Diretoria Executiva ou o Conselho de Administração, no âmbito de suas respectivas alçadas em conformidade com a Política de Transações entre Partes Relacionadas e Conflito de Interesse da Companhia, autorizaram as operações, que são efetuadas a preços e condições normais de mercado, contendo valores, prazos e taxas usuais, normalmente aplicados em transações com partes não relacionadas.

a) Caixa Econômica Federal

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui empréstimos de adiantamentos de contratos de câmbio (ACC), com a Caixa Econômica Federal no montante de R\$241.656 (US\$49.916 mil a taxa de 4,8413), R\$253.210 em 31 de dezembro de 2022 (US\$48.529 mil a taxa de 5,2177) e possui R\$20.555 referente a dívidas nacionalizadas.

A Caixa Econômica Federal detém 16,18% do total de ações da Companhia.

b) CDPC – Centro de Distribuição de Produtos de Cobre Ltda.

As operações no CDPC estão suspensas desde o segundo semestre do ano de 2020 como parte da estratégia do negócio, porém a Controladora mantém a Empresa e sua infraestrutura ativa.

Em 02 de janeiro de 2015, foi assinado, entre a controladora e a controlada CDPC, o Contrato de Rateio de Custos e Despesas, que prevê a realização de rateio proporcional de todos os custos, gastos, despesas, encargos e tributos, exclusivamente relacionados às áreas corporativas, chamadas de Estrutura Compartilhada. Tendo em vista que o objetivo é tão

O cobre transforma o mundo. A Paranapanema transforma o cobre.

somente o repasse dos custos comuns em decorrência do uso da Estrutura Compartilhada, não há lucros ou qualquer forma de remuneração entre as partes.

A Controladora e a controlada tem contratos de mútuo para gestão de recursos de caixa.

c) Paranapanema Netherland B.V. e Caraíba Incorporated Ltda.

A Controladora e a controladas tem contratos de mútuo para gestão de recursos de caixa.

Segue abaixo demonstrativo dos saldos da controladora com as controladas

	Notas	2023	2022
CDPC - Centro de Distrib.Prods. Cobre Ltda.		-	116
Caraíba Incorporated Ltd.		-	15
Ativo circulante	06	-	131
Paranapanema Netherland B.V.		21	-
Caraíba Incorporated Ltd.		130	27
Ativo não circulante	09	151	27
CDPC - Centro de Distrib.Prods. Cobre Ltda.		13.832	11.655
Paranapanema Netherland B.V.		560	591
Caraíba Incorporated Ltd.		1.045	1.103
Passivo não circulante	20	15.437	13.349

12. Imobilizado e intangível

Segue a movimentação do imobilizado no período

	Taxa média de depreciação	2022	Adições	Baixas	Transferências	Provisão de perdas	Depreciação Amortização	2023
IMOBILIZADO								
Terrenos		119.685	-	-	-	-	-	119.685
Aterro Industrial	25%	521	-	-	(521)	-	-	-
Benfeitorias	5%	506	-	-	654	-	(155)	1.005
Edificações	3%	187.478	-	-	117	-	(11.044)	176.551
Instalações	16%	27.588	-	-	-	-	(3.460)	24.128
Máquinas e equipamentos	9%	521.834	-	(4)	6.117	-	(86.004)	441.943
Movéis e Utensílios	8%	51.390	-	-	209	-	(7.633)	43.966
Veículos	20%	30	-	-	-	-	(22)	8
Imobilizado em andamento		178.932	19.235	-	(5.854)	-	-	192.313
Impairment / Prov. Perdas		-	-	-	-	(5.129)	-	(5.129)
Peças Sobressalentes		9.407	-	-	(897)	(40)	-	8.470
Total Imobilizado		1.097.371	19.235	(4)	(175)	(5.169)	(108.318)	1.002.940
INTANGÍVEL								
ERP/Softwares	20%	5.891	-	-	175	-	(1.501)	4.565
Total Intangível		5.891	-	-	175	-	(1.501)	4.565

O montante de R\$108.318 no imobilizado referente à depreciação e R\$1.501 no intangível referente à amortização, totalizando R\$109.819, refere-se a:

	Controladora/Consolidado	
	2023	2022
Áreas Industriais	106.915	111.596
Áreas comerciais	1.360	1.504
Áreas gerais e administrativas	1.544	1.383
Total de depreciação e amortização	109.819	114.483

12.1. Imobilizado em andamento

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da conta de imobilizações em andamento no consolidado, era de R\$192.213 (R\$178.932 em 31 de dezembro de 2022), e estava substancialmente representado por dispêndios nos projetos em execução.

Os principais projetos são destinados à parada programada de manutenção, garantia das atividades operacionais, atualização tecnológica e segurança corporativa.

Os itens em andamento têm como previsão de conclusão no segundo semestre de 2024 e no ano de 2025, tendo os prazos impactados principalmente pela dificuldade de geração de caixa e pelo lay-off aplicado na planta de Dias Dávila.

12.2. Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado e intangível (*impairment*)

Em atendimento às exigências do IAS 36/CPC 01 (R1) - Redução do Valor Recuperável de Ativos, a Companhia efetuou inventário físico e avaliação de seus ativos imobilizados no segundo semestre de 2023 e após conclusão do trabalho ficou evidenciado que o valor estimado de mercado é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

	Valor Contábil	Laudo de Avaliação			Impairment
		Valor Justo	Desp Vendas	Vlr Líquido	
Imóveis Operacionais	321.369	769.796	(46.188)	723.609	(402.240)
Maquinas e Equipamentos	441.943	635.685	(124.225)	511.461	(69.518)
	763.312	1.405.481	(170.413)	1.235.070	(471.758)

Os cálculos avaliatórios para determinação do valor justo e do valor de liquidação foram elaborados com base nos métodos de quantificação do custo, que consiste na obtenção do valor de uma máquina e/ou equipamento novo, igual ou similar, por meio de pesquisa com os fabricantes e fornecedores, acrescido quando for o caso, das despesas de montagem e desmontagem e transporte e com base no custo Histórico que consiste na atualização monetária do custo de aquisição.

O valor justo é determinado a partir do valor de um equipamento novo, levando-se em conta a idade operacional, a vida útil estimada e o valor residual, indexados a uma curva ou função matemática, que tem por limite a vida útil do ativo.

Após levantamento a Companhia constitui provisão de perda no montante de R\$5.129 para ajuste de inventário de itens não localizados.

12.3. Imobilizado oferecido em garantia

A Companhia ofereceu o montante de R\$8.470 de peças sobressalentes (R\$9.407 em 31 de dezembro de 2022) em garantia de cessão de crédito do contas a receber. Caso ocorra decisão desfavorável, os valores serão pagos em moeda corrente.

A Companhia ofereceu também bens do seu ativo imobilizado em garantia de processos fiscais, garantia de financiamentos dos projetos de expansão e atualização tecnológica das linhas de produção e garantia de empréstimos no processo de reperfilamento das dívidas, que em 31 de dezembro de 2023 seus valores contábeis totalizavam R\$762.706.

O cobre transforma o mundo. A Paranapanema transforma o cobre.

Garantias de Processos		Valor Contábil
Penhora Judicial e Alienação Fiduciária sob Condição Suspensiva-Proc Trabalhista		6.868
Penhora Judicial e Alienação Fiduciária sob Condição Suspensiva-Proc Tributario		19.385
Penhora Judicial e Alienação Fiduciária sob Condição Suspensiva-Proc CSLL		39.210
Alienação Fiduciária		530
Total Garantia de Processos		65.993

Garantia de Empréstimos		Valor Contábil
Alienação Fiduciária sob Condição Suspensiva - BNB		192.584
Sub-total (anterior a reestruturação)		192.584
Alienação Fiduciária e Penhora Judicial		110.818
Alienação Fiduciária - Dias D'ávila		145.055
Alienação Fiduciária - Utinga		87.667
Alienação Fiduciária - Serra		19.679
Alienação Fiduciária - ING		140.910
Sub-total (Hipotecados/Penhorados reperfilamento)		504.129
Total Garantia de Empréstimos		696.713
Total Garantia		762.706

13. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Mercadorias	145.208	131.009	145.208	131.009
Fretes e transportes	7.895	3.931	7.895	3.931
Serviços	115.636	7	115.643	14
Energia elétrica/água e esgoto/gás	5.332	11.281	5.332	12.732
Seguros	2.014	-	2.014	-
Outros	189	-	189	-
Fornecedores nacionais	276.274	146.228	276.281	147.686
Mercadorias	194.317	250.353	194.317	250.353
Fornecedores exterior	194.317	268.589	194.317	250.353
Fornecedores Recuperação Judicial	228.571	193.805	228.571	193.805
Total de fornecedores	699.162	591.837	699.169	591.844
Passivo circulante	407.763	436.593	407.770	436.600
Passivo não-circulante	291.399	155.244	291.399	155.244

Em 31 de dezembro de 2023 o saldo a pagar de fornecedores que compõem a lista de credores do plano de recuperação judicial totaliza R\$228.571, sendo R\$7.896 classificados no passivo circulante e R\$220.675 no passivo não circulante, distribuído entre as classes conforme abaixo:

Classe de credores	2023
Classe I - Créditos Trabalhista	6.875
Classe II - Créditos com garantia real	9.953
Classe III - Créditos Quirografário	206.894
Classe IV - ME e EPP	4.849
Total	228.571

14. Operações com “forfaiting” e cartas de crédito

Corresponde à contratos firmados de compra de concentrado de cobre com fornecedores que utilizam bancos para operações denominadas “forfaiting” e cartas de crédito. Nessas transações, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para os bancos que, por sua vez,

O cobre transforma o mundo. A Paranapanema transforma o cobre.

O quadro abaixo demonstra o vencimento das prestações:

	Consolidado
	2023
2024.....	9.583
2025.....	3.107
2026.....	1.342
2027.....	356
	14.388

Em atendimento ao Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/ no 02/2019, a Companhia apresenta os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de amortização, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento:

Total	2024	2025	2026	2027
Passivo de Arrendamento	14.388	4.805	1.698	356
Fluxo com projeção de inflação	14.949	4.973	1.757	368
Direito de Uso	12.577	3.959	1.367	283
Fluxo com projeção de inflação	13.068	4.098	1.415	293
Despesa Financeira	990	383	223	72
Fluxo com projeção de inflação	1.029	396	231	75
Despesa de Depreciação	8.618	2.592	1.084	283
Fluxo com projeção de inflação	8.954	2.683	1.122	293
IPCA Futuro (*)	3,90%	3,50%	3,50%	3,50%

(*) <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus>

O valor das isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses, contratos de arrendamento cujo objeto seja de pequeno valor ou contratados sob demanda, totalizam o montante de R\$5.726 no consolidado no exercício (R\$8.674 em 2022), classificados como alugueis conforme Nota 23.

16. Empréstimos e financiamentos

Desde março de 2020, a Companhia negociou com seus principais credores financeiros (essencialmente os mesmos que participaram do Acordo Global assinado em 2017) para alinhamento do perfil da dívida com a sua futura geração de caixa. Neste contexto, a Companhia contratou a consultoria especializada Moelis & Company Assessoria Financeira Ltda. para assessorá-la neste processo.

Em 29 de dezembro de 2021, a Companhia celebrou com seus principais credores, o Quarto Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Acordo Global de Reestruturação e Outras Avenças ("Acordo Global"), renegociadas pela primeira vez em 2017, ficando assim repactuado o pagamento das dívidas financeiras até o final do ano de 2028 no montante principal de US\$479.151, equivalente a R\$2.673.895 em 31 de dezembro de 2021.

Nesse acordo as taxas de juros foram alteradas de Libor 12M + 1,75% a.a., para Libor 06M + 1% a.a., na modalidade de ACC e de Libor 12M + 3,25% a.a., para Libor 06M + 4% a.a. na modalidade de PPE/CCB, sendo que, a Term SOFR substituirá a Libor no caso de sua extinção, devidamente ajustada pelo índice de correção divulgado pela *Alternative Reference Rates Committee* - ARRC.

O cobre transforma o mundo. A Paranapanema transforma o cobre.

A Companhia seguindo as orientações estabelecidas na IFRS 9 (CPC 48) "Instrumentos Financeiros" para determinar se houve modificações substanciais na renegociação da dívida, fez a análise dos testes qualitativos e quantitativos e identificou que, não houve mudança nos instrumentos e moedas contratadas, e o valor presente líquido dos fluxos de caixa sob os novos termos ficou dentro dos parâmetros estabelecidos pela norma, conseqüentemente não houve troca do instrumento de dívida mas se fez necessário o ajuste do valor contábil.

Para ajustar o valor, a Companhia calculou o valor presente líquido dos fluxos de caixa dos novos contratos, com as novas taxas de juros e datas de pagamentos, descontados a taxa de juros efetiva da dívida antes da renegociação. Esse valor é comparado ao valor contábil anterior remanescente, e a diferença é reconhecida no resultado financeiro. O valor do ajuste em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$96.574 (USD17.307 a taxa de 5,5805). Em 31 de dezembro de 2023 o saldo do ajuste é de R\$53.806 (USD11.114 a taxa de 4,8413).

Segue abaixo as condições dos prazos de pagamentos da dívida renegociada.

	ACC	PPE/CCB
Pagamento do principal	Em 2022 25,0% Em 2023 25,0% Em 2024 25,0% Em 2025 25,0%	Em 2022 03,5% Em 2023 03,0% Em 2024 03,0% Em 2025 03,0% Em 2026 06,0% Em 2027 28,5% Em 2028 53,0%
Juros remuneratórios em aberto na data da assinatura do acordo	No 1T22 Pagamento de 100%	No 1T22 Pagamento de 5% e 95% Repactuados
Juros remuneratorios subsequentes	Pagos semestralmente.	Até dez/22 serão 50% Repactuados e 50% pagos semestralmente, a partir de jan/23 Pagos semestralmente

Conforme fato relevante divulgado em 05 de março de 2022, a Companhia cumpriu com todas as condições precedentes do acordo firmado no dia 29 de dezembro de 2021, que incluiu o pagamento da primeira parcela de juros e principal da dívida reestruturada no valor de USD26.914. Por conseguinte, três meses depois, em 27 de junho de 2022, a Companhia disponibilizou recursos para a amortização da segunda parcela, no valor de USD 25.852, inaugurando o fluxo semestral previsto no cronograma de amortização do Acordo Global.

Conforme descrito na nota 1, a Companhia não cumpriu o cronograma de pagamentos previstos para dezembro de 2022, junho de 2023 e dezembro de 2023, e não cumpriu os indicadores de covenants, mas continua negociando com seus credores para a amortização da parcela com a venda dos créditos tributários oriundos dos processos judiciais relativos ao direito de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS conforme descrito na nota 08.a. A Companhia também está negociando junto aos credores do Acordo Global com o intuito de obter novas condições, mais favoráveis para o equacionamento de seu passivo.

Governança da Monetização dos Ativos.

No decorrer das negociações, os credores identificaram que a Companhia é ou será titular de direitos creditórios de PIS, COFINS e ICMS; precatórios expedidos que se encontrem livre de ônus e gravames; créditos decorrentes de ações judiciais já ajuizadas que se encontrem livres de ônus e gravames; outros direitos creditórios decorrentes de processos tributários administrativos, arbitrais e judiciais; equipamentos não operacionais e imóveis não operacionais detidos pela Companhia, inclusive aqueles que são objeto dos Contratos de Garantia reais.

Para monetização desses ativos as partes decidiram criar uma Governança da Monetização dos Ativos, a qual entrou em vigor com a implementação da nova reestruturação e disciplina os termos e condições aplicáveis à alienação dos ativos, como a sistemática de avaliação dos ativos, assessores que auxiliam o processo de venda e a destinação integral dos recursos para a Nova Reestruturação, realizada com base em percentuais definidos.

Custos de transação

Os custos de transação diretamente atribuíveis ao processo de reperfilamento das dívidas, envolvendo principalmente a contratação de assessores jurídicos e financeiros, auditoria externa, gastos com elaboração de prospectos e relatórios bem como, taxas, comissões e registros, estão contabilizados em conta redutora do passivo.

Segue abaixo o saldo dos empréstimos líquidos dos custos de transação no final de cada período:

	2023		Consolidado 2022	
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Contratados em Moeda USD				
Financiamentos comércio exterior-ACC/ACE	644.471	-	736.661	-
Pré-pagamento de exportação -PPE	1.561.113	-	1.531.555	-
Cedula de credito bancario	121.227	-	117.294	-
	2.326.811	-	2.385.510	-
Contratados em Moeda BRL				
Antecipação Cessão de Credito	(a) 227.682	-	42.906	-
Antecipação Cessão de Credito-Recup. Judicial	(b) 5	1.166	-	-
Confissão de dívida	720.806	465.139	424.438	382.145
	948.493	466.305	467.344	382.145
Custos de transação - reperfilamento	(30.145)	-	(42.708)	-
	3.245.159	466.305	2.810.146	382.145

O aumento do passivo não circulante se deve principalmente pelo acordo de confissão de dívida de Antecipação de Cessão de Crédito assinado junto ao Fundo BS e a nacionalização de ACCs do Banco Banrisul.

- Valor referente a antecipação de cessão de crédito recebido pela Companhia de acordo com o “contrato de promessa de transmissão e aquisição de direitos de crédito e outras avenças”, no qual a Companhia terá que performar no prazo médio de 90 dias, a entrega de recebíveis do mercado interno.
- Valor faz parte da lista de credores da recuperação judicial, incluídos na Classe III - Créditos Quirografário.

As parcelas de longo prazo têm os seguintes vencimentos:

	Controladora/Consolidado	
	2023	2022
2024.....	-	57.416
2025.....	111.461	79.021
2026.....	169.881	102.116
2027.....	153.167	131.960
2028.....	21.131	11.632
2029.....	10.665	-
	466.305	382.145

Resumo da movimentação dos empréstimos no exercício

	Controladora/Consolidado								
	2022	Entrada	Alteração do Instrumento da Dívida	Custos Capitalização/Nacionalização	Pgto Principal	Pgto Juros	Juros / Multa	Var Camb / Var Monet	2023
Pré-pagamento de exportação -PPE	1.531.555	-	-	-	-	-	142.821	(113.263)	1.561.113
Financiamentos de comércio exterior -ACC	736.661	-	(102.215)	-	-	-	66.282	(56.257)	644.471
Antecipação Cessão de Crédito	42.906	865.289	(96.687)	-	(630.851)	(29.533)	76.558	-	227.682
Antecipação Cessão de Crédito-Recup. Judicial	-	-	1.171	-	-	-	-	-	1.171
Cédula de crédito bancário	117.294	-	-	-	-	-	9.897	(5.964)	121.227
Confissão de dívida	806.583	-	202.516	25.837	(1.104)	(47.695)	199.096	712	1.185.945
Custos de transação - reperfilamento	(42.708)	-	-	2.390	-	-	10.173	-	(30.145)
Empréstimos e Financiamentos	3.192.291	865.289	4.785	28.227	(631.955)	(77.228)	504.827	(174.772)	3.711.464

Abertura do endividamento por instituição financeira.

Modalidade	Banco	Pagamento	Vencimento	Taxas	2023 - BRL		2023 - USD		
					Passivo circulante		Passivo não circulante		
					Principal	juros	Principal	juros	
Contratados em Moeda BRL									
Antec. Cessão Cred.	Fundo Inv. Direitos Cred	Mensal	2023	2,5% a.m.	186.581	41.101	-	-	-
Antec. Cessão Cred. Rec Jud.	Fundo Inv. Direitos Cred. Sifra	Mensal	2024 a 2028	IPCA	5	-	1.166	-	-
Conf.Divida	Banco Bradesco S.A.	Semestral	2022 a 2028	CDI+4,92%a.a.	376.019	129.826	-	-	-
Conf.Divida	Caixa Economica Federal				79.877	-	-	-	-
Conf.Divida	Fundo Inv. Direitos Cred	Mensal	2024 a 2028	2,13% a.m.	60.102	69.169	422.344	-	-
Conf.Divida	Banco Banrisul	Mensal	2023 a 2029	1% a.m. + TR	4.276	1.537	42.795	-	-
			Total contratados em moeda BRL		706.860	241.633	466.305	-	-
Contratados em Moeda USD									
ACC	Banco BNP Paribas Brasil S.A.	Semestral	2022 a 2025	Libor 06M + 1%a.a.	110.614	14.285	-	22.848	2.951
ACC	Banco do Brasil S.A.	Semestral	2022 a 2025	Libor 06M + 1%a.a.	133.432	16.508	-	27.561	3.410
ACC	Caixa Economica Federal	Semestral	2022 a 2025	Libor 06M + 1%a.a.	169.320	18.353	-	34.974	3.791
ACC	China Construction Bank	Semestral	2022 a 2025	Libor 06M + 1%a.a.	40.956	5.359	-	8.460	1.107
ACC	Scotiabank	Semestral	2022 a 2025	Libor 06M + 1%a.a.	119.503	16.141	-	24.684	3.334
PPE	Banco Sumitomo Mitsui BR. S.A.	Semestral	2022 a 2028	Libor 06M + 4%a.a.	184.583	28.282	-	38.127	5.842
PPE	Scotiabank	Semestral	2022 a 2028	Libor 06M + 4%a.a.	18.703	2.866	-	3.863	592
PPE	Ing Bank N.V.	Semestral	2022 a 2028	Libor 06M + 4%a.a.	45.432	6.961	-	9.384	1.438
PPE	Ing Bank N.V.	Semestral	2022 a 2025	Libor 06M + 1%a.a.	79.010	12.992	-	16.320	2.684
PPE	China Construction Bank	Semestral	2022 a 2028	Libor 06M + 4%a.a.	59.877	9.174	-	12.368	1.895
PPE	Cargill Incorporated	Semestral	2022 a 2028	Libor 06M + 4%a.a.	723.449	110.846	-	149.434	22.895
PPE	Banco do Brasil S.A.	Semestral	2022 a 2028	Libor 06M + 4%a.a.	63.902	9.802	-	13.199	2.025
PPE	Zion Capital S/A	Semestral	2022 a 2028	Libor 06M + 4%a.a.	9.683	1.481	-	2.000	306
PPE	BPS Capital	Semestral	2022 a 2028	Libor 06M + 4%a.a.	121.626	18.638	-	25.123	3.849
CCB	Wilbury NPL Fundo de Invest.	Semestral	2022 a 2028	Libor 06M + 4%a.a.	105.101	16.126	-	21.709	3.330
			Valor presente dos fluxos de caixa contratuais		-	53.806	-	-	11.114
			Total contratados em moeda USD		1.985.191	341.620	-	410.054	70.563
					(30.145)	-	-	-	-
			Total		2.661.906	583.253	466.305	410.054	70.563

Custos de transação - reperfilamento

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo total das dívidas renegociadas encontra-se integralmente classificado no passivo circulante, em função do não cumprimento de cláusulas de *covenants*. O montante reclassificado para o passivo circulante totalizou R\$1.795.942.

Garantias:

Em 31 de dezembro de 2023, os empréstimos e financiamentos estão garantidos por bens do ativo imobilizado no valor contábil de R\$696.713 (R\$755.451 em 31 de dezembro de 2022, conforme Nota 12.3.

Covenants:

Em relação aos *covenants* financeiros, conforme o Quarto termo aditivo ao Acordo Global de reperfilamento das dívidas, a Companhia está obrigada ao cumprimento dos seguintes índices:

a) Endividamento/Financiamento Bruto / pelo EBITDA Ajustado:

- igual ou inferior a 26 x em 31 de dezembro de 2021;
- igual ou inferior a 12,3 x em 31 de dezembro de 2022;
- igual ou inferior a 9,1 x em 31 de dezembro de 2023;
- igual ou inferior a 6,9 x em 31 de dezembro de 2024;

O cobre transforma o mundo. A Paranapanema transforma o cobre.

- igual ou inferior a 5,8 x em 31 de dezembro de 2025;
- igual ou inferior a 5,5 x em 31 de dezembro de 2026;
- igual ou inferior a 5,2 x em 31 de dezembro de 2027; e
- igual ou inferior a 4,9 x em 31 de dezembro de 2028.

b) Liquidez Corrente

A Companhia deve apresentar também o índice de liquidez corrente consubstanciado no quociente da divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante igual ou superior a 1,0x (uma vez), conforme medido a partir de 2022, em 31 de dezembro de cada ano, com base nas Demonstrações Financeiras divulgadas pela Companhia após a primeira publicação das Demonstrações Financeiras revisadas após a celebração deste Acordo.

c) Limite mínimo de estoque e recebíveis

Entregar aos Credores correspondência demonstrando o cálculo detalhado do Limite Mínimo de Estoques e Recebíveis para tal período fiscal correspondente com base nas informações financeiras divulgadas trimestralmente pela Companhia, nos termos da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários (i.e., Informações Financeiras Trimestrais – ITRs para os trimestres encerrados em março, junho e setembro, e informações financeiras anuais para o trimestre encerrado em dezembro);

A Companhia não cumpriu os covenants de Endividamento / Financiamento Bruto / pelo EBITDA Ajustado e o de Liquidez Corrente nos últimos períodos, e está em negociações com os credores do Acordo Global com o intuito de obter novas condições, mais favoráveis para o equacionamento de seu passivo.

17. Salários e encargos sociais

	Controladora/Consolidado		
	2023	2022	
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante
Provisões de férias	20.568	-	21.153
Participação nos lucros e resultados	21.772	-	4.697
Previdência e Contribuição social (b)	4.617	1.811	4.357
Fundo de garantia por tempo de serviço (a)	6.720	6.220	4.621
Previdência privada	352	-	383
Recuperação Judicial	7.339	-	7.339
Outros	2.142	-	-
	63.510	8.031	42.550

- a) A Companhia firmou parcelamento com a Caixa Econômica Federal para pagamento dos débitos referente ao Fundo de garantia por tempo de serviço referente aos meses de janeiro a setembro de 2023 e está em processo de parcelamento do período outubro a dezembro de 2023. O prazo do parcelamento para empresas em recuperação judicial é de 100 meses.
- b) A Companhia assinou termo de confissão de dívida e acordo de parcelamento com o Serviço Nacional de Aprendizagem industrial - Senai e com o Serviço Social da Indústria - Sesi para pagamento dos débitos referente ao Termo de Cooperação, com prazo de parcelamento em 60 meses.

18. Impostos e contribuições a recolher

	Notas	Controladora		
		2023		2022
		Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante
Imposto circulação de mercadorias e serviços-ICMS	(a)	16.972	8.582	5.764
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU		12.806	-	1.769
Imposto sobre produtos industrializados - IPI		1.503	-	46
Imposto de renda retido na fonte - IRRF		2.177	-	2.305
PIS, COFINS, IR e CS retidos sobre serviços		6.856	-	55
Imposto sobre serviços - ISS		2.200	-	382
Impostos retidos - parcelados	(b)	4.665	38.097	-
Provisão de Impostos Drawback suspensão	(c)	-	396.508	-
Outros		187	-	2
		47.366	443.187	10.323

	Notas	Consolidado		
		2023		2022
		Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante
Contrib. para financ. da seguridade social - COFINS		6	-	6
Programa de integração social - PIS		1	-	1
Imposto circulação de mercadorias e serviços-ICMS	(a)	16.972	8.582	5.764
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU		12.806	-	1.769
Imposto sobre produtos industrializados - IPI		1.503	-	46
Imposto de renda retido na fonte - IRRF		2.177	-	2.305
Imposto de renda e contribuição social do exercício	26.2	222	-	128
PIS, COFINS, IR e CS retidos sobre serviços		6.856	-	55
Imposto sobre serviços - ISS		2.200	-	382
Impostos retidos - parcelados	(b)	4.665	38.097	-
Provisão de Impostos Drawback suspensão	(c)	-	396.508	-
Outros		205	-	17
		47.613	443.187	10.473

- a) A Companhia requereu junto as Secretarias Estaduais da Fazenda de SP e BA, o parcelamento de débitos referente a Imposto de circularização de mercadorias, com prazo de 24 a 60 meses.
- b) Em maio de 2023 a Companhia requereu junto a Receita Federal o parcelamento simplificado de débitos referente a tributos retidos com um prazo de 60 meses.
- c) A Companhia possui atos concessórios do regime de Drawback, com vencimentos até dezembro de 2024, que contempla a suspensão dos Imposto de Importação, PIS e COFINS. Diante do atual cenário, a Companhia projeta o não cumprimento das exportações e futuramente efetuar a nacionalização das mercadorias e pagamento de todos os tributos suspensos com os devidos acréscimos legais de multa e juros. O valor total do passivo reconhecido no período de R\$396.508, (líquido dos créditos tributários de PIS e COFINS no montante de R\$708.444) é composto da seguinte forma: i) multa no total de R\$ 149.818; ii) Imposto de importação no valor de R\$40.647 ambos reconhecidos na linha de outras despesas operacionais; e iii) juros no valor de R\$206.043 reconhecido na linha de despesas financeiras.

19. Provisão para demandas judiciais

19.1. Riscos provisionados

Com base na análise individual dos processos administrativos e judiciais relacionados a questões fiscais, trabalhistas e cíveis, movidos contra a Companhia e suas controladas, foram constituídas provisões no passivo, para riscos com perdas consideradas prováveis na avaliação de nossos assessores jurídicos, em valor julgado suficiente.

Seguem saldos da provisão das contingências, com a demonstração do saldo líquido dos depósitos judiciais pela causa relacionada. Os depósitos judiciais são para garantias e serão levantados pelas partes contrárias no encerramento do processo, em caso de decisão desfavorável, definitiva.

							Controladora/Consolidado		
		2023			2022				
		Total de Contingencia	Depositos Judiciais	Provisões	Total de Contingencias	Depositos Judiciais	Provisões		
Trabalhistas	(a)	41.526	(378)	41.148	1.357	(837)	520		
Trabalhistas Recup. Judicial	(a)	192.887	(6.181)	186.706	181.725	(6.181)	181.725		
Cíveis	(b)	19.132	-	19.132	5.127	-	5.127		
Cíveis Recup. Judicial	(b)	10.892	-	10.892	10.892	-	10.892		
Tributárias	(c)	566.771	(1.798)	564.973	537.178	(1.668)	535.509		
Previdenciário		34.826	-	34.826	32.613	-	32.613		
		866.034	(8.357)	857.677	768.892	(8.686)	766.386		

a) As contingências trabalhistas tratam de processos em trâmite na Justiça do Trabalho que, individualmente, não são relevantes para os negócios da Companhia.

Do valor total de contingências trabalhista, R\$186.706 faz parte da lista de credores da recuperação judicial, incluídos na Classe I - Créditos Trabalhista.

b) A provisão para ações cíveis consiste, principalmente, em ações indenizatórias e relacionadas a discussões sobre divergências contratuais.

Do valor total de contingências cíveis, R\$10.892 faz parte da lista de credores da recuperação judicial, incluídos na Classe III - Créditos Quirografário.

c) A provisão para os processos de natureza tributária consiste, principalmente, em processos que tratam da cobrança da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, em virtude do posicionamento firmado pelo Supremo Tribunal Federal – STF – no bojo dos Recursos Extraordinários n.ºs 955227 e 949297, afetados sob o rito de repercussão geral, os quais tratam da cessação dos efeitos da coisa julgada em matéria tributária quando proferida decisão posterior pela Suprema Corte em controle difuso ou concentrado.

A movimentação das provisões está demonstrada conforme a seguir:

						Controladora/Consolidado	
	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Previdenciário	Total		
Saldo em 31 de dezembro de 2021	175.212	2.765	12.705	8.585	199.267		
Provisão / Reversão	14.437	293.021	1.288	18.003	326.749		
Atualização Monetária	13.689	240.016	2.112	6.025	261.842		
Depositos Judiciais	(362)	(227)	-	-	(589)		
Baixas	(20.731)	(66)	(86)	-	(20.883)		
Saldo em 31 de dezembro de 2022	182.245	535.509	16.019	32.613	766.386		
Provisão / Reversão	27.268	316	11.899	-	39.483		
Atualização Monetária	17.195	29.277	2.128	2.213	50.813		
Depositos Judiciais	459	(129)	-	-	330		
Baixas	687	-	(22)	-	665		
Saldo em 31 de dezembro de 2023	227.854	564.973	30.024	34.826	857.677		

19.2. Riscos avaliados como possíveis

Além dos processos acima mencionados, existem outros em andamento para os quais, com base na opinião dos assessores jurídicos e em consonância com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, não foram registradas provisões.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Trabalhistas	9.834	26.665	9.834	26.699
Tributárias	715.272	443.984	716.090	444.765
Previdenciárias	10.637	11.295	10.637	11.295
Cíveis	647.022	602.117	647.022	602.121
	1.382.765	1.084.061	1.383.583	1.084.880

Os processos de maior relevância, cujo risco é avaliado como possível, de natureza cível e tributária está comentado abaixo:

Multa isolada IPI e IRPJ

A Secretaria da Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração para cobrança de multa isolada por suposta compensação indevida de débitos de IPI e IRPJ no período de 2004 a 2006, efetuada pela incorporada Caraíba Metais S.A., por ter sido realizada antes do trânsito em julgado da ação judicial que discutia os créditos utilizados na compensação.

Em 24 de agosto de 2010, a incorporada Caraíba Metais S.A. obteve êxito parcial no julgamento do Recurso Voluntário apresentado, tendo sido reconhecido, por unanimidade, a inexistência de fundamento legal para imposição de multa isolada lançada até a edição da Lei nº 11.196/2005.

A Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, acredita que a cobrança é indevida conforme decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial nº 1.164.452/MG, a qual foi submetido à sistemática de recursos repetitivos, no sentido de que a exigência do trânsito em julgado da decisão judicial é requisito que somente pode ser exigido para ações ajuizadas após a entrada em vigor da Lei Complementar nº 104/2001, que ocorreu em 11 de janeiro de 2001, ao passo que a ação judicial que fundamentou o crédito utilizado para compensação foi distribuída em 17 de agosto de 1998.

Foi proferida sentença, em 24/08/2021, de total procedência nos autos dos Embargos à Execução Fiscal, reconhecendo a ilegitimidade da autuação nos termos acima mencionado e, atualmente, aguarda o julgamento do recurso de Apelação da União.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia estima um valor atualizado de R\$127.908 (R\$120.995 em 31 de dezembro de 2022), que por ser estimado pelos assessores jurídicos como possível não é provisionado.

Ação de Execução – Banco Santos S/A

A ação tramita junto a 12ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP, sendo autuada sob o n.º 0204579-57.2007.8.26.0100 e objetiva a cobrança de Cédula de Crédito Bancário (CCB) emitida pela Mamoré, Mineração e Metalurgia Ltda. tendo como avalista a Companhia.

Em 10 de agosto de 2009 foram opostos Embargos à Execução pelas executadas (processo 0184280-88.2009.8.26.0100), e diante da conexão existente com a Ação Declaratória n.º 0012921-12.2005.8.26.0100, movida pela Mamoré, Mineração e Metalurgia Ltda. foi determinada em 19 de dezembro de 2012 a suspensão dos embargos à execução.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia estima um valor atualizado de R\$110.346 (R\$99.865 em 31 de dezembro de 2022), que por ser estimado pelos assessores jurídicos como possível não é provisionado.

Ação de Indenização - Bafertil - Bahia Fertilizantes Ltda.

A ação tramita junto a 1ª Vara Cível de Camaçari/BA, sendo autuada sob o n.º 0000900-17.2001.8.05.0039 e objetiva a condenação da Cibrafertil – Companhia Brasileira de Fertilizantes e da Companhia ao pagamento de indenização à Bafertil, por danos materiais e morais, supostamente causados em razão da recusa da Cibrafertil em fornecer matéria prima à autora, apesar dos pagamentos à vista e antecipados pelo produto.

Em 09 de dezembro de 2002, foi realizada audiência de conciliação em que (i) foi acolhida a preliminar de ilegitimidade passiva da Caraíba; e (ii) foi deferida a realização de prova pericial. No entanto, em face da decisão que acolheu a preliminar de ilegitimidade passiva da Caraíba, foi interposto Agravo de Instrumento, tendo sido deferido seu efeito suspensivo.

Em 08 de abril de 2003, a perita apresentou laudo pericial, sendo que em 09 de maio de 2006, foi realizada nova audiência. Atualmente o processo encontra-se concluso para sentença.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia estima um valor atualizado de R\$242.664 (R\$224.875 em 31 de dezembro de 2022), que por ser estimado pelos assessores jurídicos como possível não é provisionado.

20. Outros passivos circulantes

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Provisão despesas meio-ambiente	(a)	239	500	239	500
Créditos de clientes	(b)	3.441	36.429	3.468	36.455
Passivos relacionados a contratos de clientes	(c)	64.226	91.738	64.341	91.853
Serviços e honorários advocatícios	(d)	7.601	5.767	7.601	5.767
Partes Relacionadas	11.2	15.437	13.349	-	-
Provisões diversas	(e)	10.567	9.800	10.572	9.808
Comissões sobre vendas		6.203	5.757	6.353	5.901
Outros		1.874	1.978	1.874	1.978
Passivo circulante		109.588	165.318	94.448	152.262
Passivos relacionados a contratos de clientes		64.226	91.738	64.341	91.853
Outros passivos circulantes		29.925	60.231	30.107	60.409
Outros passivos não circulantes		15.437	13.349	-	-
		109.588	165.318	94.448	152.262

- a) Refere-se aos gastos previstos para cumprimento das obrigações assumidas no TAC-Termo de Ajuste de Conduta, assinado em 04 de dezembro de 2015, entre o Ministério Público da Bahia, Paranapanema e outros, cujo objeto é a adoção de medidas mitigadoras, reparatórias e compensatórias dos impactos ambientais na área de influência de Ilha de Maré.
- b) Crédito de clientes refere-se a ajustes entre os parâmetros de preços, volumes e/ou teores metálicos cobrados no faturamento e os parâmetros finais da transação.
- c) Valor referente a adiantamentos efetuados por clientes (maioria provenientes de exportação) onde o preço de venda final é posteriormente ajustado pelo volume, teor metálico ou qualidade verificada pelo cliente.

- d) Refere-se a provisão de honorários advocatícios sobre êxito em processos distribuídos contra a Companhia.
- e) Refere-se a provisão de despesas diversas ocorridos no período, aguardando documentação legal para liquidar a obrigação.

21. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 é de R\$2.069.566.247,56 (Dois bilhões, sessenta e nove milhões, quinhentos e sessenta e seis mil, duzentos e quarenta e sete reais e cinquenta e seis centavos) dividido em 43.403.849 (quarenta e três milhões, quatrocentos e três mil, oitocentas e quarenta e nove) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Segue abaixo a composição acionária do capital da Companhia.

	%	2023	%	2022
Caixa Econômica Federal	16,179	7.022.106	16,179	7.022.106
Mineração Buritirama S.A.	8,637	3.749.000	10,431	4.527.443
Cargill Financial Services Internat, Inc	7,923	3.438.867	7,923	3.438.867
EWZ Investments LLC - Socopa Soc Corretora Paulista S.A.	6,497	2.820.000	6,497	2.820.000
Glencore International Investments Ltd	5,734	2.488.687	5,734	2.488.687
Bonsucex Holding S.A.	5,707	2.477.074	5,707	2.477.074
Luiz Barsi Filho	5,373	2.332.000	5,373	2.332.000
Ações em Tesouraria	0,003	1.441	0,003	1.441
Mercado	43,947	19.074.674	42,153	18.296.231
Quantidade de Ações		43.403.849		43.403.849

Conforme fato relevante divulgado ao mercado em 23 de dezembro de 2023, o Conselho de Administração aprovou o aumento do capital social da Companhia, por subscrição privada de ações e dentro do limite do capital autorizado, nos termos do artigo 5º, parágrafo 4º do seu Estatuto Social, e do artigo 168 da Lei nº 6.404/76.

O Aumento de Capital será de até R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) (“Valor Máximo”), passando o capital social da Companhia a ser de R\$ 3.069.566.247,56 (três bilhões, sessenta e nove milhões, quinhentos e sessenta e seis mil, duzentos e quarenta e sete reais e cinquenta e seis centavos) caso homologado em seu Valor Máximo. Será admitida a homologação parcial do aumento de capital caso o valor subscrito seja igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) (“Valor Mínimo”), de forma que, ao final do processo, havendo a homologação parcial do Aumento de Capital, o capital social da Companhia passará necessariamente a ser igual ou superior a R\$ R\$ 2.070.566.247,56 (dois bilhões, setenta milhões, quinhentos e sessenta e seis mil, duzentos e quarenta e sete reais e cinquenta e seis centavos).

O Aumento de Capital foi aprovado para dar cumprimento ao estabelecido na cláusula 11 do Plano de recuperação judicial, de forma a possibilitar que os Credores convertam os Créditos em participação societária da Companhia, observado, em qualquer caso, o direito de preferência dos acionistas na subscrição de novas ações, nos termos do artigo 171 da Lei das S.A. O Aumento de Capital, dessa forma, viabilizará o cumprimento do Plano e terá por efeito a redução do endividamento e o reforço da estrutura de capital da Companhia, fortalecendo sua situação econômico-financeira com vistas à superação do atual momento de crise.

b) Debêntures conversíveis em ações

O Conselho de Administração aprovou, em 29 de agosto de 2017, o lançamento da oferta pública de debêntures, mandatoriamente conversíveis em ações da Companhia. O lançamento da oferta pública com esforços restritos de colocação de debêntures, mandatoriamente conversíveis em ações da Companhia, em duas séries, da espécie quirografária, sem garantia adicional, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, pelo Banco Modal S.A. Agente Fiduciário Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e Agente Escriturador Banco Bradesco S.A. Valor unitário R\$1,00.

A subscrição foi no montante de R\$360.004 de debêntures conversíveis em 207.694.550 de ações. Em 22 de setembro de 2017, os investidores converteram as dívidas em debêntures. Foram emitidas 334.216.991 debêntures da 1ª Série e 25.786.827 debêntures da 2ª Série. As debêntures da 1ª Série venceram em 01 de setembro de 2019. As debêntures da 2ª série, que venceriam em 01 de setembro de 2021, tiveram em 20 de agosto de 2021 seu prazo de vencimento prorrogado para 01 de setembro de 2023. O saldo das debentures a serem convertidas faz parte da lista de credores do plano de recuperação judicial da Companhia.

As debêntures da 1ª Série foram integralmente convertidas em ações, conforme prazo de vencimento, sendo R\$249.402 em 2017, R\$5.956 em 2018 e R\$78.858 em 2019. Em virtude do ingresso da Companhia Em Recuperação Judicial em 30 de novembro de 2022, houve o vencimento antecipado das debêntures da 2ª Série, de modo que, passaram a compor a lista de créditos da Classe III do Quadro de Credores da Recuperação Judicial, sujeitos aos termos e condições de pagamento que serão aprovados no Plano de Recuperação Judicial.

Em 31 de dezembro de 2023 o total de debêntures convertidas em ações totalizaram R\$334.217, e o saldo a ser convertido é de R\$25.787, sendo que o referido valor faz parte da lista de credores da recuperação judicial, incluídos na Classe III - Créditos Quirografário.

c) Capital social autorizado

A Administração da Companhia está autorizada a aumentar o capital social da Paranapanema independentemente de decisão de assembleia, mediante deliberação do Conselho de Administração, no limite de até R\$3.500.000 (três bilhões e quinhentos milhões de reais), cabendo também ao Conselho de Administração a fixação das condições de emissão e colocação dos títulos emitidos, entre as hipóteses permitidas por lei.

d) Direitos das ações

Aos titulares de ações serão atribuídos, em cada exercício, dividendos mínimos de 25% do lucro líquido, calculados nos termos da legislação societária brasileira, devendo ser pagos no prazo máximo de 60 dias da data em que forem declarados pela Assembleia Geral. Detém o direito de voto todas as ações ordinárias que compõem a titularidade do capital social, o qual se encontra totalmente subscrito e integralizado.

Conforme Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, os detentores de ações ordinárias da Companhia têm direito a vender suas ações pelo mesmo preço que as ações do bloco de controle tenham sido negociadas (*tag along* de 100%).

e) Reserva legal

A Lei das Sociedades por Ações exige que as sociedades anônimas apropriem 5% do lucro líquido anual para reserva de lucros, antes dos lucros serem distribuídos, limitando essa reserva a 20% do valor do capital social.

f) Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Companhia mantinha 1.441 ações em tesouraria. O valor de mercado da totalidade das ações em tesouraria calculado com base na última cotação em bolsa era de R\$6 e R\$7 respectivamente.

g) Reserva de incentivos fiscais

A Paranapanema é beneficiária até 2027, nos termos do Regulamento dos Incentivos Fiscais da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, conforme instituído pela Portaria Ministro de Estado da Integração Nacional – MIN N° 283 de 04/07/2013 (“Regulamento”), da redução fixa de 75% do imposto sobre a renda e adicionais calculados com base no lucro da exploração. O Lucro da exploração é calculado com base no lucro líquido apurado no período, excluindo dos benefícios fiscais (i) os resultados financeiros e (ii) os ganhos de capital.

De acordo com o artigo 11 do Regulamento, “o valor do imposto que deixar de ser pago em virtude dos benefícios fiscais de que trata este Regulamento não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá reserva de incentivos fiscais, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social”. Assim, se constitui uma obrigação da Companhia destinar à Reserva de Incentivo Fiscal o valor resultante do benefício fiscal (valor do imposto que deixar de ser pago), o qual, por definição, não transita pelo resultado, por não se referir à entrega de bens ou serviços pela Companhia.

h) Ajustes de avaliação patrimonial

A reserva para ajustes de avaliação patrimonial inclui:

- Ajustes acumulados de conversão, que incluem todas as diferenças de moeda estrangeira decorrentes da conversão das Demonstrações Financeiras das empresas Controladas com operações no exterior.
- O saldo da conta Reserva do Custo Atribuído refere-se a valores constituídos antes da vigência da Lei nº 11.638/07, e será mantido até sua efetiva realização. A realização da reserva é refletida na conta de lucros ou prejuízos acumulados. O mesmo tratamento é dado com referência à reversão, do imposto de renda diferido que foi registrado por ocasião da contabilização do custo atribuído e pela contribuição social diferida reconhecida no atual período em virtude do posicionamento firmado pelo STF no bojo dos Recursos Extraordinários 955227 e 949297.

Movimentação dos ajustes de avaliação patrimonial

	Receita exportação ACC/PPE	NDF receita de vendas	Outras Dívidas	Reserva de reavaliação	Var. camb. Invest. exterior	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(408.807)	(2.802)	(426.083)	183.669	1.024	(652.999)
Movimentação	408.807	2.802	426.083	(49.011)	(147)	788.534
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-	-	134.658	877	135.535
Movimentação	-	-	-	(21.555)	(116)	(21.671)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-	-	113.103	761	113.864

i) Valor de mercado das ações da Companhia.

O valor de mercado das ações da Companhia, de acordo com a última cotação média das ações negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, correspondia em 31 de dezembro de 2023 a R\$190.977 (R\$200.960 em 31 de dezembro de 2022). A Companhia apresenta em 31 de dezembro de 2023, um patrimônio líquido negativo, passivo a descoberto, de R\$4.223.510

O cobre transforma o mundo. A Paranapanema transforma o cobre.

(R\$2.817.566 negativo em 31 de dezembro de 2022), sendo o valor patrimonial das ações de R\$-97,31 (R\$-64,92 em 31 de dezembro de 2022).

j) Lucro (Prejuízo) por ação

O cálculo básico do lucro (prejuízo) por ação é feito por meio da divisão do (prejuízo) do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Paranapanema., pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado por meio da divisão do (prejuízo), atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais dilutivas em ações ordinárias.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações ordinárias, utilizados no cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação:

	2023	2022
(Prejuízo) básico por ação - ordinária		
(Prejuízo) Lucro do exercício	(1.389.934)	(2.701.084)
Média ponderada da quantidade de ações para o (prejuízo) básico por ação (*)	43.402.408	43.402.408
(Prejuízo) Lucro básico por ação - ordinária	(32,02435)	(62,23351)
(Prejuízo) diluído por ação - ordinária		
(Prejuízo) Lucro do exercício	(1.389.934)	(2.701.084)
Média ponderada da quantidade de ações para o (prejuízo) diluído por ação (*)	43.402.408	43.402.408
(Prejuízo) Lucro diluído por ação - ordinária	(32,02435)	(62,23351)

(*) A média ponderada da quantidade de ações considera o efeito da média ponderada das mudanças nas ações, exceto em tesouraria, durante o exercício.

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas Demonstrações Financeiras.

k) Destinação do Lucro

O estatuto social prevê um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição da reserva legal, conforme preconizado pela legislação societária.

22. Receita líquida de vendas

a) Abertura da receita líquida

	Controladora/Consolidado	
	2023	2022
Receita bruta de vendas	1.235.485	2.466.441
Mercado interno	682.504	1.162.482
Mercado externo	552.981	1.303.959
Impostos e Deduções de Vendas	(262.665)	(460.455)
Imposto sobre produtos industrializados – IPI	(3.418)	(12.284)
Imposto circulação de mercad. e serviços-ICMS	(57.658)	(96.987)
Programa de integração social - PIS	(7.995)	(16.653)
Contrib. financ. da seguridade social - COFINS	(36.828)	(76.704)
Demais deduções sobre vendas	(156.766)	(257.827)
Receita líquida de vendas	972.820	2.005.986
Receita Líquida MI	551.833	920.421
Receita Líquida ME	420.987	1.085.565
	972.820	2.005.986

b) Informações geográficas – receita bruta de clientes no exterior

	Controladora/Consolidado	
	2023	2022
América	22.751	279.040
Europa	518.122	889.514
Ásia	12.108	134.981
África	-	424
	552.981	1.303.959

As exportações realizadas para Europa e Ásia estão basicamente representadas pelas vendas às empresas na modalidade *trading companies*, onde o principal destino foi a China.

23. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Custo do Metal	(819.510)	(1.873.202)	(819.510)	(1.873.202)
Pessoal	(206.517)	(215.934)	(206.721)	(216.195)
Depreciação	(98.191)	(103.006)	(98.191)	(103.006)
Amortização direito de uso de ativo	(12.216)	(13.605)	(12.216)	(13.605)
Energia Eletr/Água/Gas/Comb. e Lubríf	(115.825)	(158.440)	(115.825)	(158.440)
Serviços de terceiros	(76.122)	(61.953)	(76.326)	(62.369)
Manutenção	(23.071)	(40.707)	(23.071)	(40.707)
Estoque de Insumos utilizados	(6.947)	(52.196)	(6.947)	(52.196)
Aluguéis	(5.726)	(8.674)	(5.726)	(8.674)
Assuntos instit. e legais	(22.203)	(19.755)	(22.214)	(19.766)
Informática/Telecomunicação	(5.421)	(8.224)	(5.421)	(8.224)
Outras despesas	(10.035)	(10.610)	(10.033)	(10.610)
Despesas de viagem	(403)	(878)	(403)	(878)
Vendas e marketing	(368)	(682)	(374)	(690)
Participação nos resultados	(13.439)	(11.679)	(13.439)	(11.679)
Honorários da administração	(6.741)	(7.927)	(6.741)	(7.927)
	(1.422.735)	(2.587.472)	(1.423.158)	(2.588.168)
Custo dos produtos vendidos	(1.330.705)	(2.504.151)	(1.330.705)	(2.504.151)
Despesas comerciais	(10.259)	(12.630)	(10.263)	(12.641)
Despesas gerais e administrativas	(81.771)	(70.691)	(82.190)	(71.376)
	(1.422.735)	(2.587.472)	(1.423.158)	(2.588.168)

A Companhia apurou ociosidade no período de nove meses no total de R\$295.237 (R\$326.775 no mesmo período de 2022) e está classificada dentro da linha de Custo dos produtos vendidos.

A legislação societária brasileira requer a apresentação da demonstração do resultado por função e, dessa forma, deve divulgar em nota explicativa as despesas por natureza. Nesse caso os custos de ociosidade não são identificados, uma vez que são apresentados dentro do valor de sua correspondente natureza.

a) Honorários da Administração e do Conselho Fiscal

A Companhia considerou como “Pessoal Chave da Administração”, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010 e IAS 24/CPC 05 (R1), os integrantes da sua Diretoria Estatutária, os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal. A Companhia não possui acionista controlador e não há Acordo de Acionistas.

	Nota	2023				2022			
		Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
Salário ou pró-labore		2.289	2.691	449	5.429	2.603	2.714	463	5.780
Benefícios		225	-	-	225	522	-	-	522
Encargos sociais		459	538	90	1.087	520	542	92	1.154
Remuneração fixa		2.973	3.229	539	6.741	3.645	3.256	555	7.456
Outros		-	-	-	-	471	-	-	471
Outras Remunerações		-	-	-	-	471	-	-	471
Honorários da administração		2.973	3.229	539	6.741	4.116	3.256	555	7.927
Bônus (ICP)	32	3.828	-	-	3.828	-	-	-	-
Encargos sociais		766	-	-	766	-	-	-	-
Remuneração Variável	32	4.594	-	-	4.594	-	-	-	-
Valor Total da remuneração		7.567	3.229	539	11.335	4.116	3.256	555	7.927

Os membros do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração não são partes em contratos que prevejam benefícios corporativos adicionais, tais como benefício pós-emprego ou quaisquer outros benefícios de longo prazo, nem remuneração com base em ações.

24. Outras receitas (despesas)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Recuperações de impostos		1.578	4.680	1.578	4.680
Receita de venda de energia		1.354	2.836	1.354	2.836
Reversão de outras perdas estimadas		1	2.215	1	2.215
Recuperações diversas		814	272	814	272
Vendas diversas		1.272	3.301	1.272	3.301
Locação de imóveis e equiptos.		191	452	191	452
Vendas de sucatas		161	4.498	161	4.498
Reversão de provisão		-	4.642	-	4.642
Outras receitas		1.846	1.751	1.849	1.752
Total de outras receitas		7.217	24.647	7.220	24.648
Provisão para demandas judiciais	19	(39.483)	(326.749)	(39.483)	(326.749)
Indenizações trabalhistas		(4.329)	(10.813)	(4.329)	(10.813)
PIS e COFINS sobre outras receitas		(1.054)	(2.641)	(1.055)	(2.641)
Despesas negociação de energia		(6.489)	(7.305)	(6.489)	(7.305)
Provisão de Honorários de Êxito		(2.295)	(3.038)	(2.295)	(3.038)
Custo ativo imobilizado baixado		(4)	(1.916)	(4)	(1.916)
Multas por auto de infração/Espontâneas		(18.135)	(1.617)	(18.185)	(1.836)
Multas por atrasos parcela dívida		(11.820)	-	(11.820)	-
Multas Drawback suspensão	18.c	(149.818)	-	(149.818)	-
Imposto de importação Drawback suspensão	18.c	(40.647)	-	(40.647)	-
Custo das vendas diversas		(151)	(9.693)	(151)	(9.694)
Custos de Bens destinados a venda		-	(16.500)	-	(16.500)
Provisão perda ativo imobilizado	12	(5.129)	-	(5.129)	-
Provisão para ajustes nos estoques		(27.374)	(2.547)	(27.374)	(2.547)
Provisão perda ICMS base calculo PIS/COFINS	08.a	(1.049)	(422.542)	(1.049)	(466.358)
Provisão perda credito ICMS	08.b	(3.500)	-	(3.500)	-
Desagio venda de precatórios	09.a	-	(6.166)	-	(6.166)
Outras despesas		(2.758)	(593)	(2.836)	(588)
Total de outras despesas		(314.035)	(812.120)	(314.164)	(856.151)
Total de outras, líquidas		(306.818)	(787.473)	(306.944)	(831.503)

25. Receitas (despesas) financeiras

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Varição cambial	a)	(92.723)	(1.238.849)	(92.723)	(1.238.849)
Instrumentos financeiros derivativos		(10.648)	(13.674)	-	(1.475)
Despesa de juros		(756.254)	(344.564)	(766.929)	(356.835)
Ajuste a valor presente		(743)	(9.843)	(743)	(9.843)
Despesas bancárias / IOF		(5.272)	(4.276)	(5.283)	(4.408)
Varição monetária passiva	b)	(53.596)	(263.763)	(53.597)	(263.763)
Outras despesas financeiras		(15.841)	(9.223)	(15.927)	(9.292)
Total das despesas financeiras		(935.077)	(1.884.192)	(935.202)	(1.884.465)
Varição cambial	a)	268.327	518.547	268.327	518.547
Instrumentos financeiros derivativos		-	28	-	28
Receita de juros		42.068	40.001	43.883	41.508
Varição monetária ativa	b)	2.802	9.530	2.802	9.530
Outras receitas financeiras		154	710	156	712
Total das receitas financeiras		313.351	568.816	315.168	570.325
Total resultado financeiro		(621.726)	(1.315.376)	(620.034)	(1.314.140)

a) **Varição Cambial:** Refere-se à atualização dos ativos e passivos expostos em moeda estrangeira, principalmente em US\$, cuja apreciação frente ao Real durante o período gerou variação cambial considerável, tanto na ponta ativa quanto na passiva.

b) Refere-se a atualização monetária de fornecedores contratados no mercado interno, indexada pela variação do dólar americano.

26. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

26.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

Nota	2023			2022		
	Controladora	Controlada CDPC	Consolidado	Controladora	Controlada CDPC	Consolidado
Aliquota	34%	34%		25%	34%	
Créditos sobre prejuízos fiscais	5.416.766	31.840	5.448.606	4.308.556	32.151	4.340.707
IR s/ Prejuízo Fiscal	1.841.700	10.826	1.852.526	1.077.139	10.931	1.088.070
Provisão de Baixa de créditos sobre prejuízos fiscais	(1.841.700)	(10.273)	(1.851.973)	(1.077.139)	(10.378)	(1.087.517)
IR s/ Prejuízo Fiscal	a) -	553	553	-	553	553
Variações cambiais líquidas	(88.734)	-	(88.734)	114.577	-	114.577
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	55.863	1.111	56.974	53.101	1.111	54.212
Provisão para demandas judiciais	1.262.541	(50.506)	1.212.035	775.073	(50.506)	724.567
Perdas estimadas (reversão) valor recuperável dos estoques	5.391	-	5.391	7.470	-	7.470
Perdas estimadas Impostos a Recuperar	436.318	43.816	480.134	7.470	-	7.470
Perdas estimadas diversas	544	-	544	433.363	43.816	477.179
Reversões instrumentos financeiros e outros	35.902	156	36.058	28.010	152	28.162
Participação de administradores e outros	-	-	-	223	-	223
Provisão ajuste valor presente	(1.811)	-	(1.811)	(933)	-	(933)
Total diferenças temporárias	1.706.014	(5.423)	1.700.591	1.410.884	(5.427)	1.405.457
IR s/ diferenças temporárias	580.045	(1.844)	578.201	352.721	(1.845)	350.876
Provisão de Baixa de créditos sobre diferenças temporárias	(580.045)	-	(580.045)	(332.141)	-	(332.141)
IR s/ diferenças temporárias	b) -	(1.844)	(1.844)	20.580	(1.845)	18.735
IR e CS diferidos	-	(1.291)	(1.291)	20.580	(1.292)	19.288
IR s/ Reserva de Custo Atribuído	(58.265)	-	(58.265)	(44.886)	-	(44.886)
	(58.265)	(1.291)	(59.556)	(24.306)	(1.292)	(25.598)
Passivo não-circulante	58.265	1.291	59.556	24.306	1.292	25.598

a) A Companhia possui, no consolidado, prejuízos fiscais gerados no Brasil, no valor de R\$5.448.606 (R\$4.340.707 em 31 de dezembro de 2022), que gera um montante de R\$1.852.526 de imposto de renda e contribuição social diferidos, passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros.

Com base nos estudos técnicos relacionados aos lucros tributáveis futuros, a Companhia não reconheceu o valor de R\$1.851.973 dos ativos fiscais diferidos de prejuízo fiscal.

Tal ajuste decorre das projeções considerando o novo cenário econômico e de mercado, como por exemplo o aumento na taxa de câmbio e nos preços de metal, dentre outros desenvolvimentos atuais. A Administração manterá o monitoramento tempestivo dos créditos e, a qualquer tempo mediante estimativas de realização de lucros tributáveis, os valores provisionados para perda serão revertidos a favor da Companhia. No Brasil, a compensação dos prejuízos fiscais não possui prazo prescricional, estando apenas limitada a 30% dos lucros tributáveis anuais.

b) Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui registrados, na rubrica de "Imposto de renda e contribuição social diferidos", valores apurados sobre despesas não dedutíveis temporariamente na apuração do lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social, os quais estão disponíveis para futuras compensações com o referido imposto. A Companhia considera uma provisão para perda de R\$580.045 sobre ativos fiscais diferidos de diferenças temporárias.

c) A realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos sobre ajuste de avaliação patrimonial se dá na proporção da realização da reserva.

A projeção de realização dos impostos diferidos, foi preparada com base nas melhores estimativas da Administração e nas projeções de resultados aprovados pelos órgãos de governança corporativa da Companhia. Todavia, por envolverem diversas premissas que não estão sobre o

O cobre transforma o mundo. A Paranapanema transforma o cobre.

controle da Companhia, como índices de inflação, volatilidade do câmbio, preços praticados no mercado internacional e demais incertezas econômicas do Brasil, os resultados futuros podem divergir materialmente daqueles considerados na preparação desta projeção.

A Companhia tem isenção de 75% do imposto de renda e dos adicionais não restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração decorrente da produção de cobre e seus subprodutos, até o período-base de 2027. Essa isenção é aplicada no saldo do imposto de renda a pagar após as compensações do prejuízo fiscal, conforme descrito no item a.

Os benefícios de Imposto de Renda da Companhia estão condicionados à constituição de Reserva de Capital pelo montante equivalente ao imposto não recolhido. As Reservas de Incentivos Fiscais constituídas somente poderão ser utilizadas para aumentar o capital ou absorver prejuízos.

26.2 Conciliação da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de Imposto de Renda na Controladora, e Imposto de Renda e Contribuição Social no Consolidado, registrada na demonstração do resultado, está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
(Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(1.377.537)	(2.717.423)	(1.377.316)	(2.727.825)
Alíquota fiscal nominal combinada	34%	25%	34%	25% e 34%
Imposto de renda sobre lucro	(468.363)	(679.356)	(468.287)	(694.017)
Adições permanentes	(11.880)	8.028	(11.958)	8.075
Realização de reserva de reavaliação (depreciação/baixa)	3.925	3.366	3.925	3.366
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	939	(342)	939	(342)
Provisão para demandas judiciais	165.739	141.927	165.739	141.927
Perdas estimadas Impostos a Recuperar	1.190		1.190	
Outras provisões dedutíveis	1.602	99.258	1.603	114.158
Variação cambial líquida (regime caixa)	(69.126)	(7.482)	(69.126)	(7.482)
Compensação de prejuízos fiscais de anos anteriores	-	-	106	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	-	667.962	-	678.078
Imposto de renda diferido sobre reserva de reavaliação	2.515	16.339	2.515	16.339
Provisão de Baixa de créditos sobre diferenças temporárias	361.062	(233.361)	360.736	(233.361)
Outros	-	-	-	-
Crédito de imposto de renda	(12.397)	16.339	(12.618)	26.741
Imposto de renda do exercício corrente	-	-	(157)	(89)
Contribuição social do exercício corrente	-	-	(65)	(40)
Impostos correntes	-	-	(222)	(129)
Imposto de renda diferido	(14.912)	-	(14.911)	7.744
Contribuição social diferida	-	-	-	2.788
Imposto de renda/CSL diferido sobre reserva de reavaliação	2.515	16.339	2.515	16.338
Impostos Diferidos	(12.397)	16.339	(12.396)	26.870
Crédito de IR e CS	(12.397)	16.339	(12.618)	26.741
Taxa efetiva total	0,90%	-0,60%	0,92%	-0,98%
Taxa efetiva corrente	0,00%	0,00%	0,02%	0,00%

27. Segmentos operacionais

A Companhia atua somente no segmento de cobre, que compreende a produção e comercialização de cobre eletrolítico, seus subprodutos e serviços correlatos, bem como semielaborados de cobre e suas ligas.

28. Instrumentos financeiros

28.1 Política de gestão de riscos de mercado

A Companhia reconhece que certos riscos de mercado, como variação do preço de *commodities*, taxa de câmbio e taxas de juros, são inerentes ao seu negócio. Entretanto, a política da Companhia é evitar riscos desnecessários e garantir que as exposições do negócio ao risco que tenham sido identificadas, medidas e que sejam passíveis de serem controladas sejam minimizadas, usando os métodos mais efetivos e eficientes para eliminar, reduzir ou transferir tais exposições.

A Comissão de Riscos da Companhia acompanha as políticas de gestão de risco de mercado e garante que os procedimentos apropriados estejam em vigor para que todas as exposições ao risco incorridas pela Companhia estejam identificadas e avaliadas. Além disso, a referida Comissão monitora para que essas exposições estejam dentro dos limites estabelecidos. Os riscos de negócio identificados incluem:

- Risco de taxas de juros inerentes às dívidas da Companhia.
- Risco cambial e risco de preços de *commodities* decorrentes das matérias primas e produtos vendidos, transações projetadas e compromissos firmes.
- Risco cambial decorrente de ativos e passivos como: aplicações no exterior e empréstimos, estoques vinculados a *commodities* cujos preços são denominados em moeda estrangeira, entre outros.
- Risco de base (*Basis Risk*) decorrentes de diferenças temporais, de volume, e de indexadores que porventura podem ocorrer entre a contratação e liquidação do instrumento e o objeto de *hedge*.

A política de gestão de riscos de mercado permite que a Companhia utilize instrumentos financeiros derivativos aprovados com o objetivo de minimizar a exposição a riscos de mercado: Câmbio, *Commodities* e Taxas de Juros.

Instrumentos derivativos são somente utilizados para fins de “*Hedge*” uma vez que limitam as exposições financeiras associadas aos riscos identificados em determinados passivos e ativos da Companhia. A utilização de derivativos não é automática, nem é necessariamente a única resposta para a gestão de risco do negócio. A utilização é permitida somente após verificar que o derivativo escolhido possa delimitar os riscos identificados dentro dos níveis de tolerância estabelecidos pela política.

A Companhia realiza operações de *hedge* com instrumentos financeiros derivativos ou não derivativos e enquadra essas transações nas regras de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) tais como definidas pela Deliberação CVM nº 763 (CPC 48). Nem todas as operações de *hedge* com derivativos são contabilizadas em aplicação das regras de contabilidade de *hedge*.

28.2 Metodologias de valor justo

Os instrumentos financeiros de derivativos são avaliados a valor justo e devidamente reconhecidos contabilmente em contas patrimoniais. A metodologia de avaliação a valor justo envolve parâmetros verificáveis, extraídos dos mercados futuros da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (Cupom Cambial e Pré), LME (cobre, zinco, estanho e chumbo) e LBMA (ouro e prata), *British Banker's Association* (*Libor*) e Bloomberg (dólar norte americano à vista - *Spot*).

A apuração do valor de mercado dos derivativos de câmbio pela Companhia consiste em calcular o valor futuro de acordo com as condições contratuais e trazer a valor presente pelas curvas de mercado (Pré e cupom cambial) e preços divulgados na Bloomberg e B3 S.A. - Brasil, Bolsa,

O cobre transforma o mundo. A Paranapanema transforma o cobre.

Balcão. Os ajustes dos derivativos embutidos são feitos pela média dos preços futuros, baseados nas curvas divulgadas na LME e LBMA.

28.3 Derivativos embutidos

Cláusulas de ajuste dos preços de matérias primas, tais como o cobre, incluídas em contratos não canceláveis de compra de produtos, que são baseadas em preços de mercado para uma data subsequente à data de embarque ou entrega, são considerados derivativos embutidos, que requerem segregação e contabilização em separado. Isto se dá porque, de acordo com o CPC 48, ajustes dos fluxos de caixa de pagamentos indexados a preços de matérias primas (como o cobre, por exemplo) embutidos em passivos financeiros não estão intimamente relacionados com o instrumento principal, uma vez que os riscos inerentes ao contrato principal e ao derivativo embutido não são semelhantes. Um derivativo embutido, que é bifurcado do seu contrato hóspede e é contabilizado em separado ao valor justo por meio do resultado, como qualquer outro instrumento derivativo, pode ser designado como instrumento de *hedge* numa relação de contabilidade de *hedge*, tal como um *hedge* de valor justo de estoques de cobre.

Contratos de compra de concentrado de cobre geralmente inclui um preço provisório na data do embarque, com o preço final baseado na média mensal do preço do cobre na LME para um período futuro determinado. Este período normalmente varia entre 30 e 120 dias após a data de embarque ou faturamento. Tal compra de concentrado com preço provisório contém um derivativo embutido, o qual é requerido que seja separado do contrato principal e contabilizado como derivativo por separado no resultado.

28.4 Classificação dos instrumentos financeiros

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Saldo em 31 de dezembro de 2023			Consolidado		
	Notas	Valor Contabil			Valor Justo	
		Ao valor justo por meio do resultado	Ao custo amortizado	Total	Nível 2	Total
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	05	-	85	85	-	-
Aplicações financeiras	05	-	24.367	24.367	-	-
Banco Conta vinculada	05	-	11	11	-	-
Contas a receber de clientes	06	-	1.746	1.746	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	28	1.340	-	1.340	1.340	1.340
Total dos ativos		1.340	26.209	27.549	1.340	1.340
Passivos financeiros						
Fornecedores	13	-	699.169	699.169	-	-
Operações com Forfait e Cartas de Crédito	14	-	10.535	10.535	-	-
Passivo de Arrendamento	15	-	12.577	12.577	-	-
Passivos relacionados a contratos de clientes	20	-	64.341	64.341	-	-
Créditos de Clientes	20	-	3.468	3.468	-	-
Empréstimos e financiamentos	16	-	3.711.464	3.711.464	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	28	-	-	-	-	-
Total dos passivos		-	4.501.554	4.501.554	-	-

O cobre transforma o mundo. A Paranapanema transforma o cobre.

Saldo em 31 de dezembro de 2022				Consolidado		
	Notas	Valor Contábil		Valor Justo		
		Ao valor justo por meio do resultado	Ao custo amortizado	Total	Nível 2	Total
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	05	-	2.500	2.500	-	-
Aplicações financeiras	05	-	21.350	21.350	-	-
Banco Conta vinculada	05	-	97	97	-	-
Contas a receber de clientes	06	-	40.547	40.547	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	28	87.840	-	87.840	87.840	87.840
Total dos ativos		87.840	64.494	152.334	87.840	87.840
Passivos financeiros						
Fornecedores	13	-	591.844	591.844	-	-
Operações com Forfait e Cartas de Crédito	14	-	11.152	11.152	-	-
Passivo de Arrendamento	15	-	12.554	12.554	-	-
Passivos relacionados a contratos de clientes	20	-	91.853	91.853	-	-
Créditos de Clientes	20	-	36.455	36.455	-	-
Empréstimos e financiamentos	16	-	3.192.291	3.192.291	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	28	1.053	-	1.053	1.053	1.053
Total dos passivos		1.053	3.936.149	3.937.202	1.053	1.053

Os empréstimos e financiamentos são registrados pelos seus valores contratuais ajustados pelos fluxos de caixa descontados. A Companhia considera que todos os instrumentos financeiros que são reconhecidos em suas demonstrações financeiras, são substancialmente similares a aqueles que seriam obtidos se fossem negociados no mercado mensurados ao custo amortizado, os seus valores contábeis se aproximam dos seus valores justos.

Valor contábil / valor justo

A Administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil em operações de curto prazo, haja vista que, nessas operações, o valor contábil é uma aproximação razoável ao valor justo (CPC-40/item 29).

Hierarquia ao valor justo

A Companhia divulga seus ativos e passivos a valor justo, com base nos pronunciamentos contábeis que definem valor justo, a estrutura de mensuração do valor justo, a qual se refere a conceitos de avaliação e práticas, e requer determinadas divulgações sobre o valor justo.

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1- preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos na data de mensuração. Um preço cotado em um mercado ativo apresenta a evidência mais confiável do “valor justo” e deve ser usado sempre que disponível.

Nível 2- preços cotados para ativos ou passivos similares em mercados ativos, preços cotados para ativos ou passivos idênticos em mercados que não são ativos (mercados em que há poucas transações para os ativos ou passivos), dados que não sejam preços cotados observáveis para um ativo ou passivo e dados que sejam derivados ou corroborados principalmente por dados observáveis no mercado por correlação ou outros meios.

Nível 3- são dados não observáveis para um ativo ou passivo. Dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o “valor justo” quando dados observáveis não estão disponíveis e devem refletir as expectativas da própria unidade de negócio sobre o que os participantes do mercado usariam como premissas para precificar um ativo ou passivo, incluindo premissas de risco. Nenhum instrumento financeiro detido tem as características da categoria de Nível 3.

Resumo dos instrumentos financeiros derivativos consolidados

Instrumento	Posição	Indexador	Valor de Referência		Consolidado	
			2023	2022	Valor Justo	2023
Designados para Hedge accounting						
Risco de preços de commodities						
Derivativo embutido	Comprado	Cobre/Ouro/Prata	- tons	1.859 tons	-	(1.053)
Total derivativos designados para hedge accounting					-	(1.053)
Não designados para Hedge accounting						
Risco de preços de commodities						
Derivativo embutido	Comprado	Cobre/Ouro/Prata	- tons	- tons	1.340	87.840
Total demais derivativos					1.340	87.840
Total					1.340	86.787
Ativo Circulante					1.340	87.840
Passivo Circulante					-	(1.053)

28.5 Riscos de mercado

28.5.1 Risco cambial

A Companhia mantém operações denominadas em moedas estrangeiras (substancialmente em dólares americanos) que estão expostas a riscos de mudanças nas respectivas cotações. Qualquer flutuação da taxa de câmbio pode aumentar ou reduzir os referidos saldos. A composição dessa exposição é a seguinte:

		Controladora / Consolidado	
		2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	US\$	159	12
Contas a receber de clientes	US\$	2.795	8.315
Fornecedores	US\$	(51.003)	(54.041)
Empréstimos e financiamentos	US\$	(480.617)	(457.196)
Instrumentos financeiros derivativos	US\$	277	16.633
Passivos relacionados a contratos de clientes	US\$	(3.610)	(11.834)
Exposição líquida total	US\$	(531.999)	(498.111)

A Política estabelece que a gestão de riscos tenha como objetivo a proteção contra o risco cambial do fluxo projetado denominado em moeda estrangeira por meio do uso de operações de balcão (NDF - *Non Deliverable Forward*), futuros de bolsa, *zero cost collar* e instrumentos financeiros não derivativos (passivos indexados ao dólar). Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não tem instrumentos derivativos contratados para proteção da exposição cambial no fluxo de caixa

28.5.2 Risco de taxas de juros

A Companhia tem empréstimos indexados pela variação da Libor e do CDI, e aplicações financeiras indexadas à variação do CDI, expondo esses ativos e passivos às flutuações nas taxas de juros. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge/ swap contra a exposição desses riscos de mercados. A Companhia considera que o alto custo associado à contratação de taxas pré-fixadas sinalizadas pelo cenário macroeconômico brasileiro justifica a sua opção por taxas flutuantes.

O cobre transforma o mundo. A Paranapanema transforma o cobre.

A exposição às taxas de juros está demonstrada no quadro a seguir:

		Controladora/Consolidado	
		2023	2022
Aplicações Financeiras	CDI	24.367	22.295
Empréstimos e financiamentos	LIBOR 6M	(2.273.005)	(2.273.352)
Empréstimos e financiamentos	TR	(48.608)	-
Empréstimos e financiamentos	CDI	(505.845)	(419.213)
Exposição líquida total		(2.803.091)	(2.670.270)

28.5.3 Risco de *commodities*

A Paranapanema, em suas atividades de negócio, adquire matéria-prima e vende produtos, ambos referenciados às quantidades de metais neles contidos e às cotações desses metais nas bolsas internacionais (*London Metal Exchange* e *London Bullion Market Association*).

A origem do risco de *commodities* é o descasamento entre os preços de venda e de compra dos metais contidos nos produtos e matérias primas.

A Política estabelece que a exposição ao risco de *commodities* de cada metal seja dada pelo descasamento entre a quantidade desse metal já precificada para a compra e a quantidade desse metal já precificada para a venda, e estabelece limites de exposição ao risco.

Por conta desta exposição, a Companhia tem por estratégia manter os custos em dólares dos metais em estoque flutuando com o preço do metal no mercado, e somente travá-los quando ocorrer a venda do metal e seu preço for conhecido.

28.5.4 Análise de sensibilidades

A Companhia apresenta a seguir o quadro de sensibilidade para os riscos de variações cambiais e de taxas de juros a que está exposta considerando que os eventuais efeitos temporais impactariam os resultados futuros, tomando como base as exposições apresentadas em 31 de dezembro de 2023. A Companhia conduziu análise de sensibilidade utilizando o cenário provável, de baixa e de alta de 25% e 50%.

	Nocional	Unid.	Taxa	Cenário	Controladora/Consolidado			
					Cenário Baixa		Cenário Alta	
					25%	50%	25%	50%
					Impacto no resultado			
Risco Cambial								
Caixa e equivalentes de caixa	159	US\$	4,8413	770	(193)	(385)	192	385
Contas a receber de clientes	2.795	US\$	4,8413	13.531	(3.382)	(6.765)	3.383	6.766
Fornecedores	(51.003)	US\$	4,8413	(246.921)	61.730	123.461	(61.730)	(123.460)
Empréstimos e financiamentos	(480.617)	US\$	4,8413	(2.326.811)	581.703	1.163.405	(581.703)	(1.163.406)
Instrumentos financeiros derivativos	277	US\$	4,8413	1.341	(335)	(670)	335	671
Passivos relacionados a contratos de clientes	(3.610)	US\$	4,8413	(17.477)	4.369	8.738	(4.369)	(8.739)
Total	(531.999)			(2.575.567)	643.892	1.287.784	(643.891)	(1.287.783)
Risco de taxa de juros								
Aplicações Financeiras	24.367	CDI	11,75%	2.863	(716)	(1.432)	716	1.432
Empréstimos e financiamentos	(2.273.005)	LIBOR 6M	5,60%	(127.288)	31.822	63.644	(31.822)	(63.644)
Empréstimos e financiamentos	(505.845)	CDI	11,75%	(59.437)	14.859	29.718	(14.859)	(29.718)
Total	(2.778.850)			(186.725)	46.681	93.363	(46.681)	(93.363)

28.6 Contabilidade de *hedge*

A Paranapanema adotou o seguinte programa de *hedge accounting*:

28.6.1 Hedge de Fluxo de Caixa de Receitas em dólares norte-americanos

Em dezembro de 2022, a Companhia descontinuou o programa e efetuou a baixa do saldo apurado na conta de Ajuste de avaliação Patrimonial no montante de R\$779.406 para o resultado

financeiro, em razão da situação atual da Companhia conforme descrito na nota 1.

O objetivo do programa era garantir que um percentual da receita equivalente ao prêmio das vendas indexadas ao dólar não seja impactado com variação cambial.

O objeto de hedge era um percentual das receitas, equivalente aos prêmios futuros altamente prováveis, indexadas ao dólar norte-americano. O instrumento de hedge contratado para este programa foram contratos a termo de moeda (NDF - Non Deliverable Forward) de USD/BRL. Além de instrumentos derivativos, a Companhia também utilizou, conforme autorizado pela Deliberação CVM nº 604/09, as variações das taxas de câmbio de instrumentos financeiros não derivativos como Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC), Pré-pagamento de Exportação (PPE) e contratos de dívidas em dólares para mitigar o risco cambial decorrente de suas vendas futuras altamente prováveis em moeda estrangeira. Este programa foi implementado a partir de novembro de 2013 para os instrumentos de ACC e PPE e a partir de dezembro de 2013 para as demais dívidas como instrumento de hedge.

28.6.2 Hedge de Valor Justo de Estoques

O objetivo do *hedge* de Valor Justo de Estoques visa proteger o seu componente de custo mais relevante que é a porção metal (cobre, zinco, chumbo, estanho, ouro e prata) dos estoques, mantendo-os a mercado (preço do metal em reais) até que a venda seja realizada. Os custos de transformação dos metais (mão de obra e insumos) não são representativos frente ao custo total do estoque e são denominados em reais, portanto, não são objetos de *hedge* de preço de metal ou de câmbio.

Os instrumentos de *hedge* de preço de metal são os derivativos embutidos nos contratos de fornecimento de concentrado de cobre, que foram bifurcados dos contratos.

A marcação a mercado dos contratos de derivativos embutidos é contabilizada no estoque assim como o objeto de *hedge*, que é o Estoque de metal contido. A conta de Derivativos a Receber é debitada contra o Resultado Operacional quando o ajuste for favorável à Companhia e é creditada contra o Resultado Operacional quando o ajuste for desfavorável à Companhia.

28.7 Risco de crédito

A política de venda dos produtos da Companhia está ligada ao nível de risco de crédito a que a Companhia está disposta a se sujeitar.

O crédito é um importante instrumento de promoção de negócios entre a Companhia e seus clientes. Essa característica se deve ao fato de o crédito alavancar o poder de compra dos clientes.

O risco é inerente às operações de crédito, devendo a Companhia efetuar uma minuciosa análise na concessão. Esse trabalho envolve avaliações de natureza quantitativa e qualitativa do cliente, não se dispensando a análise do setor em que ele atua. Essa análise leva em conta o passado do cliente, mas constitui-se, essencialmente, na elaboração de um prognóstico sobre a sua solidez econômica - financeira atual, incluindo a forma como o cliente faz a sua gestão de risco e suas perspectivas para o futuro.

A diversificação da carteira de recebíveis, a seletividade dos clientes, assim como o acompanhamento dos prazos e do limite de crédito individual por cliente, são procedimentos adotados para minimizar os atrasos e a inadimplência do contas a receber. Além de procedimentos de verificação de capacidade de crédito, não há clientes que tenham saldos que individualmente representem mais do que 10% das receitas totais da Companhia. Desta forma, a Companhia não possui dependência em relação aos seus principais clientes.

O cobre transforma o mundo. A Paranapanema transforma o cobre.

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras, a Companhia sempre realiza aplicações em instituições avaliadas com baixo risco por agências independentes de *rating*.

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Ativos					
Caixa e Equivalentes de Caixa	05	80	2.447	85	2.500
Aplicações Financeiras	05	24.367	21.350	24.367	21.350
Banco Conta vinculada	05	11	97	11	97
Contas a receber de clientes	06	1.746	40.678	1.746	40.547
Outros Ativos	09	59.864	58.179	60.347	58.783
Instrumentos Financeiros Derivativos	28	1.340	87.840	1.340	87.840
		87.408	210.591	87.896	211.117

28.8 Risco de liquidez

- a) A política de gerenciamento de risco de liquidez implica em manter um nível seguro de disponibilidade de caixa e acesso a recursos imediatos. A Companhia possui aplicações com liquidez imediata, cujos montantes são suficientes para fazer face a eventual necessidade para liquidação junto a fornecedores, empréstimos ou financiamentos reestruturados.
- b) O risco de liquidez representa o risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas, vide Nota 1.

Os valores apresentados incluem principal e juros calculados, utilizando-se a taxa de dólares norte-americanos de conversão vigente em 31 de dezembro de 2023 (R\$4,8413/US\$1,0000) para as dívidas denominadas em dólares norte-americanos (PPE e ACC), e as taxas de juros dos contratos vigentes.

	Notas	Valor	Consolidado			
			Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 4 anos	Mais que 4 anos
Ativos						
Caixa e Equivalentes de Caixa	05	85	85	-	-	-
Aplicações Financeiras	05	24.367	24.367	-	-	-
Banco Conta vinculada	05	11	11	-	-	-
Contas a receber de clientes	06	1.746	1.746	-	-	-
Outros Ativos	09	60.347	7.814	52.533	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	28	1.340	1.340	-	-	-
		87.896	35.363	52.533	-	-
Passivos						
Empréstimos e Financiamentos	16	(3.711.464)	(3.245.159)	(111.461)	(323.048)	(31.796)
Passivos relacionados a contratos de clientes	20	(64.341)	(64.341)	-	-	-
Passivo de Arrendamento	15	12.577	12.577	-	-	-
Créditos de Clientes	20	(3.468)	(3.468)	-	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	28	-	-	-	-	-
Fornecedores	13	(699.169)	(407.770)	(291.399)	-	-
Operações com Forfait e Cartas de Crédito	14	(10.535)	(10.535)	-	-	-
		(4.476.400)	(3.718.696)	(402.860)	(323.048)	(31.796)
Posição Líquida		(4.388.504)	(3.683.333)	(350.327)	(323.048)	(31.796)

28.9 Gestão do capital

O principal objetivo da gestão do capital da Paranapanema e suas Controladas é assegurar uma classificação de crédito forte (*rating*) perante as instituições e uma relação de capital adequada, a fim de embasar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia inclui, dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos, instrumentos financeiros derivativos a pagar, menos caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos a receber.

O cobre transforma o mundo. A Paranapanema transforma o cobre.

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Empréstimos e financiamentos	16	3.711.463	3.192.291	3.711.464	3.192.291
Operações com forfaiting e cartas de crédito	14	229	11.152	229	11.152
Instrumentos financeiros derivativos a pagar	28	(1.340)	(86.787)	(1.340)	(86.787)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	05	(80)	(2.447)	(85)	(2.500)
(-) Aplicações financeiras	05	(24.367)	(21.350)	(24.367)	(21.350)
(-) Banco conta vinculada	05	(11)	(97)	(11)	(97)
(=) Dívida líquida c/ Derivativos Embutidos		3.685.894	3.092.762	3.685.890	3.092.709
Patrimônio líquido	21	(4.223.510)	(2.817.566)	(4.223.510)	(2.817.566)
Ajuste de avaliação patrimonial	21.h	113.864	135.535	113.864	135.535
Total Capital Próprio		(4.337.374)	(2.953.101)	(4.337.374)	(2.953.101)
Quociente de alavancagem		-565,77%	1398,07%	-565,77%	1398,36%

29. Compromissos assumidos

A Companhia tinha compromisso contratual com fornecedor para os próximos anos referentes à administração, operação e manutenção da usina de gases localizada na planta industrial de Dias d'Ávila, com vencimentos até dezembro de 2023, e não sujeita à Companhia a nenhuma restrição.

A renovação e cláusulas de reajustamento estão descritas em contrato e seguem as práticas de mercado.

	Controladora/Consolidado	
	2023	2022
Até 1 Ano	-	4.499
	-	4.499

30. Seguros

A Companhia possui cobertura de seguros por montantes considerados suficientes para eventuais perdas decorrentes de sinistros, considerando a natureza de suas atividades, os riscos envolvidos nas suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2023, as importâncias seguradas e limite de cobertura contratados nos respectivos ramos de seguros eram compostos por:

Ramo	Valor em Risco Declarado(*)	Limite Máximo Indenizável(**)
Risco Operacional	1.752.652	200.000
Responsabilidade Civil Geral	11.000	11.000
Responsabilidade Civil Diretores e Administradores (D&O)	20.000	20.000
Transportes (território nacional)	4.800.000	17.527
Transportes (território internacional)	1.333.333	60.005
Ações Judiciais e Financeiras		Valor Estipulado para Causa defendida
Veículos		100% do valor do veículo (Base Tabela FIPE)
Vida em Grupo		30 x salário base

*Não Auditado pelos auditores independentes

31. Previdência privada

Os planos de previdência complementar instituídos pela Companhia e empresas controladas são um Plano Gerador de Benefício Livre – PGBL e um Plano de Vida Gerador de Benefício Livre – VGBL, respectivamente, com administração contratada à BrasilPrev e viabilizada com as contribuições da Companhia, empresas controladas e dos empregados, cujas principais características são resumidas abaixo:

PGBL/VGBL: Depois de atendidos os pré-requisitos cumulativos de 120 meses de contribuição e 60 anos de idade, os beneficiários terão direito de resgatar 100% da poupança formada por eles e pela Companhia e suas empresas controladas, da mesma forma no caso de ocorrência de falecimento ou invalidez permanente. Em caso de desligamento da Companhia antes de se tornar elegível, o beneficiário terá direito à retirada de, no máximo, 80% do valor depositado pela Companhia, respeitando a política a qual prevê direito de 1% por mês contribuído.

Portanto, os planos não incluem benefícios de risco e, assim, não produzem passivos atuariais. No caso de opção do participante por renda vitalícia, a responsabilidade pela manutenção da reserva, conforme contrato, é da BrasilPrev.

O valor das contribuições efetuadas aos planos pela Companhia e empresas controladas no período foi de R\$1.526 (R\$1.694 no mesmo período de 2022).

32. Plano de remuneração variável

32.1 - Termos e condições gerais

a) Beneficiários:

Alguns Executivos da Companhia, conforme o quanto contratado, são elegíveis ao Programa de Remuneração Variável. Composto por Incentivo de Curto Prazo (ICP) e de Longo Prazo (ILP). O ICP e ILP estão atrelados ao conceito de metas individuais e coletivas pré-definidas, sendo que no fechamento de cada exercício avalia-se o percentual de atingimento das metas.

As condições e regras do Programa de Remuneração Variável podem ser alteradas a qualquer momento pela Companhia, as quais devem ser expressamente informadas ao elegível.

b) Condições para exercício:

O instrumento particular determina que terão direito à concessão e pagamento das remunerações variáveis os elegíveis que atingirem as metas previstas para o exercício, de acordo com as regras estabelecidas no instrumento.

O elegível tem direito ao pagamento do ILP desde que seu contrato de trabalho esteja ativo.

- I. No caso de suspensão do contrato por invalidez, não haverá pagamento enquanto o contrato permanecer suspenso.
- II. No caso de falecimento, os herdeiros e/ou sucessores receberão os direitos aos quais o elegível faria jus até o falecimento, na proporção de 50%.

c) Critérios para fixação do prazo de exercício:

Salvo nas condições de não aquisição mencionadas acima, o ILP será diferido em 2 (duas) parcelas, com pagamentos anuais, ou seja, 50% dos múltiplos de salário base por ano, sendo que

O cobre transforma o mundo. A Paranapanema transforma o cobre.

o primeiro pagamento somente ocorrerá 1 ano após a concessão do ILP. O montante concedido será o múltiplo de salários base vigente em 31 de dezembro do ano anterior ao pagamento.

d) Forma de liquidação:

A liquidação se dá em folha de pagamento em favor do elegível, quando satisfeitas todas as condições estabelecidas.

33. Informações complementares à demonstração do fluxo de caixa

a) Transações das atividades operacionais, de investimento e financiamento que não envolvem caixa

	2023	2022
Ajustes para reconciliar o (prejuízo) líquido		
Atividades Operacionais	460.979	2.709.272
Depreciação Represada no Estoque	(11.628)	(11.477)
Provisão (reversão) perda estimada do valor recuperável	2.763	(1.367)
Provisão de perdas estimadas - Estoque	(12)	21
Provisão de perdas estimadas - Ativos p/Venda	-	(61)
Provisão de perdas estimadas - Desp Antec	-	(3.991)
Provisão de perdas estimadas - Impostos a Recuperar	1.049	466.358
Provisão para perdas demandas judiciais	39.481	326.749
Ajuste a valor presente - clientes e fornecedores	(879)	(123)
Provisão de Impostos Drawback suspensão	396.508	837.686
Ajuste de avaliação patrimonial	-	837.687
Encargos financeiros - Clientes	3.376	(1.602)
Encargos financeiros - Estoque	(1)	26
Encargos financeiros - Outros Ativos	26	774
Encargos financeiros - Instrum Financ	983	73
Encargos financeiros - Fornecedores	(15.180)	(4.934)
Encargos financeiros - Adto Clientes	(6.203)	1.757
Encargos financeiros - Contingencias	50.813	261.842
Encargos financeiros - Invest PL	(117)	(146)
Atividades de investimento	115.089	116.513
Valor residual de ativo permanente baixado	4	1.916
Depreciação e amortização	98.191	103.006
Depreciação Represada no Estoque	11.628	11.477
Encargos financeiros	97	(2)
Impairment / Prov. Perdas	5.169	116
Atividades de financiamento	370.498	102.655
Amortização direito de uso do ativo	12.216	13.605
Custos de transação - reperfilamento	-	(4.793)
Encargos Financeiros	358.282	93.843

34. Eventos Subsequentes

a) Lay-Off Dias D'Ávila

Conforme fato relevante divulgado em 22 de dezembro de 2023, a partir do dia 01 de janeiro de 2024, será iniciado um período de lay-off parcial dos colaboradores da unidade fabril de Dias D'Ávila em decorrência da necessidade de manutenção preventiva não programada, que tem como objetivo a realização de ajustes e melhorias no precipitador de partículas da Unidade para atendimento dos mais altos padrões de eficiência, sustentabilidade e segurança usualmente aplicados pela Companhia, garantindo assim a eficiência e sustentabilidade das operações, a qualidade dos produtos, evitando riscos de acidentes e cumprindo rigorosamente as inspeções normativas dos equipamentos.

Durante o período de interrupção parcial, previsto para cinco meses, podendo a Companhia antecipar o seu retorno, haverá a suspensão temporária dos contratos de trabalho, de acordo com os termos do art. 476-A da Consolidação das Leis do Trabalho, para cerca de 500 colaboradores. Os demais colaboradores remanescentes permanecerão em suas atividades de acordo com o plano de adequação da produção da Unidade Dias D'Ávila.

b) Aumento de Capital

Conforme fato relevante divulgado em 22 de fevereiro de 2024 foi homologado o aumento de capital no valor de R\$ 62.601.120,05 (sessenta e dois milhões, seiscentos e um mil, cento e vinte reais e cinco centavos), mediante a emissão de 13.207.042 (treze milhões, duzentos e sete mil e quarenta e duas) novas ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal, de forma que o capital social da Companhia passa a ser de R\$ 2.132.167.367,61 (dois bilhões, cento e trinta e dois milhões, cento e sessenta e sete mil, trezentos e sessenta e sete reais e sessenta e um centavos), dividido por 56.610.891 (cinquenta e seis milhões, seiscentos e dez mil, oitocentos e noventa e uma) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.

A integralidade dos créditos dos credores que se manifestaram durante a 1ª Janela do Pedido de Conversão foi convertida em novas ações da Companhia emitidas para os fins do referido aumento de capital, viabilizando a diminuição do endividamento da Companhia em R\$ 61.943.122,73 (sessenta e um milhões, novecentos e quarenta e três mil, cento e vinte e dois reais e sessenta e três centavos), representando 13,05% do montante total sujeito à Recuperação Judicial.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Aos conselheiros e diretores da Paranapanema S.A. – em recuperação judicial
Dias d'Ávila - BA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Paranapanema S.A. – em recuperação judicial (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Paranapanema S.A. – em recuperação judicial em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que indica que a Companhia ajuizou o pedido de recuperação judicial em conjunto com as controladas CDPC – Centro de Distribuição de Produtos de Cobre Ltda. e Paraibuna Agropecuária Ltda em 30 de novembro de 2022, aprovado pela assembleia de credores em 24 de agosto de 2023 e homologada pelo juiz da recuperação judicial em 16 de novembro de 2023. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas incorreram em prejuízos consolidados de R\$ 1.389.934 mil e, naquela data, o passivo circulante consolidado excedeu o ativo circulante consolidado em R\$ 3.479.247 mil. Essas condições, juntamente com a inadimplência da dívida do Acordo Global e a restrição relevante de caixa, indicam a existência de incertezas significativas que podem levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. A reversão desta situação depende não somente do cumprimento do plano de recuperação judicial aprovado, mas também da renegociação das dívidas financeiras relacionadas ao acordo Global que não estão sujeitas a tal plano, bem como de estratégias de geração de caixa e obtenção de recursos de terceiros que não são controláveis pela administração da Companhia. Os planos da administração da Companhia sobre esse assunto estão descritos na mesma nota explicativa. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Redução ao valor recuperável de ativos imobilizados

Veja as Notas 4.k.3 e 12.2 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria

A Companhia e suas controladas possuem no balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 saldos de ativo imobilizado no montante de R\$ 1.002.940 mil.

Em decorrência do cenário atual da Companhia e de suas controladas que têm enfrentado dificuldades na obtenção de financiamento para suas operações e consequente geração de lucro e fluxo de caixa, a Companhia avaliou a existência de indicadores de redução ao valor recuperável em relação às suas unidades geradoras de caixa ("UGCs").

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil das suas UGCs com base no valor justo líquido das despesas de venda, com foco substancial em cotações para reposição dos ativos existentes. Estas estimativas consideram premissas que envolvem julgamento da Companhia para o tratamento do resultado da inspeção física dos ativos, obtenção de cotações para compra de ativos novos, iguais ou similares, consideração de despesas de vendas, além da idade operacional, a vida útil estimada e o valor residual, indexados a uma curva ou função matemática.

Devido às incertezas inerentes a esse processo e ao impacto na estimativa do valor recuperável, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliamos se a base de ativos/UGCs avaliados testados está completa e íntegra;

- Avaliamos, com o auxílio dos nossos especialistas de valorização de ativos tangíveis:

a) A razoabilidade e consistência das principais premissas tais como cotações de mercado e alocação dos custos para venda, utilizadas para estimar o valor justo, líquido das despesas de vendas das UGCs, comparando-as com o valor contábil dos ativos e por meio de amostragem avaliando se as premissas utilizadas estão condizentes com as cotações obtidas pelo avaliador

b) Se os cálculos matemáticos na avaliação do valor justo, líquido das despesas de venda foram elaboradas de forma consistente e

não apresentam distorções que possam impactar a estimativa do valor recuperável das UGCs;

- Avaliamos a integridade, precisão e relevância das divulgações requeridas pelo IAS 36 / CPC 01.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitáveis o valor recuperável das unidades geradoras de caixa, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

– Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

– Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 15 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Marcelo Gavioli
Contador CRC 1SP201409/O-1

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARANAPANEMA S.A. – Em Recuperação Judicial
CNPJ/MF nº 60.398.369/0004-79
NIRE 29.300.030.155
COMPANHIA ABERTA

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia, no desempenho de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Com base nos exames efetuados e tendo em vista o Relatório dos Auditores Independentes relativo às Demonstrações Financeiras acima referidas, elaborado pela KPMG Auditores Independentes, sem ressalvas, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos cumprem com as normas vigentes e estão em condições de serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral.

Santo André (SP), 11 de março de 2024.

Paulo Molero Ariza
Presidente do Conselho Fiscal

Marcos Reinaldo Severino Peters

Jailton Zanon da Silveira

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

PARANAPANEMA S.A. – Em Recuperação Judicial
CNPJ/MF nº 60.398.369/0004-79
NIRE 29.300.030.155

COMPANHIA ABERTA

RELATÓRIO RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA NÃO ESTATUTÁRIO

I. INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria não estatutário da Paranapanema S.A. – em Recuperação Judicial (“Companhia” ou “Paranapanema”), instituído pelo Conselho de Administração em 14 de julho de 2010, tem o objetivo de assessorar o Conselho de Administração em questões estratégicas, com foco em gestão e controle, qualidade e integridade dos relatórios financeiros, nos controles internos, no gerenciamento de riscos e compliance, no acompanhamento das atividades dos auditores internos e independentes, e incentiva continuamente a adoção das melhores práticas de Governança Corporativa.

Atualmente, sua composição conta com 3 (três) membros integrantes do Conselho de Administração, sendo 1 (um) designado como coordenador.

O Gerente de Auditoria Interna, de Controles Internos, Riscos e Compliance, assim como a Diretora Jurídica da Companhia, participam do Comitê de Auditoria na qualidade de convidados permanentes.

As principais competências e atribuições do Comitê de Auditoria, desempenhadas pelos seus membros, são as descritas a seguir e estão detalhadas em seu Regimento Interno, não obstante o de outras funções e análise de temas específicos quando solicitado pelo Conselho de Administração:

- (i) Supervisão da qualidade e integridade dos relatórios financeiros da Companhia.
- (ii) Exame da aderência da Companhia às normas legais, estatutárias e regulatórias.
- (iii) Exame da adequação dos processos relativos à gestão de riscos e controles internos.
- (iv) Supervisão das atividades dos auditores independentes das demonstrações financeiras e dos auditores internos.

O Regimento Interno do Comitê de Auditoria foi aprovado na reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de junho de 2014, e sua última revisão foi realizada em 22 de fevereiro de 2024.

II. REUNIÕES, ATIVIDADES E RECOMENDAÇÕES DO COMITÊ DE AUDITORIA DURANTE O EXERCÍCIO DE 2023

O Comitê de Auditoria realiza reuniões ordinárias, no mínimo, uma vez a cada trimestre, e sempre que necessário, mediante convocação prévia pelo seu coordenador ou quando o Conselho de Administração julgar necessário.

No exercício social de 2023, foram realizadas 10 (dez) reuniões ordinárias, com o principal escopo de:

- (i) Analisar a proposta do plano anual de trabalho da área de Auditoria Interna;
- (ii) Acompanhar o andamento dos trabalhos da área de Auditoria Interna, conforme cronograma previsto no plano anual aprovado pelo Conselho de Administração;
- (iii) Acompanhar as atividades das áreas de Controles Internos, Riscos e Compliance;
- (iv) Examinar os planos de trabalho e de auditoria, gestão de riscos e não conformidades, assim como o monitoramento e indicadores gerais, das áreas que atuam como 2ª Linha de Defesa em Governança Corporativa, quais sejam:
 - (a) Sistema de Gestão Integrada em Qualidade
 - (b) Saúde, Segurança e Meio Ambiente
 - (c) Segurança da Informação
 - (d) Segurança Patrimonial
- (v) Analisar as denúncias e respectivos processos de investigação e tratamento, recebidas no canal de denúncias da Companhia, denominado “Linha Ética”;
- (vi) Analisar, recomendar e emitir parecer, conforme o caso, sobre as informações financeiras periódicas trimestrais e anuais da Companhia;
- (vii) Analisar, trimestralmente, as contingências da Companhia;

- (viii) Analisar o plano de trabalho dos auditores independentes das demonstrações financeiras do exercício social de 2023;
- (ix) Apreçar a concessão do waiver referente as obrigações do mapa de riscos da Companhia (Avaliação Geral de Riscos) até o dia 30 de junho de 2024;
- (x) Examinar a Carta de Controles Internos, emitida pelos auditores independentes nas demonstrações financeiras do exercício social de 2022;
- (xi) Acompanhar as operações contábeis de Forfaiting e a avaliação dos ativos (Impairment) realizados pela Companhia;
- (xii) Avaliar o Formulário de Referência e Informe de Governança Corporativa referentes ao exercício de 2023;
- (xiii) Acompanhar os processos adotados pela Companhia em relação ao cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados, em especial as atividades da Comissão de Proteção de Dados;
- (xiv) Avaliar Política de Reposição de Perdas e Acordo de Indenidade;
- (xv) Analisar o Plano de Recuperação Judicial;
- (xvi) Examinar as alterações da Tabela de Delegação de Autoridade e Limites de Alçada; e
- (xvii) Avaliar a implementação e revisão de normativos internos da Companhia, dentre eles Política de Logística, Norma de Exposição de Metais, Política de Reposição de Perdas, Política de Governança Corporativa e Política de Negociação de Valores Mobiliários.

O coordenador do Comitê de Auditoria reporta mensalmente nas reuniões do Conselho de Administração as informações relativas aos principais temas analisados e discutidos.

Nas matérias de ordem deliberativa das reuniões do Conselho de Administração, que são objeto de exame prévio do Comitê de Auditoria, há o reporte do posicionamento e discussões havidas no âmbito do comitê, assim como a sua recomendação ao Conselho de Administração sobre o tema.

Ao longo do exercício social de 2023, o Comitê de Auditoria examinou as seguintes matérias, recomendando o seu respectivo posicionamento ao Conselho de Administração:

- (i) Aprovação das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022;
- (ii) Aprovação das Informações Financeiras Trimestrais relativas ao ano de 2023;
- (iii) Aprovação do Plano de Recuperação Judicial;
- (iv) Aprovação do Plano e Orçamento da Auditoria Interna para o ano de 2024;
- (v) Aprovação do waiver das obrigações da Avaliação Geral de Riscos até o dia 30 de junho de 2024;
- (vi) Revisão da Tabela de Delegação de Autoridade e Limites de Alçada;
- (vii) Aprovação da Política de Reposição de Perdas e do Acordo de Indenidade;
- (viii) Manifestação favorável ao Formulário de Referência e Informe de Governança Corporativa 2023;
- (ix) Implementação da Política de Logística;
- (x) Revisão da Política de Governança Corporativa; e
- (xi) Revisão da Política de Negociação de Valores Mobiliários.

O Comitê de Auditoria emite, adicionalmente, relatório trimestral ao Conselho de Administração, cujo reporte é realizado em pauta específica para acompanhamento das atividades e endereçamento das recomendações gerais do comitê.

III. PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA NÃO ESTATUTÁRIO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA RELATIVAS AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

O Comitê de Auditoria da Companhia, no exercício de suas atividades de revisão, monitoramento e avaliação dos controles internos e relatórios financeiros, em especial as demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 e o acompanhamento dos trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras da KPMG Auditores Independentes e da auditoria interna, considerando o disposto no artigo 10º, parágrafo único, inciso III, da Resolução CVM nº. 81/2022, emite o seguinte parecer:

Considerando os trabalhos conduzidos pelo Comitê de Auditoria para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, as reuniões realizadas com a presença de diversos membros da Diretoria Executiva, auditoria interna e auditores independentes, consubstanciado no exame de documentos e nas respectivas atas, os quais ficam arquivados na sede da Companhia, além da análise das informações divulgadas ao Conselho de Administração e aos acionistas, bem como no exame do Relatório de Administração e das Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, suportado

pelo relatório da KPMG Auditores Independentes, emitido sem ressalvas, não tendo constado nenhuma ocorrência capaz de comprometer a qualidade e integridade das informações a serem divulgadas, o Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração a aprovação e divulgação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social de 2023.

Santo André (SP), 11 de março de 2024.

Jerônimo Antunes
Conselheiro de Administração
Coordenador do Comitê de Auditoria

Rafael de Oliveira Morais
Conselheiro de Administração
Membro do Comitê de Auditoria

Marcelo Munhoz Auricchio
Conselheiro de Administração
Membro do Comitê de Auditoria

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

PARANAPANEMA S.A. – Em Recuperação Judicial
CNPJ/MF nº 60.398.369/0004-79
NIRE 29.300.030.155

COMPANHIA ABERTA

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em atendimento ao artigo 27, §1º, inciso VI da Resolução CVM nº 80/2022, a Diretoria Estatutária, representada pelos abaixo assinados, declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras da Companhia “controladora e consolidado”, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Dias D’Ávila, 15 de março de 2024

Diretor Presidente e de Relações com Investidores
Marcelo José Milliet

Diretor Financeiro
Marcelo Vaz Bonini

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

PARANAPANEMA S.A. – Em Recuperação Judicial
CNPJ/MF nº 60.398.369/0004-79
NIRE 29.300.030.155

COMPANHIA ABERTA

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Em atendimento ao artigo 27, §1º, inciso V da Resolução CVM nº 80/2022, a Diretoria Estatutária, representada pelos abaixo assinados, declara que revisou, discutiu e concordou com as opiniões expressas no relatório emitido em 14 de março de 2024 pela KPMG Auditores Independentes da Companhia e de suas Controladas, com relação as Informações Trimestrais da Companhia "controladora e consolidado" referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Dias d'Ávila, 15 de março de 2024

Diretor Presidente e de Relações com Investidores
Marcelo José Milliet

Diretor Financeiro
Marcelo Vaz Bonini